



Presidente Itamar Franco

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 49ª Legislatura



1993

MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente Itamar Franco

<i>Ministro Mauricio José Corrêa</i>	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
<i>Ministro Almirante-de-Esquadra Ivan da Silveira Serpa</i>	MINISTÉRIO DA MARINHA
<i>Ministro General-de-Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena</i>	MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
<i>Ministro Fernando Henrique Cardoso</i>	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
<i>Ministro Paulo Roberto Haddad</i>	MINISTÉRIO DA FAZENDA
<i>Ministro Alberto Goldman</i>	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
<i>Ministro Lázaro Pereira Barbosa</i>	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
<i>Ministro Murilo de Avelar Hingel</i>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
<i>Ministro Antônio Houaiss</i>	MINISTÉRIO DA CULTURA
<i>Ministro Walter Borelli</i>	MINISTÉRIO DO TRABALHO
<i>Ministro Antonio Britto Filho</i>	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
<i>Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélvio Viana Lôbo</i>	MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
<i>Ministro Jamil Haddad</i>	MINISTÉRIO DA SAÚDE
<i>Ministro José Eduardo de Andrade Vieira</i>	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO
<i>Ministro Paulino Cicero de Vasconcellos</i>	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
<i>Ministro Alexandre Alves Costa</i>	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL
<i>Ministro Hugo Napoleão do Rego Neto</i>	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
<i>Ministro José Israel Vargas</i>	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
<i>Ministro Jutahy Magalhães Júnior</i>	MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL
<i>Ministro Fernando Coutinho Jorge</i>	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
<i>Ministro Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves</i>	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
<i>Ministro Mauro Motta Durante</i>	SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
<i>Ministro General-de-Brigada Fernando Cardoso</i>	CASA MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
<i>Ministro Yeda Rorato Crustus</i>	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO / PR
<i>Ministro General-de-Exército Antônio Luiz Rocha Veneu</i>	ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
<i>Ministro Mário César Flores</i>	SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
<i>Ministro Luiza Erundina de Sousa</i>	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



Presidente Itamar Franco

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 49ª Legislatura



1993

Brasil. Presidente, 1992- (I. Franco)

Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 3.^a Sessão Legislativa Ordinária da 49.^a Legislatura. Brasília. Presidência da República, 1993.

217 p. (Documentos da Presidência da República. Mensagens ao Congresso Nacional, 1993).

1. República Federativa do Brasil — Mensagens Presidenciais, 1993. I. Série. II. Título.

CDU 354(81)(087.2)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PARTE I

<i>ESTABILIZAÇÃO, CRESCIMENTO E ESTRATÉGIA SOCIAL</i>	1
O Retorno à Governabilidade	3
O Desempenho da Economia Brasileira em 1992	7
A Reconstrução do Estado e o Resgate da Cidadania	19
Estratégia Social	27
Ordenação do Território Nacional	35

PARTE II

<i>AÇÃO SETORIAL</i>	41
Ministérios e Órgãos da Presidência da República	41
Ministério da Justiça	43
Ministério da Marinha	49
Ministério do Exército	53
Ministério das Relações Exteriores	57
Ministério da Fazenda	63
Ministério dos Transportes	71
Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária	75
Ministério da Educação e do Desporto	81
Ministério da Cultura	87
Ministério do Trabalho	91
Ministério da Previdência Social	95
Ministério da Aeronáutica	99
Ministério da Saúde	103
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	109
Ministério de Minas e Energia	117
Ministério da Integração Regional	125

Ministério das Comunicações	133
Ministério da Ciência e Tecnologia	137
Ministério do Bem-Estar Social	147
Ministério do Meio Ambiente	151
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República	157
Estado-Maior das Forças Armadas	163
Secretaria de Assuntos Estratégicos	167
Secretaria da Administração Federal	171
PARTE III	
<i>APÊNDICE ESTATÍSTICO</i>	175

INTRODUÇÃO

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências, como é de nosso ritual republicano, a fim de lhes dar conhecimento dos assuntos de Estado que se encontram sob a responsabilidade do Poder Executivo. Faço-o sob a convicção profunda de que só no relacionamento respeitoso entre os Três Poderes, como é da essência dos sistemas democráticos modernos, mantém-se a paz política e se desenvolvem as nações

No convívio com os meus pares no Senado e no convívio com os Membros da Câmara dos Deputados, durante três lustros, pude sentir e entender o Brasil, em sua inabalável unidade como a nossa Pátria Comum. É mais sólida a nossa coesão por ter sido construída nas diversidades étnicas e nas múltiplas e distintas manifestações do espírito no exercício da fé e no trabalho da inteligência.

A Nação conhece as circunstâncias que me fizeram assumir o Governo e as dificuldades que estamos, todos nós, e sobretudo os trabalhadores, enfrentando e vencendo nestes difíceis meses. Coube-nos defrontar com uma situação grave, em que a Nação era golpeada pelo espanto e se via entre a revolta e o desânimo. Foi nesse momento decisivo que o Congresso Nacional assumiu com plenitude o seu dever, promovendo a investigação dos fatos, dentro dos ritos constitucionais e restaurando o primado da Lei.

Convenço-me, no entanto, e a cada dia com mais preocupação e angústia, que não há muito tempo para corrigir as injustiças seculares que, agravadas hoje, atormentam a maior parte dos brasileiros e ameaçam a soberania política do Estado, a unidade e a sobrevivência da Nação.

Tenho contado com a patriótica contribuição do Parlamento que, nas prerrogativas de sua independência, vem respondendo às solicitações do Poder Executivo, assegurando-lhe os instrumentos legais para a atuação de urgência. O povo brasileiro espera, sem embargo disso, alterações corajosas na estrutura jurídica do País, durante a revisão constitucional deste ano. Não de encontrar, os membros do Congresso Nacional, nas reservas de seu patriotismo e de sua razão, os meios legais para que possamos combinar as reivindicações de liberdade, sem a qual a vida não tem sentido, e as exigências de Justiça, sem a qual os homens não têm paz.

Estes meses de presença na Chefia do Estado e do Governo acresceram-me a certeza de que só em nós mesmos, em nossa capacidade de sonhar e construir, está a solução dos problemas que nos têm impedido de saltar as valas do subdesenvolvimento relativo em que nos encontramos. Isso não significa que devamos nos entregar ao estéril isolamento econômico e diplomático. Teremos interlocutores e parceiros mais interessados em compartilhar conosco o seu conhecimento, o seu poder e a sua influência sobre o mundo, quanto mais capazes formos de exercer o nosso próprio poder sobre o espaço nacional.

Não há que discutir a liberdade dos mercados. Eles devem estar, no entanto, protegidos daqueles que pretendam dominá-los mediante a opressão dos monopólios e a associação de produtores e comerciantes em cartéis. A experiência de todos os povos, em todos os tempos, é nisso exemplar. Se o Estado não assume seu papel regedor, os agentes produtivos acabam atuando em anárquicos campos de disputa, tendo como resultado a inflação, o descontentamento dos consumidores, a sonegação fiscal e a desagregação da sociedade nacional.

A presença do Estado deve limitar-se, no entanto, àquela intervenção necessária a fim de assegurar a leal competição entre os empreendedores, a justa remuneração dos trabalhadores e o direito dos consumidores. Há também, e as nossas Constituições o tem preservado, o dever do Estado em ter sob seu controle direto setores estratégicos da economia. Enquanto Vossas Excelências mantiverem no Texto Constitucional essa atribuição, o Poder Executivo a cumprirá.

A Mensagem que faço chegar às mãos de Vossas Excelências compreende o exercício de 1992 em seu todo. Em razão disso faz referências a atos, processos e resultados administrativos que foram de responsabilidade de meu antecessor na Chefia do Governo. Como é de elementar compreensão, não me é devida a responsabilidade pelos prováveis êxitos e malogros do Governo da União durante os meses em que não exerci a sua Chefia. Cumpre-me ainda lembrar a Vossas Excelências as cautelas políticas aconselhadas pela situação de interinidade, quando procurei manter, tanto quanto possível, a estrutura do Estado, enquanto aguardava a decisão soberana do Congresso Nacional.

Estamos dando prosseguimento a medidas que são de interesse nacional e encontram apoio na Constituição e no Poder Legislativo. Entre elas está a transferência, a empreendedores privados, de empresas de propriedade do Estado que não lhe convém administrar diretamente. A fim de tornar mais claros e conhecidos de todos os processos de alienação de parcelas do patrimônio público, mandei submeter ao exame jurídico e técnico aqueles que já se encontravam em andamento, e determinei estudos mais acurados a respeito de empresas que devem ser desestatizadas. Não podemos, em nome de discutível pragmatismo, concordar com a doação de patrimônio construído com o dinheiro, o trabalho e a inteligência do povo brasileiro, a grupos privados, nacionais ou estrangeiros. Recusamos o argumento simplista de que «é melhor doá-las do que explorá-las». A aceitar tal tese, deveríamos, por elementar dever de justiça, entregar a sua propriedade e a sua gestão aos trabalhadores e técnicos que as fazem funcionar e que não são responsáveis pela eventual incompetência de seus administradores.

Durante os últimos decênios o Estado se afastou de seus deveres fundamentais, que são os de promover o conhecimento, o bem-estar e a segurança dos cidadãos. Ao negar a universalização de tais direitos, permitiu que se formassem, no serviço público e nas empresas estatais, ilhas corporativas que construíram e ainda matêm sistema de insuportáveis privilégios, à custa do bem comum. Não pode arrogar-se democrático o Estado que tem dois títulos de cidadania: um, de primeira classe, conferido aos espertos, e outro, de segunda categoria, reservado aos ingênuos e honrados, que confiam na igualdade constitucional dos direitos.

Determinei o exame das normas e leis que autorizaram essa anomalia, com o objetivo de sugerir a Vossas Excelências as medidas de correção, dos imperativos da justiça. Sei dos limites temporais de meu mandato, mas estou também certo de que não podemos mais adiar o resgate de uma dívida social contraída pelas elites do passado e agravada pela irresponsabilidade das elites contemporâneas. A fim de exigir da sociedade o exercício de uma solidariedade que reclamava mais pela razão do que pelos sentimentos cristãos, dos quais nos costumamos a vangloriar, deve o Estado exercê-la em primeiro lugar, dando a todos os seus cidadãos o mesmo respeitoso tratamento.

Mantivemos os compromissos internacionais assumidos pelas administrações anteriores. Problemas diplomáticos menores, como os trazidos pelos incidentes ocorridos no aeroporto de Lisboa, estão sendo resolvidos em seu âmbito próprio. O Governo agiu com firmeza e serenidade no episódio, graças à eficiência tradicional de nossa diplomacia e à competência política do Ministro de Relações Exteriores e de nosso Embaixador junto à República Portuguesa.

Continuamos as conversações com os credores externos, com o objetivo de ajustar a satisfação de nossos débitos às exigências do desenvolvimento do País. No fim do ano passado tínhamos, acumuladas, reservas cambiais próximas a 20 bilhões de dólares, obtidas principalmente do saldo comercial. Nossas exportações atingiram o nível recorde de 36 bilhões e 200 mi-

lhões de dólares, permitindo o superávit de 15 bilhões e 700 milhões de dólares. Infelizmente não podemos nos orgulhar desse resultado, obtido, em grande parte, devido à brutal queda do consumo e dos baixos salários internos, o que nos permitiu competir, com essa vantagem aparente, nos mercados mundiais.

Da mesma forma houve superávit na execução financeira do Tesouro acumulado de 2 trilhões e trezentos bilhões de cruzeiros, apesar da queda real das receitas em mais de seis por cento no exercício. Isso se obteve não só com a supressão de despesas desnecessárias, mas também com o corte de investimentos que não deveriam ser adiados e o sacrifício de programas de interesse social, que não convinha interromper. Esse aparente êxito perde o sentido quando se confronta com os indicadores sociais do período, a exemplo das taxas de desemprego. Deve-se ressaltar que a um mercado de trabalho fragilizado por uma taxa de desemprego aberto de 6% agrega-se anualmente um contingente de jovens aptos a integrar o processo produtivo.

Sem cair no mero assistencialismo, com o qual se condenam os pobres a uma permanente dependência do Estado, está empenhado o Governo em fazer frente às situações mais graves e a adotar programas sociais compensatórios. A Nação deve ter como seu projeto indesejável dotar todos os homens e mulheres das mesmas oportunidades de realização mas, enquanto isso não for possível, não pode o Estado deixar que pereçam de inanição, sem que busque salvá-las, as crianças e as pessoas idosas, umas porque não têm ainda como se defender, e outras porque não têm mais como se defender.

Urge cada vez mais o combate à miséria, o combate ao estado de indigência de milhões de brasileiros. A democracia não é apenas a institucional mas também aquela que gera constantemente a distribuição da renda, com um Estado mais solidário e mais eficiente.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Com todas essas dificuldades, mantenho a minha certeza de que haveremos, todos os brasileiros, de superar essa quadra

particularmente adversa que interrompeu o nosso impetuoso caminho rumo ao futuro. Para isso, não basta somente a vontade de cada um de nós. São necessários instrumentos jurídicos que libertem o poder criador de nossa gente, garantam a segurança dos cidadãos, universalizem a educação e a saúde. Essa é a tarefa que nos espera nestes próximos e acelerados meses, nos quais decidiremos, na consulta direta ao povo, a forma de Estado e o sistema de Governo com que passaremos o pórtico do novo milênio.

Para isso, e como sempre nos momentos mais fortes de nossa História, contamos com a inteligência, a coragem e a fé de nosso povo. Inteligência, coragem e fé que Vossas Excelências, por incumbência dos cidadãos eleitores, trazem ao Congresso, como portadores da inalienável soberania da Nação.

Muito obrigado.

Brasília, 15 de fevereiro de 1993.

*Itamar Franco
Presidente da República*

PARTE I

ESTABILIZAÇÃO, CRESCIMENTO, E ESTRATÉGIA SOCIAL

O Retorno à Governabilidade
O Desempenho da Economia Brasileira em 1992
A Reconstrução do Estado e o
Resgate da Cidadania
Estratégia Social
Ordenação do Território Nacional

O RETORNO À GOVERNABILIDADE

O ano de 1992 foi marcado por dois períodos distintos: o primeiro com um forte componente de instabilidade política, no qual a condução da política econômica encontrava-se estreitamente ligada à proposta de estabilização e modernização da economia; e um segundo momento onde, ainda na interinidade, estabeleceu-se como prioridade de governo a estabilização econômica articulada com a retomada do crescimento, em bases mais justas e politicamente mais democráticas.

Com a decisão da Câmara dos Deputados, em 29 de setembro passado, no sentido de autorizar o processo de julgamento do Presidente da República e o seu conseqüente afastamento do cargo, coube ao Vice-Presidente o exercício da Presidência da República. Nesse período, de outubro a dezembro de 1992, o Governo teve de explicitar de imediato alguns de seus compromissos básicos de política econômica, de modo a atenuar pressões especulativas frente ao inusitado momento político.

Nesses compromissos, o Governo manteve a trajetória das políticas fiscal e monetária, o prosseguimento das negociações externas, o repúdio às ações intervencionistas na formação dos preços e a manutenção do cronograma para os programas de desestatização e de abertura da economia.

A primeira iniciativa do atual Governo foi promover alterações na estrutura administrativa, objetivando sua compatibilidade com os ajustes necessários nos campos político, econômico e social e, especialmente, uma melhoria no desempenho do Poder Executivo. Diagnosticou-se que, após a abrupta reforma de 1990, a gestão governamental foi centralizada, em grande parte, nos órgãos da Presidência da República, estimulando distorções através de programas superpostos e mal definidos e da pulverização de recursos humanos e financeiros.

De fato, a sociedade ressentia-se da falta de clareza quanto às responsabilidades dos Ministros e Secretários e, principalmente, da identificação das prioridades de médio e longo prazos que nortearassem as ações do Governo no curto prazo. A inexistência de mecanismos eficazes

de articulação com os Poderes Legislativo e Judiciário, e de coordenação, controle e fiscalização interna, evidenciavam a incapacidade do Executivo para implementar de forma eficiente suas políticas, e prestar de modo adequado os serviços básicos de sua competência.

Nesse sentido, definiu-se como princípio básico da reestruturação administrativa a descentralização da administração pública federal, buscando-se conferir maior funcionalidade às ações governamentais sem o incremento das despesas e do número de funcionários.

Dessa maneira, flexibilizou-se a estrutura, com a substituição de Secretarias Especiais da Presidência por Ministérios (Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia) e o desmembramento do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, criando-se a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Fortalecem-se os mecanismos de controle e fiscalização com o surgimento das Juntas de Programação Financeira e Conciliação Orçamentária e Financeira, da Auditoria Geral da União e da Ouvidoria Geral da República.

Outra iniciativa consubstanciou-se na retomada do encaminhamento da proposta de ajuste fiscal ao Congresso Nacional. O esgotamento da capacidade de financiamento não-inflacionário da União reduz crescentemente as condições de governabilidade, tornando premente um esforço concentrado para alcançar uma significativa reforma fiscal.

Dentro dos objetivos de reforma fiscal logrou-se a aprovação das Leis nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, referentes ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e aos débitos com a Previdência Social, respectivamente. A primeira, reduzindo as possibilidades de compensações ou isenções entre os diferentes tipos de resultados das empresas (operacional, financeiro ou ganhos de capital), que permitia alternativas de elisão fiscal. Ampliaram-se, com o objetivo de simplificar os procedimentos e estimular o cumprimento das obrigações fiscais, as possibilidades de utilização do mecanismo de tributação sobre o lucro presumido e o pagamento antecipado do imposto sobre o lucro inflacionário. O segundo instrumento legal objetiva acelerar o acerto de

débitos do setor privado com a Previdência Social, oferecendo, entre fevereiro e junho de 1993, a possibilidade de ampliação no parcelamento destes débitos.

Mereceu também imediata atenção desse Governo o estabelecimento de uma nova política salarial. Reconheceu-se a gravidade da deterioração imposta pela regra de periodicidade de reajustes então vigentes, frente a taxas de inflação mensal superiores a 20%. No caso do salário mínimo e dos benefícios previdenciários, o reajuste quadrimestral implicava, ao final de cada período, a redução, pela metade, do poder de compra dos salários. Essa perda era um pouco menor para os segmentos organizados que recebiam antecipações parciais bimestrais na faixa de até três salários mínimos.

Respeitando a livre negociação, o Congresso Nacional aprovou lei salarial que prevê reajustes quadrimestrais para a parcela dos salários cujo valor não supere seis salários mínimos. Também foram asseguradas antecipações bimestrais, a serem deduzidas por ocasião dos reajustes de, no mínimo, 60% da variação acumulada do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), nos dois meses imediatamente anteriores. Essa política é extensiva, também, aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social. Quanto aos funcionários públicos federais, seus reajustes seguirão mecanismo específico a ser submetido ao Congresso em 1993.

Destaca-se, ainda, o atendimento por parte da Previdência Social de todos os seus compromissos, como também a apresentação de um resultado de caixa positivo, fruto do esforço arrecadador, da revisão dos benefícios mantidos e do resultado das aplicações financeiras das suas reservas, em que pese o início dos pagamentos dos reajustes de 147% dos benefícios.

Vale salientar a especial ênfase que este Governo empresta à rediscussão dos mecanismos de formação de preços de setores monopolizados ou oligopolizados, tanto de propriedade estatal como privada, questionando-se a aplicação direta de indexadores sem referência a alterações nos custos dessas empresas, ou o preço internacional desses bens ou serviços.

Simultaneamente, deu-se continuidade ao encaminhamento dos projetos de modernização dos portos, da concessão de serviços públicos, da reforma do Sistema Financeiro e das novas regras para desestatização.

Finalmente, ressalta-se a aprovação, pelo Senado Federal, da minuta do acordo com os bancos credores privados internacionais, que irá normalizar as relações financeiras do País com o exterior.

O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 1992

A grave crise política com que o Brasil se defrontou ao longo de 1992, a despeito de todos os ônus que impôs, teve o mérito de demonstrar a vitalidade e o amadurecimento dos sistemas político e econômico do País.

O sistema político mostrou-se capaz de atravessar e solucionar a crise sem descumprir qualquer preceito da Constituição ou desviar-se do caminho traçado em seu preâmbulo. O sistema econômico, apesar de duramente golpeado pelas dificuldades políticas, demonstrou enorme resistência e vigor, contrariando expectativas de que o abalo político causaria sua ruptura.

Em 1992, a economia brasileira manteve sua trajetória recessiva — o Produto Interno Bruto (PIB) deverá registrar decréscimo estimado em 1,4%, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, conduzindo ao terceiro ano consecutivo de queda no produto *per capita* —, o que significa uma produção *per capita* de bens e serviços finais inferior em cerca de 10% àquela registrada em 1980. A recessão só não foi mais profunda em função do resultado do setor agropecuário, que apresentou o crescimento expressivo de 6,1%, e da exportação, sobretudo de produtos manufaturados — as vendas externas de manufaturados cresceram 21,97% em relação a 1991.

Os efeitos do quadro recessivo se concentraram predominantemente no setor urbano do País, elevando a taxa de desemprego para cerca de 6% da força de trabalho, e com menores níveis de produção industrial e de construção civil, -6% e -5%, respectivamente, em relação ao ano de 1991. Registra-se que, ao longo dos últimos três anos, os setores industrial e de construção civil acumularam quedas de cerca de 14% nos seus níveis de atividade. A despeito do quadro recessivo, a inflação permaneceu em níveis elevados, com taxas mensais superiores a 20%, o que ascendeu o índice acumulado no ano para cerca de 1.160%, medido pelo Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, e 1.149%, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE.

Ao longo de 1992, a política econômica caracterizou-se pela manutenção das seguintes medidas: elevação da taxa real de juros, que passou a sofrer gradativa redução a partir do último trimestre; política cambial realista; eliminação dos controles de preços, limitando a fiscalização às negociações das Câmaras Setoriais; controle dos gastos públicos; seletividade e menor periodicidade na indexação dos salários; prosseguimento dos programas de desestatização, desregulamentação e de abertura da economia.

Julga o Governo que, vencida a etapa de turbulência política e restabelecida a harmonia entre os Poderes da República e entre Estado e Sociedade, é hora de retomar a trilha do desenvolvimento em suas três dimensões indissociáveis — econômica, social e política. O País não pode aguardar que a estabilização se complete para retomar o crescimento econômico e para que seus frutos sejam distribuídos por toda a sociedade e, principalmente, para segmentos menos favorecidos.

É preciso conciliar, de imediato, o processo de estabilização com o estímulo seletivo e dosado ao crescimento, de modo a retomá-lo sem riscos para o controle da inflação e à distribuição equitativa de seus frutos. É necessário estabelecer prioridade e conferir maior efetividade à ação social do Governo. Estes são os principais desafios que a política econômica terá que enfrentar em 1993.

Política Monetária

A política monetária foi conduzida com o objetivo de neutralizar pressões e expectativas que pudessem resultar em descontrole do processo inflacionário.

A necessidade de recomposição das reservas internacionais e a continuidade do processo de liberação dos depósitos bloqueados em cruzados novos no Banco Central geraram fortes impactos sobre a base monetária durante a maior parte do ano.

De forma a manter o estímulo à poupança financeira, o desestímulo à formação de estoques e a inibição de expectativas desfavoráveis quanto à elevação dos preços, a política monetária baseou-se na manutenção de taxas de juros reais positivas.

Os principais agregados monetários apresentaram forte redução real — a base monetária registrou crescimento de 996% no período de janeiro a dezembro, enquanto os meios de pagamento (M1) representados por papel moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos comerciais, expandiram-se em 973%, ambos avaliados pelas médias dos saldos diários. Essas taxas, embora elevadas em termos nominais, comparam-se com as referentes à evolução dos preços no período, fazendo com que a queda real do estoque de moeda na economia deflacionado pelo IGPM chegasse a cerca de 15%.

Em contraste, os saldos dos haveres financeiros totais (M5) registraram aumentos significativos, com acréscimo real de 32% em relação ao ano anterior. Tal evolução refletiu, sobretudo, a taxa real de juros praticada no período, tanto no que concerne aos títulos privados como aos títulos da dívida pública federal.

Os títulos privados aumentaram consideravelmente sua participação no total da poupança financeira do País, passando de 21% em dezembro de 1991 para 33% ao final de 1992. Já os títulos públicos federais em poder do público, utilizados como forma de compensar as pressões monetárias decorrentes do ingresso de divisas e das liberações de cruzados novos, passaram de 10% em dezembro de 1991 para 16% em final de 1992.

Destaca-se, ainda, a contribuição das contas do Tesouro Nacional no sentido da contenção da expansão monetária. Não obstante a queda real das receitas do Tesouro observada até dezembro (-6,08%), em decorrência da recessão, foi possível acumular saldos superavitários no Banco Central correspondentes a impactos contracionistas de Cr\$ 17,5 trilhões.

Política Fiscal

A despeito da queda de cerca de 6% da receita real do Tesouro em relação ao ano anterior e do reinício do pagamento de encargos da dívida externa, foi possível finalizar o exercício de 1992 com as contas do Governo Federal equilibradas, mediante estrito controle da execução financeira do Tesouro Nacional, pela intensificação de mecanismos de contingenciamento das despesas públicas.

Assinale-se que as despesas com pessoal e encargos sociais que, em 1991, haviam sofrido uma queda real em torno de 30%, reduziram-se adicionalmente de 6% em 1992, e que as despesas com outros custeios e investimentos que, medidas a preços de dezembro de 1992, eram da ordem de Cr\$ 72 trilhões em 1991, caíram para Cr\$ 51,3 trilhões.

O saldo da Dívida Líquida do Setor Público totalizou, em setembro de 1992, US\$ 147,4 bilhões, valor equivalente a 32,1% do PIB, evidenciando uma redução em relação ao saldo de dezembro de 1991, de 33,4% do PIB. Apesar da redução evidenciada, substancial alteração na sua composição foi determinada em função da conjugação de significativo ingresso de capitais externos no período, concomitantemente com a conversão de cruzados novos.

A alteração na composição do passivo do setor público provocou a substituição de dívida de menor custo (dívida externa e cruzados) por dívida mais onerosa (dívida mobiliária), determinando acréscimo nas despesas com juros reais internos, as quais, pela ausência de esforço fiscal adicional, acabaram por ser financiadas com maior endividamento interno.

O resultado primário do setor público, que exclui do fluxo de endividamento as despesas com juros nominais, registrou, em dezembro de 1992, superávit de 2,1% do PIB, cabendo às empresas estatais, ao Governo Central e Governos Estaduais e Municipais 1,2%, 0,6% e 0,3% do PIB, respectivamente.

A política tarifária adotada no período, o controle do acesso ao crédito das empresas e, sobretudo, a securitização das suas dívidas e os resultados da privatização, que totalizaram cerca de US\$ 2,98 bilhões em 1992, refletem-se, em grande parte, no resultado satisfatório apresentado pelas empresas estatais.

No que se refere ao resultado apresentado pelo Governo Central, destaca-se que o superávit observado deveu-se em grande parte ao contingenciamento dos gastos correntes, à política salarial adotada para o funcionalismo público, ao adiamento de alguns compromissos e ao atraso no pagamento dos 147% pela Previdência Social aos aposentados.

A insuficiência de receitas do Governo Federal em 1992 fez-se sentir na precariedade da prestação de serviços públicos pela União, na falta de recursos para investimentos prioritários, bem como na manutenção da

infra-estrutura econômica já acumulada, e, ainda, não permitiu a atuação efetiva na área social, impondo ônus cada vez maior ao sistema produtivo e ao cidadão.

Mercado de Capitais

Os mercados de capitais mantiveram-se bastante ativos em 1992, apesar de algumas dificuldades enfrentadas pelas Bolsas de Valores, principalmente em decorrência dos reflexos da crise político-institucional. No tocante ao ingresso de poupança externa, no entanto, foi extremamente favorável. Os recursos destinados aos mercados de capitais alcançaram US\$ 3,9 bilhões, enquanto a repatriação de recursos atingiu US\$ 2,2 bilhões; os investimentos diretos propiciaram saldo de US\$ 1,2 bilhão. Registra-se que, em 1991, tais cifras atingiram, respectivamente, US\$ 800 milhões, US\$ 200 milhões, e US\$ 500 milhões.

Também foram expressivos os ingressos de empréstimos externos em moeda que atingiram, no ano, US\$ 7,9 bilhões; desse total, US\$ 3,4 bilhões foram obtidos pela emissão de títulos com taxa de remuneração fixa (*fixed rate notes*), US\$ 1,4 bilhão por títulos de crédito para financiamento de exportações (*commercial papers*), US\$ 800 milhões referem-se à colocação de bônus no exterior e US\$ 800 milhões ingressaram ao amparo da Resolução nº 63, do Conselho Monetário Nacional, que faculta aos bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos destinados a serem repassados a empresas no País.

O mercado de ações sofreu o impacto da crise política, refletindo-se nos índices de lucratividade das principais ações negociadas nas Bolsas de Valores. Tais circunstâncias afastaram os investidores e, como decorrência, praticamente desapareceram os lançamentos de novas ações, prejudicando a função econômica básica do mercado acionário.

Política Cambial

A adoção de uma política cambial realista, a partir do final de 1991, permitiu uma evolução satisfatória das contas externas em 1992.

A despeito do desempenho da economia mundial as exportações, até dezembro de 1992, atingiram o nível recorde de US\$ 36,2 bilhões, o que permitiu o superávit comercial de US\$ 15,7 bilhões. Tal resultado é particularmente relevante, tendo em vista a liberalização das importações, bem como o crescimento verificado nas exportações de produtos manufaturados de 21,97%.

A estratégia de manter taxas de juros reais positivas e o fato de as variações da taxa de câmbio serem pouco inferiores à TR contribuíram para que, a partir de dezembro de 1991, se intensificassem as operações de fechamento de contratos de câmbios de exportação.

Esse movimento alcança a conta de capital, onde cabe destacar o aumento do fluxo voluntário de capitais que, de praticamente inexistente no período 1981/90, começa, a partir de fins de 1991, a crescer e, ao final de 1992, já alcançava US\$ 15 bilhões.

Renegociação da Dívida Externa

Em julho de 1992, o Brasil e o Comitê Assessor dos Bancos concluíram um acordo sobre o tratamento da dívida externa brasileira de médio e longo prazos.

Esse acordo, aprovado pelo Senado Federal, conforme determina a Constituição, oferece um leque de seis opções: quatro contemplam mecanismos de taxas de juros fixas e/ou redução temporária de juros; outra contempla um desconto de 35% sobre o valor de face da dívida negociada; e a última significa entrada de dinheiro novo na proporção de um dólar, para cada US\$ 5,50 da dívida antiga. Tal acordo, já aprovado pelo Congresso e em fase final de efetivação entre as partes, deverá representar um alívio significativo sobre as contas externas, sobretudo na ocorrência de elevação das taxas de juros internacionais, que se encontram, atualmente, em níveis historicamente baixos.

Vale salientar que o acordo permite a normalização das relações com a comunidade financeira internacional, e deverá afetar positivamente os investimentos estrangeiros diretos e as relações com os credores oficiais. Adicionalmente, o acordo engloba a reestruturação da dívida por um período de até 30 anos, em lugar de sua simples rolagem.

Políticas Salarial e Previdenciária

O processo inflacionário tem imposto pesado ônus aos trabalhadores, tanto no que se refere à elevação do nível de desemprego quanto à evolução do poder de compra dos salários.

O desemprego atingiu cerca de 6% da força de trabalho, que representou a concessão do seguro-desemprego em benefício de 3,5 milhões de trabalhadores, e um aumento de 16,5% em relação ao número de beneficiários do ano anterior.

A regra de reajustes quadrimestrais dos salários vigente em 1992 mostrou-se inadequada frente a uma inflação mensal com taxas superiores a 20%, reduzindo em cerca de 50% os salários reais no período.

No ano de 1992, a Previdência Social enfrentou os gastos decorrentes da concessão dos novos benefícios previstos na Constituição Federal e, principalmente, do acúmulo do passivo, tais como: o pagamento dos 147%; a necessidade da revisão dos benefícios concedidos entre a promulgação da Constituição e abril de 1991; a revisão, com respectivo pagamento do atrasado, dos benefícios concedidos entre abril e junho de 1991; e o represamento administrativo na concessão de benefícios, que vem acompanhado da necessidade de pagamento dos atrasados corrigidos monetariamente. Por último, salienta-se que a Previdência ainda deverá saldar débitos relativos a cerca de 200 mil ações transitadas em julgado.

O Governo envidou esforços para iniciar, no último trimestre, o pagamento dos passivos da Previdência Social. Isso significou uma pressão financeira adicional da ordem de Cr\$ 2,3 trilhões a preços de dezembro de 1992, que deverá manter-se ao longo do exercício de 1993.

Como resultado final, as despesas com benefícios previdenciários cresceram, em 1992, 8,9% em termos reais, comparativamente ao ano de 1991.

Política Agrícola

O Governo procurou executar no período, no campo da política agrícola de curto prazo, medidas nas áreas de crédito rural, preços mínimos, comercialização agrícola, e no âmbito do Programa de Garantia

da Atividade Agropecuária (PROAGRO), com vistas a estimular a produção e a produtividade agrícolas e ampliar a participação da iniciativa privada nessas áreas, evitando, assim, que a insuficiente oferta de alimentos viesse a se transformar em dificuldades adicionais para o cumprimento de metas macroeconômicas associadas ao controle da inflação e do déficit público, crescimento econômico, redução do desemprego e expansão das exportações.

Foram medidas importantes na área de comercialização agrícola fixação de regras claras e transparentes para a formação e liberação de estoques, maior liberdade para exportações e importações por parte do setor privado, e tributação compensatória em importações subsidiadas na origem.

A implementação dessas medidas e a liberação oportuna de recursos para o custeio agrícola transmitiram maior confiança ao setor, o que, somado à ocorrência de condições bioclimáticas favoráveis, propiciou, na safra 1991/92, uma colheita da ordem de 68 milhões de toneladas de grãos. Esse resultado representou um crescimento de 17% em relação à média dos dois últimos anos agrícolas e um crescimento de 6,2% no PIB agrícola em 1992. A contribuição das lavouras, neste cenário, foi de 6,6%, paralela à de 5,6% da produção animal.

Políticas Industrial e de Comércio Exterior

As políticas industrial e de comércio exterior buscaram, como diretriz básica, incentivar a reestruturação produtiva, de forma a aumentar a competição e a competitividade, a fim de viabilizar a oferta de bens de melhor qualidade, a preços menores.

Para atingir tais objetivos, a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) tem recorrido a instrumentos supostamente indutores de maior competição, como a eliminação de barreiras não-tarifárias às importações, a implementação de um cronograma de redução progressiva das tarifas alfandegárias, e o lançamento de mecanismos legais de defesa da concorrência, que conduzirão a um novo padrão de inserção do País na economia internacional, respeitando os requisitos de distribuição equitativa da renda e de preservação do meio ambiente.

No âmbito da PICE, destacam-se a Política Ativa de Comércio Exterior (PACE), que busca fomentar o fluxo de comércio exterior no País, o Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o Programa de Competitividade Industrial (PCI).

Foram significantes os avanços em termos da abertura da economia e da mobilização para a melhoria da qualidade e produtividade, mediante a implementação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), e estabelecidas as metas para aceleração do processo de reestruturação produtiva da economia.

No entanto a persistência da instabilidade macroeconômica e da recessão inviabilizaram a retomada sustentada dos investimentos, condição essencial para a modernização da economia, além de colocar em risco os efeitos pretendidos da abertura comercial. Além disso, as crises fiscal e institucional do Estado comprometeram decisivamente a adequada formulação e implementação desse componente mais ativo das políticas industrial e de comércio exterior, impedindo a plena utilização dos instrumentos importantes como: os gastos públicos em ciência e tecnologia; a utilização das compras do Governo; e as ações para a recuperação da infra-estrutura econômica.

Em contraponto ao quadro recessivo, ressalta-se o desempenho das negociações do País junto às instituições internacionais com a realização, em 1992, da Revisão da Política Comercial do Brasil no GATT, os resultados favoráveis obtidos com o intercâmbio comercial com países componentes do MERCOSUL, e ainda a conclusão do Acordo de Terceira Geração Brasil — CE que estabelece diretrizes gerais para a cooperação em diversas áreas, propiciando condições favoráveis para a consecução de acordos, necessários para o posicionamento da economia brasileira na economia mundial.

Programa Nacional de Desestatização

O Programa Nacional de Desestatização (PND) tem por principal objetivo promover a reordenação da posição do Estado na economia, transferindo para a iniciativa privada as atividades econômicas que não mais necessitam ser exploradas pelo setor público, permitindo-lhe a

concentração de esforços nas áreas onde sua presença é insubstituível ou estratégica.

Iniciado em fins de 1991, o Programa Nacional de Desestatização foi intensificado em 1992, quando foram objeto de leilão 17 empresas, das quais doze controladas pelo Governo Federal nos setores siderúrgicos, petroquímico e de fertilizantes, e cinco participações minoritárias no setor petroquímico. Essas transferências representaram um valor de venda equivalente a US\$ 2.398 milhões, aos quais se somam US\$ 1.646 milhões provenientes da venda das cinco empresas desestatizadas em 1991.

As moedas utilizadas na aquisição de todas as 22 empresas foram: certificados de privatização (27,4%), dívidas securitizadas da União (25,3%), debêntures da Siderbrás (19,3%), obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (14,0%), títulos da dívida agrária (8,4%), letras hipotecárias da CEF (2,6%), cruzeiros (1,0%) e cruzados novos (0,3%).

O total de companhias e participações acionárias destinadas à desestatização foi elevado para 67, enquanto que, durante o ano, foram realizadas 11 licitações de serviços de consultoria, destinados à desestatização de 31 empresas e participações, destacando-se o das empresas PQU — Petroquímica União S/A, CSN — Companhia Siderúrgica Nacional, COSIPA — Companhia Siderúrgica Paulista, AÇOMINAS — Aço Minas Gerais S/A, e RFFSA — Rede Ferroviária Federal S/A.

No final de 1992 já se encontravam divulgados os editais de venda das empresas CSN e ULTRAFERTIL — Indústria e Comércio de Fertilizantes S/A e da participação governamental na POLIOLEFINAS S/A. As mudanças a serem realizadas para aperfeiçoamento do Programa Nacional de Desestatização (PND) obrigaram a transferência das datas previstas dos leilões dessas empresas para o primeiro quadrimestre de 1993. Encontrando-se ainda em fase final de elaboração os editais da COSIPA e da AÇOMINAS.

Programa Federal de Desregulamentação

O Programa Federal de Desregulamentação fundamenta-se no respeito à liberdade individual, na defesa da livre concorrência e da

competição nos vários mercados, no bom atendimento ao cidadão pela Administração Pública Federal e na redução de custos dos serviços por ela prestados.

Em 1992, no âmbito do Programa Federal de Desregulamentação, foram editadas 111 medidas, totalizando 345 atos em dois anos e oito meses de existência do Programa.

Dentre as principais medidas adotadas em 1992 referentes à desregulamentação da atividade econômica, à desburocratização da Administração Pública Federal e à redução da interferência do Estado na vida dos indivíduos e das empresas, destacam-se as seguintes:

- eliminação de todas as restrições não-tarifárias às importações e o início de um programa de redução planejada das tarifas aduaneiras que redundará na redução das tarifas máxima e média do imposto de importação;
- implantação do SISCOMEX — Sistema de Comércio Exterior, um sistema eletrônico que permitirá a integração de todas as atividades administrativas governamentais na área do comércio exterior, suprimindo uma série de documentos;
- no setor agrícola, envio ao Congresso Nacional de Projeto de Lei reformulando os títulos de crédito rural, visando simplificar o processo de concessão do crédito destinado à atividade agropecuária e o de compra e venda a prazo de produtos do setor primário, reduzindo o número de títulos de crédito de seis atuais para apenas dois;
- na área fiscal, aprovação da Lei nº 8.522, de 11 de dezembro de 1992, eliminando 19 taxas, emolumentos e contribuições. Uma medida muito popular nessa área foi a aplicação do Regime de Tributação Simplificada para as remessas postais internacionais até US\$ 500, que permite ao consumidor brasileiro adquirir diretamente mercadorias oferecidas em catálogos estrangeiros (até US\$ 50, com isenção de imposto);
- no setor de seguros, início de um processo de desregulamentação, com observância estrita dos princípios e requisitos de solvência, cujo objetivo é aumentar a importância do setor, ainda muito reduzida no País. As primeiras medidas já adotadas incluem: a liberdade tarifária e operacional, mediante o fim de aprovação prévia pela SUSEP de condições de cobertura e prêmios e a eliminação do sistema de sortício para a contratação de seguro por entidades governamentais;

- no mercado de trabalho, proposta de projeto de lei revogando a taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, incidente sobre serviços de engenharia, arquitetura e agronomia. O acesso ao exercício das profissões de Despachante Aduaneiro e de Ajudante de Despachante Aduaneiro foi enormemente facilitado com a edição de Decreto regulamentando a investidura nestas profissões;
- adoção de várias medidas de desburocratização visando à melhoria do atendimento bancário à população. As medidas adotadas atuam em duas direções: ampliam e melhoram a oferta de serviços e reduzem e racionalizam a demanda gerada pelo Governo, através, por exemplo, da ampliação do prazo de pagamento das contribuições individuais ao INSS, reduzindo o afluxo de público nos dias de pico; e
- realização, no âmbito do Programa Federal de Desregulamentação, de um trabalho de racionalização e simplificação do direito positivo, com a revogação maciça de decretos do Executivo. Dos 123.370 decretos editados desde a Proclamação da República, 13.768 já foram revogados, contra 6.550 revogados nos cem anos da história republicana.

A RECONSTRUÇÃO DO ESTADO E O RESGATE DA CIDADANIA

A pós o terceiro ano consecutivo de queda do PIB *per capita*, evidencia-se, para uma crescente parcela da população, o custo da ausência de uma política consistente de combate à inflação.

A perversa situação de associação de elevada taxa de inflação, de cerca de 1.160% em 1992, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), com a redução do nível de atividade, -1,5% no PIB em relação a 1991, resultou na acumulação da capacidade ociosa, no adiamento de investimentos, na baixa oferta de novos empregos e na elevação das taxas de desemprego.

Inicia-se o ano de 1993, assim, com o desafio de estabelecer condições para a reversão desse quadro, visando à reestruturação do Estado e viabilizando a participação da sociedade nos resultados do desenvolvimento econômico.

Estabilidade Macroeconômica

O Governo Federal, em 1993, atuará no sentido de consolidar a gestão financeira e orçamentária da União, através do aumento de sua receita disponível, priorizando seus gastos e gerindo seus ativos e passivos dentro de sua capacidade fiscal de investimento e pagamento de dívidas. Desse modo, a aprovação, no final de 1992, das leis referentes ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e aos débitos com a Previdência, e a aprovação, no início de 1993, da reforma fiscal e dos projetos sobre a rolagem das dívidas estaduais e municipais, estabelecerão melhores condições para o equilíbrio das contas públicas.

A normalização das finanças públicas é fundamental para o equacionamento dos passivos internos do setor público. Nesse sentido, o Governo propõe a reestruturação das dívidas dos Estados, Municípios e empresas estatais junto ao Tesouro Nacional e às instituições oficiais de crédito, bem como a avaliação de possíveis soluções definitivas para os desajustes financeiros da Previdência e fundos de pensão de empresas estatais e para os desequilíbrios potenciais do FCVS — Fundo de Compensação de Variações Salariais — e do FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Amenizadas as pressões do setor público sobre a poupança privada, a política monetária poderá ser conduzida de forma mais flexível, possibilitando a redução gradual das taxas de juros reais. A melhoria do quadro fiscal permitirá ao Banco Central adequar suas metas de liquidez interna com menores taxas de inflação e dos maiores níveis de atividade econômica. Paralelamente, através de instrumentos próprios, a autoridade monetária poderá atuar de forma mais intensa no acompanhamento dos fluxos de capitais externos e na fiscalização do sistema financeiro doméstico, em especial sobre o desempenho dos bancos oficiais.

A implementação de políticas monetária e fiscal consistentes possibilitará a discussão de novos parâmetros para a formação de preços básicos na economia. Na mesma direção avaliam-se os critérios de fixação das tarifas e preços públicos.

Para estabelecer, acompanhar e avaliar o planejamento das ações governamentais e das empresas estatais, o Governo irá fortalecer a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR), visando essencialmente à eficiência na alocação dos recursos públicos.

O planejamento deve, necessariamente, ser aberto e participativo, buscando-se assegurar a coerência das ações com diretrizes, objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Desta forma, o processo de planejamento deve embasar-se na participação efetiva de toda a Administração Pública e da Sociedade, mediante o estabelecimento de fóruns de debate para discussão das linhas prioritárias de ação do Governo Federal.

Simultaneamente, dar-se-á continuidade aos Programas de Desregulamentação e de Desestatização e implementar-se-ão novas participações com o setor privado na exploração de serviços públicos ou de investimentos em infra-estrutura básica.

Outro parâmetro da política econômica será a manutenção de uma política cambial realista, que deverá refletir-se na ampliação das exportações e das importações. Com a conclusão do cronograma de redução das alíquotas do imposto de importação e o prosseguimento do processo de integração do MERCOSUL, buscar-se-á uma maior abertura comercial da economia brasileira.

Em 1993, concluir-se-á o processo de renegociação da dívida pública externa, com os bancos privados estrangeiros. Ao mesmo tempo, com o fechamento do acordo com os membros do Clube de Paris, regularizar-se-á o relacionamento com o sistema financeiro internacional.

Quanto ao fluxo de capitais estrangeiros, espera-se uma maior participação de novos investimentos diretos e de empréstimos de longo prazo, tanto de fontes privadas como de organismos multilaterais.

Alcançados os objetivos de uma adequada reforma fiscal, mediante a clara redefinição do papel do Estado e equacionados os passivos do setor público, abrir-se-ão definitivamente as perspectivas para a retomada do desenvolvimento e do crescimento em bases sustentáveis.

A Retomada do Crescimento

Concomitantemente à implementação da gestão de curto prazo da política econômica e ao alcance de resultados fiscais, o Governo concentrará esforços na retomada do desenvolvimento econômico. Tendo como referência o seu papel de transferidor e catalisador de renda e poupança entre os agentes econômicos, o Governo reavaliará a alocação de seus recursos para atender a demanda da população mais carente e desprotegida, reduzindo a miséria e possibilitando a ampliação do bem-estar social. Nesse sentido, será recuperada a ação de planejamento do Estado como instrumento de política pública.

Essa orientação ensejará o apoio àquelas atividades cujo impacto seja intensivo na geração de empregos, no aprimoramento do sistema de saúde e educação, e na capacitação da mão-de-obra.

Como diretrizes de médio e longo prazos serão estimulados os setores de exportação (tanto de produtos básicos como industrializados), construção civil, a pequena e média empresa industrial e comercial, e a agroindústria. O objetivo do Governo é, nesse sentido, o de promover a expansão da capacidade produtiva, mediante o encaminhamento de acordos setoriais.

Através das empresas dos Sistemas TELEBRÁS e ELETROBRÁS, executar-se-á um programa de investimentos e de melhoria de produtividade, de modo a aumentar a oferta de serviços de telecomunicações e o incremento da produção de energia elétrica. As

empresas estatais serão estimuladas a utilizar mecanismos participativos com o setor privado ou com os Estados e Municípios para alavancar novos investimentos. Merecem destaque o sistema de *franchising* dos Correios, a execução e exploração de obras e serviços rodoviários do DNER e a operação de atividades conjuntas na área ferroviária, portuária e de aeroportos.

A recente reestruturação do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCE) visa à implementação de política coordenada e transparente entre os ministérios que tratam de temas que envolvam as empresas estatais, principalmente quanto à definição de tarifas, preços, salários e endividamento, objetivando compatibilizar as ações dessas empresas com a política macroeconômica do Governo Federal.

Dentro da mesma linha, está sendo providenciada a reorganização do Departamento de Coordenação de Empresas Estatais que, além de dar suporte técnico ao CCE no desempenho de suas funções, tem dentre suas atribuições a responsabilidade pela elaboração do Orçamento de Investimento e do Programa de Dispêndios Globais.

Ainda no âmbito do Departamento de Coordenação de Empresas Estatais, está sendo avaliado o Contrato de Gestão com a CVRD e desenvolvido programa de implementação de Contratos de Gestão entre o Governo Federal e outras de suas estatais, por tratar-se de um instrumento moderno e eficaz de acompanhamento e avaliação do desempenho das empresas, permitindo que as mesmas atuem em ambiente similar ao do setor privado, sem, no entanto, perderem de vista suas funções sociais.

O aperfeiçoamento e continuação do Programa de Desestatização permitirá a gradativa retirada do Governo de várias atividades onde sua participação como detentor do capital é prescindível. Com a edição do Decreto nº 724, de 19 de janeiro de 1993, o Governo alterou e consolidou a regulamentação da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, cabendo destacar os seguintes pontos:

- é vedada a participação das entidades de previdência ou assistência social, ou dos fundos de complementação previdenciária, vinculados à Administração Pública direta ou indireta, nos processos de privatização;
- a alienação, à pessoa física ou jurídica estrangeira, de ações de capital social de sociedade incluída no Programa Nacional de Desestatização

não poderá exceder a 40% do capital votante, salvo autorização legislativa que determine percentual superior;

- é obrigatório o pagamento em cruzeiros de uma parcela das ações adquiridas, parcela essa definida, caso a caso, pelo Presidente da República;
- os adquirentes de ações representativas do controle acionário da empresa privatizada obrigam-se a fazer com que a sociedade privatizada preste à Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE) as informações necessárias ao atendimento do Artigo 13 da Lei nº 8.158, de 8 de janeiro de 1991, que institui normas para a defesa da concorrência, e dá outras providências;
- os adquirentes de ações representativas do controle acionário comprometem-se a fazer com que a sociedade privatizada satisfaça, prontamente, as obrigações de natureza previdenciária;
- na hipótese de dissolução e liquidação de sociedade, os adquirentes obrigam-se a, no período de seis meses subsequentes à privatização, patrocinar programa de treinamento de mão-de-obra, com vistas à sua absorção pelo mercado de trabalho;
- a União poderá, em casos específicos, emitir ações de classe especial do capital social da empresa privatizada, "golden share", conferindo-lhe poder de veto de determinadas matérias previstas no respectivo estatuto.

No equacionamento da questão social, a ação governamental priorizará gastos nas áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, previdência e assistência social. O Governo Federal, junto com os Estados e Municípios, avaliará as condições de utilização da estrutura já instalada nesses setores, identificando as demandas para o atendimento social básico em todo o País. Atenção especial será dada à atividade de acompanhamento dos resultados desses gastos, estabelecendo padrões mínimos de eficiência e qualidade na alocação de recursos públicos.

Tendo em vista a prioridade social e a restrição fiscal, não deverão ser utilizados mecanismos de renúncia ou de ampliação de subsídios setoriais adotados em passado recente. Todavia, o Governo se mobilizará no sentido de apoiar institucionalmente, ou através da captação e aplicação de recursos do sistema financeiro, os setores estratégicos da economia. O setor exportador será um exemplo desse esforço, mediante a simplificação de procedimentos operacionais, da nova legislação sobre portos, do apoio de agentes governamentais na promoção das vendas e na

prevenção contra as iniciativas protecionistas de parceiros comerciais, bem como o prosseguimento dos esforços de integração regional — por exemplo, os relacionados com o MERCOSUL. Também as instituições oficiais de crédito terão como meta o financiamento de longo prazo a projetos de investimento e de modernização.

No setor da construção civil, a melhor gerência dos recursos fiscais possibilitará a identificação de contrapartidas para a captação de financiamentos externos para obras públicas. Uma reestruturação dos financiamentos habitacionais deverá contemplar dois subsistemas: um destinado à população de baixa renda com capacidade de pagamento reduzida ou inexistente, e outro voltado para as classes que podem efetuar os retornos necessários à manutenção do sistema. Por outro lado, a política de redução das taxas de juros reais deve estimular o investimento privado nesse setor.

Na agricultura, buscar-se-á a manutenção, com os aperfeiçoamentos necessários, da política praticada no passado recente, com o objetivo de assegurar o crescimento da produção agropecuária, em vista de sua importância para os objetivos globais da política econômica e social do Governo, sobretudo a redução da inflação, do desemprego e do impacto da recessão sobre as camadas menos favorecidas da população.

Ao mesmo tempo, deverão ser introduzidas alterações qualitativas na implementação das diferentes medidas direcionadas para o setor, visando, especialmente, elevar a produtividade agrícola através da transformação tecnológica de amplos segmentos tradicionais e de subsistência ainda presentes na agricultura nacional. O combate à pobreza, sobretudo no Nordeste, e o estímulo à expansão da agroindústria serão áreas que merecerão atenção especial por parte do Governo.

Prosseguirão as discussões para formalização de um acordo setorial, no qual, além do estabelecimento de metas, será negociado o fornecimento de uma cesta básica a preços mais acessíveis para a população. Esse acordo irá se agregar à política agrícola do Governo, que deverá manter a níveis condizentes a oferta de crédito ao setor, a estabilidade dos preços mínimos e compras governamentais, e o apoio para investimentos rurais em máquinas, equipamentos e novas tecnologias, através das instituições financeiras federais.

O maior nível de atividade gerado pelos efeitos multiplicadores destes setores viabilizará uma sustentável recuperação da demanda agregada, permitindo, inclusive, a redução da capacidade ociosa na indústria e o estímulo à expansão da atividade comercial.

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional vários projetos de lei de desregulamentação ou de modernização da regulamentação da atividade econômica.

Dentre os principais destacam-se os projetos de lei referentes a: modernização dos portos; simplificação do registro de empresas mercantis; revogação da taxa incidente sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica; dispensa da autorização prévia para a realização de campanhas promocionais com distribuição de prêmios mediante concurso, sorteio e vale-brindes; simplificação dos títulos de crédito rural; e ampliação do valor limite para emissão de cheques ao portador.

A Comissão Especial do Programa Federal de Desregulamentação dará, neste exercício, especial ênfase:

- à alteração da regulamentação do transporte rodoviário interestadual de passageiros;
- ao anteprojeto de lei desburocratizando o transporte multimodal de cargas;
- à desregulamentação do exercício de profissões, revogando barreiras legais e restrições ao livre exercício de atividades profissionais e ao livre funcionamento do mercado de trabalho;
- ao anteprojeto de lei que dispõe sobre a instituição da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- ao anteprojeto de lei referente à eliminação do registro de diploma de graduação no ensino de terceiro grau nas universidades federais, substituindo-o pela publicação no D.O.U.;
- à alteração da legislação referente à venda de medicamentos, no sentido de permitir a comercialização de medicamentos que independam de prescrição médica em supermercados e estabelecimentos correlatos;
- à edição de decreto simplificando as viagens a serviço de servidores da administração direta, indireta, fundacional e de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista aos países integrantes do MERCOSUL, aplicando as mesmas normas que regem as viagens em território nacional.

A Revisão Constitucional

Deve-se reconhecer que a sustentabilidade e consistência permanentes dos estímulos ao crescimento econômico objetivados pela sociedade brasileira passam por um conjunto de reformas estruturais, e, em especial, pela redefinição do papel do Estado. A Revisão Constitucional, em 1993, ensejará a discussão e proposição dessas reformas, incluindo temas como o federalismo e a repartição das receitas e dos serviços públicos; a reforma do sistema financeiro; as relações entre o capital e o trabalho; a participação do capital estrangeiro; a intervenção estatal; a reforma agrária; o acesso mínimo e universal à saúde, educação e previdência, dentre outros.

Com a definição do regime de governo, cabe discutir o novo federalismo, ponto fundamental para o futuro desempenho e credibilidade das finanças públicas. A Constituição de 1988 iniciou um importante processo de descentralização e redistribuição dos recursos públicos sem, entretanto, transferir para os Estados e Municípios os respectivos encargos típicos dessas esferas governamentais, agravando a crise financeira que permeia todo o setor público brasileiro.

Os tópicos de reforma fiscal propostos pelo Executivo à apreciação do Legislativo iniciam o processo de redefinição do papel do Estado. Além da mera adequação do sistema tributário às condições para a retomada do crescimento e desenvolvimento, a Revisão Constitucional deverá analisar as competências e obrigações das diferentes esferas governamentais, o processo de gestão dos recursos públicos para garantir a transparência e integridade da alocação orçamentária, os mecanismos de representação política, e a capacidade de coordenação e planejamento das políticas públicas.

Para a sustentação dos esforços de estabilização econômica, torna-se premente a reforma do sistema financeiro e, como ponto principal deste tema, a definição da competência e autonomia do Banco Central, em sua função de preservar a moeda nacional. Conseqüentemente, aspectos referentes ao controle e sanidade financeira de instituições oficiais de crédito e de fundos públicos deverão ser abordados para solucionar eventuais desvios ou pressões futuras sobre os recursos fiscais.

ESTRATÉGIA SOCIAL

A partir de 1993, a política social basear-se-á na necessidade imperiosa de combater a pobreza como forma de reduzir a histórica desigualdade na distribuição da renda e amortizar os efeitos indesejáveis das políticas de ajuste econômico, inserir o País no novo padrão mundial de competitividade e manter o diálogo social indispensável para o desenvolvimento e consolidação dos direitos de cidadania, de acordo com o disposto na Constituição Federal.

O ajuste econômico é base do crescimento e fator de promoção social, impondo-se como estratégica a estabilização dos níveis de preços, geração de empregos produtivos e crescimento dos salários reais.

Entretanto, o crescimento econômico por si só não é suficiente para a promoção e proteção social. Na verdade, o crescimento que desconsidera a necessidade do vínculo com um conjunto vigoroso de programas sociais pode agravar o desequilíbrio macrossocial ora observado.

Assim, as políticas econômica e social devem ser complementares e agir de modo sinérgico, a fim de que os objetivos de crescimento econômico e de justiça social sejam alcançados *pari-passu*.

O gasto social gera benefícios generalizados e será direcionado como forma de reduzir as disparidades interpessoais de renda, aumentar o bem-estar da comunidade e preparar os recursos humanos para o crescimento econômico.

O combate à pobreza é objetivo prioritário das ações governamentais. Os trabalhadores dos setores público e privado têm sido os grandes perdedores do processo de ajuste macroeconômico devido à forte redução de postos de trabalho, sobretudo no meio urbano, queda acentuada do salário real e deterioração dos bens e serviços públicos ofertados pelo Estado.

O processo de adaptação à crise, por falta de uma política equilibrada, tem provocado um aumento extensivo e intensivo da pobreza, com os pobres ficando mais pobres, ao mesmo tempo em que outros

estratos da população, devido à queda nos níveis de renda, têm passado a aumentar ainda mais o número dos mais necessitados .

Desse modo, todos os Ministérios e órgãos do Governo Federal deverão se orientar por um mesmo objetivo-síntese: o de elevar a qualidade de vida da população, em especial dos mais carentes, sem descuidarem de criar e potencializar oportunidades de desenvolvimento, seja para indivíduos e grupos sociais, seja para regiões e setores de atividade econômica.

Essa determinação significa que o redirecionamento do modelo econômico deverá considerar, também, como variáveis essenciais, os possíveis impactos da política econômica na estrutura das desigualdades, priorizando-se aquelas que mais contribuirão para consolidação da democracia e da cidadania, ou seja, que minimizem as situações de desigualdade.

É preciso que o Brasil disponha de uma rede de proteção social mínima, sem a qual será impossível construir as externalidades sociais necessárias à formação de um padrão de competitividade ativo, dinâmico e de elevado retorno econômico e social, que permitirá inserir o País, de forma adequada, na nova ordem mundial.

A competitividade é indispensável para ocupar mercados e somente poderá ser conseguida mediante a realização de investimentos sociais que melhorem os níveis de educação e de saúde da população, conduzindo a um aumento dos padrões da qualidade e produtividade.

A distribuição de renda também é fator chave para que as empresas ganhem vantagem competitiva. À medida que cresce o mercado interno, os consumidores sofisticam seus gostos e pressionam as empresas por padrões mais altos, impelindo-as a se desenvolver, inovar e aperfeiçoar.

A permanente negociação é necessária para que seja criado um clima propício à transformação da sociedade e das mudanças necessárias no plano econômico.

Para tanto, a participação das organizações de empregados e empregadores será estimulada sem descuido da participação congressional e de todos os segmentos da sociedade, através do fortalecimento dos agentes sociais representativos.

O combate à pobreza, o aumento da proteção social e a criação de novos padrões de competitividade baseados na qualidade e produtividade, dentro de um ambiente de negociação e participação, resgatam os direitos de cidadania e do caráter democrático e aberto da sociedade brasileira.

Diretrizes para o Desenvolvimento Social

Para que a atuação governamental voltada para o desenvolvimento social logre êxito, serão observadas as seguintes diretrizes gerais relativas a: novo arranjo institucional e descentralização; universalização dos serviços sociais básicos; focalização das ações para os grupos mais necessitados; e controle social dos programas pelos beneficiários, por meio da participação popular.

Em primeiro lugar será atacado o centralismo das decisões. É fundamental descentralizar a elaboração e execução de programas para os governos estaduais e municipais e para a própria sociedade, estimulando a participação das empresas e de entidades não governamentais.

É preciso que o arranjo institucional do aparelho de estado elimine a superposição de funções e os conflitos de competência entre órgãos, conferindo aos governos subnacionais papel destacado na implementação do desenvolvimento social.

A função do Governo Federal, sempre que possível, será normativa, mediante a elaboração de diretrizes gerais, fixação de padrões, montagem de esquemas de financiamento — em conjunto com os governos estaduais e locais — e acompanhamento e avaliação das políticas, programas e projetos sociais.

A prestação dos serviços sociais básicos consoante as determinações constitucionais deverá visar a universalização, ao mesmo tempo em que serão buscadas a eficiência e eficácia das ações.

Sem prejuízo da orientação quanto à universalização, o Governo Federal considerará, em sua atuação, o atendimento prioritário aos estratos sociais situados na faixa de pobreza absoluta.

Assim, todos os órgãos do Governo considerarão, em suas atuações, políticas diferenciadas e focalizadas para o atendimento das classes sociais menos favorecidas. A miséria deve ser combatida por todos os Ministérios e órgãos governamentais.

Os programas devem ser claros em seus objetivos, evitando-se ações complexas tanto do ponto de vista institucional como em suas finalidades, devem ser elaborados de modo a beneficiarem a população-alvo e possuírem potencial sinérgico.

A ausência de participação dos beneficiários na elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação das ações tem sido causa do baixo impacto dos programas sociais.

As diretrizes específicas para o desenvolvimento social são as seguintes:

Educação — Melhorar a qualidade do ensino (redução drástica da evasão e repetência) como elemento chave para a promoção humana e para a inserção competitiva da economia brasileira.

Saúde — Manter e aperfeiçoar a atuação do Estado, sobretudo no financiamento e regulação do sistema, direcionando o atendimento para os estratos de mais baixa renda, sem excluir a participação do setor privado.

Previdência — Compatibilizar a ampliação dos níveis de cobertura dos benefícios e pensões com a reestruturação das bases de financiamento do sistema, e considerar a Previdência Social como instrumento efetivo de redistribuição de renda.

Assistência Social — Ordenar a oferta aos grupos que têm na assistência a única oportunidade de sobrevivência: crianças, deficientes, idosos atingidos pela pobreza e desempregados. A assistência social estará presente em todas as políticas setoriais, focalizando o atendimento aos segmentos mais vulneráveis da população.

Alimentação e Nutrição — Atender os mais necessitados com o barateamento da cesta básica e, na medida do possível, vender os estoques federais para os Governos Estaduais e Municipais montarem seus programas de alimentação e utilizar os estoques excedentes para a implementação de programas sociais.

Saneamento — Coordenar a ação de todos os órgãos governamentais que atuam no setor de modo a maximizar as aplicações de recursos e observar as

inter-relações entre saneamento, níveis de saúde e meio ambiente. Conferir prioridade à universalização dos serviços de água potável nas Regiões que ainda registram baixos níveis de cobertura (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e tratamento de esgotos em todo o País, concentrando recursos nas áreas com maiores potenciais de poluição.

Habitação — Aplicar os recursos públicos no atendimento à população de baixa renda com prioridade para as áreas mais críticas (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e cidades de médio e grande porte), dando-se preferência aos programas de lotes urbanizados, regularização fundiária e melhorias habitacionais, integrando-os com as ações de saneamento.

Grupos Sociais Prioritários

Para que as diretrizes gerais e específicas anteriormente anunciadas se materializem faz-se necessário traduzi-las em ações concretas. Tais ações serão articuladas em torno de grupos sociais prioritários, a saber: a *família*, a *criança* e o *adolescente*.

A Família

A pobreza dificulta a estruturação e a organização social da unidade familiar, reduz, quando não anula, as possibilidades de seus membros terem acesso aos bens e serviços sociais básicos, à habitação e à alimentação. A consequência mais notória desse processo tem sido a dissolução da unidade familiar, que acaba se tornando irreversível, com a perda de identidade pessoal e familiar, migrações, favelização, generalização da violência, proliferação de crianças de rua, num circuito perverso que se auto-alimenta pelas precárias e eventuais inserções no mercado de trabalho, com baixos níveis de produtividade e renda.

Urge conjugar esforços em iniciativas globalizadas e que potencializem o enfrentamento da pobreza. Basicamente, deve-se substituir as ações pontuais, emergenciais e isoladas por outras que atinjam o espectro da pobreza estrutural e sejam simultâneas, articuladas e continuadas. É necessário aumentar a oferta de empregos; manter o poder de compra do salário mínimo; promover o incremento da renda familiar via acesso a bens e serviços públicos; melhorar as condições sociais de trabalho; incentivar a produção auto-sustentada de pequenos empreendimentos urbanos e rurais; e dinamizar as potencialidades regionais.

As ações a serem implementadas podem ser ordenadas em três grandes grupos. No primeiro, devem ser contempladas aquelas que favorecem a geração de postos de trabalho, inclusive com ativação seletiva e racional da capacidade produtiva informal, desde que nitidamente potencial e auto-sustentável: dinamização de cidades de pequeno e médio portes, a partir de suas potencialidades e peculiaridades, em conformidade com novas propostas de desenvolvimento urbano e regional; intermediação, sobretudo via informação adequada, entre demanda e oferta de trabalho; e capacitação profissional.

O segundo conjunto de ações tem como objetivo fundamental possibilitar o aumento real dos rendimentos das famílias mais pobres, não só pela elevação sistemática real do salário mínimo, como também pela adoção de medidas destinadas a aumentar o consumo básico familiar, privilegiando-se a redução relativa dos preços dos alimentos, dos medicamentos e de outros bens de consumo popular.

Em terceiro lugar, um conjunto articulado de ações deve ser implementado no sentido de garantir a elevação dos níveis de qualidade de vida das famílias mais pobres, o que impõe a melhoria das condições habitacionais da população a partir de construção de casas, oferta de lotes urbanizados, promoção de programas de saneamento básico urbano e rural e demais aspectos de infra-estrutura que valorizem o hábitat.

A Criança e o Adolescente

O Governo, inclusive em decorrência de determinação constitucional, deverá assumir como prioridade absoluta a construção de possibilidades efetivas de desenvolvimento específicas para este grupo populacional, reconhecido como fundamental em termos de oportunidades futuras. De início, serão identificadas e eliminadas as situações de parcelamento e superposição de ações, evitadas a dissociação das iniciativas sociais frente ao contexto do crescimento econômico, insistindo-se na marca típica de investimento na qualidade da população.

A par da expansão da oferta de vagas em creches e pré-escolas, em especial para grupos e regiões mais carentes, deve ser buscada a universalização e a melhoria da qualidade do ensino de primeiro grau e a progressiva ampliação da jornada escolar diária.

A universalização dos serviços básicos de saúde materno-infantil, principalmente com vistas à diminuição dos índices de morbidade e de mortalidade específicas, também constitui-se em objetivo a ser buscado.

As responsabilidades da sociedade em geral e do setor privado, quanto ao apoio à criança, devem ser amplamente discutidas, visando ao aprimoramento das definições e das formas de articulação das ações.

O combate a todas as formas de violência deve envolver os melhores esforços do Governo, especificamente os das áreas mais diretamente responsáveis pela justiça e pela segurança pública, e igualmente de toda sociedade. A prevalência de qualquer forma de exploração, agressão ou violência contra crianças e adolescentes significa o comprometimento da cidadania de todos.

Finalmente, as atividades desportivas e de lazer devem ser expandidas, pois constituem instrumentos auxiliares importantes de integração de crianças e adolescentes à sociedade.

Defesa da Cidadania

Enquanto ação pública tipicamente instrumental, cabe agir em esferas sensíveis e estratégicas como: acesso à justiça e seu funcionamento democrático; garantia de segurança pública; informação sobre direitos e sua efetivação; e apoio à organização popular.

Assim, as ações a serem implementadas devem procurar agilizar e modernizar a justiça, no sentido de torná-la mais próxima dos cidadãos, minimizando as situações de impunidade, recuperando sua credibilidade e buscando equalizar as oportunidades de acesso. Cabem, também, a revisão e a capacitação do aparato policial, com vistas ao atendimento da população, sobretudo em questões de segurança.

Um outro tipo de ação diz respeito à necessidade de oferta pública de informação estratégica para o exercício da cidadania e para o manejo de conteúdos educativos e culturais favoráveis.

Deve-se incentivar a formação de espaços participativos, desde que não reproduzam o atrelamento clientelista, em especial na gestão e no controle democráticos dos serviços públicos.

ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

As desigualdades econômicas e sociais entre as regiões, a concentração e congestionamento urbano e a utilização predatória dos recursos do meio ambiente são fatores que reforçam os entraves ao desenvolvimento.

Essas três dimensões — a regional, a urbana e a ambiental — serão explicitamente consideradas na execução das estratégias de desenvolvimento sócio-econômico. A configuração regional-espacial da alocação dos investimentos em infra-estrutura, em atividades produtivas e na formação de capital humano, a criação de condições para a desconcentração econômica e demográfica das cidades e a utilização racional do meio ambiente e dos recursos naturais, com preservação, proteção e renovação, são elementos essenciais para se viabilizar o desenvolvimento e alcançar maior integração da sociedade.

A articulação dessas três políticas, envolvendo a redução das desigualdades regionais, a estruturação de um sistema de cidades mais equilibrado e funcional e a promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, constituirá a estratégia de ordenação do território nacional, objetivando maior equilíbrio e eficiência na organização e ocupação territorial.

Política Regional

A política de desenvolvimento regional terá seus fundamentos na ativação das potencialidades produtivas das regiões, na maior integração econômica inter-regional e na inserção das Regiões periféricas ao processo global de desenvolvimento do País.

As ações de reordenamento da ocupação econômica dos espaços regionais terão como instrumento o Macrozoneamento Ecológico-Econômico, que redefinirá as macrorregiões estratégicas e econômicas do País em função de divisões político-sociais historicamente estabelecidas e, sobretudo, levando em conta as potencialidades dos recursos naturais e as articulações entre as regiões e com o exterior.

No Nordeste e na Amazônia ainda será necessário criar fontes autônomas de crescimento econômico, através da ação direta do Estado e

de estímulos aos investimentos privados. A prioridade para o Nordeste justifica-se pelos grandes desníveis de desenvolvimento que ainda existem entre essa região e o conjunto do País. A estratégia para o Nordeste se identifica por três componentes: o reforço e integração da base econômica, o combate à pobreza e a revisão da gestão da política de desenvolvimento regional.

A base produtiva deve receber investimentos privados para desenvolver a agricultura moderna de mercado, com base na irrigação, a agroindústria, a reestruturação produtiva da indústria tradicional, a continuidade do avanço técnico dos complexos industriais modernos (petroquímica, cloroquímica e álcoolquímica), bem como as potencialidades do turismo. Essa ação visará a produtividade e a competitividade interna e externa, ajustando-se ao paradigma tecnológico e organizacional emergente, que deve também orientar a administração dos incentivos fiscais para a região.

O combate à pobreza constituirá o núcleo da estratégia social para a região, através, essencialmente, de alternativas de desenvolvimento sustentável para o meio rural, sobretudo no semiárido, com os objetivos de aumento da produtividade agrícola e eliminação da pobreza crítica.

A revisão da gestão da política regional de desenvolvimento reconhece que o sistema institucional existente não atende às exigências trazidas pelo novo ciclo de desenvolvimento. A prioridade para o desenvolvimento sustentável da região exigirá uma profunda adaptação das instituições, redefinindo-se suas funções e as atribuições no que se refere ao planejamento, articulação, financiamento e execução da política de desenvolvimento. Tal revisão deverá se submeter a duas realidades: a importância crescente do mercado e dos investimentos privados no novo modelo de desenvolvimento do País e a emergência de um papel renovado para os Estados no Federalismo.

A prioridade para a Amazônia decorre de sua ainda frágil integração com as demais regiões, das grandes responsabilidades com o uso racional de seu grande patrimônio natural e do resultante compromisso com o desenvolvimento sustentável, em benefício do futuro da região e do País. A estratégia de desenvolvimento envolve a vertente produtiva, com ênfase no aproveitamento da base mineiro-metalúrgica, na exportação de recursos

renováveis de alto valor e na agricultura, e a revisão da administração do desenvolvimento.

A base produtiva deverá ser ativada pela exploração mais intensiva dos recursos minerais e energéticos, empregando tecnologias que evitem impactos ambientais adversos sobre os ecossistemas, e pelo aproveitamento da nova fronteira caracterizada pela diversidade biótica amazônica. O esforço inicial deverá combinar o conhecimento avançado e a experiência local em áreas como a industrialização de produtos naturais, pesca, complexos agroflorestais, bioindústrias (farmacologia, insumos bióticos e outros) e o turismo ecológico. Nesse sentido, será importante o reforço da capacitação tecnológica regional e nacional que assegure a rentabilidade e o uso sustentado dos recursos.

Reveste-se de importância estratégica na região a proteção das fronteiras, para impedir invasões do espaço aéreo e coibir o narcotráfico e o contrabando. Para tanto, deverão ser implementados um Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e uma política de ocupação permanente das áreas de fronteira. Quanto à gestão do desenvolvimento regional, sua revisão deverá seguir, com as adaptações necessárias, o modelo a ser definido para o Nordeste.

O Centro-Oeste, entre as regiões periféricas do Brasil, é a que apresenta maiores potencialidades e perspectivas de desenvolvimento, em função de seus recursos naturais, da maior pressão demográfica sobre esses recursos e da maior proximidade geográfica com centros dinâmicos da economia nacional.

Com seu potencial para a produção de alimentos e matérias-primas agrícolas e de excedentes exportáveis, a região pode contribuir, a baixo custo e a curto prazo, para os objetivos nacionais de estabilização econômica com retomada do desenvolvimento. Será necessário incorporar à estratégia regional os novos paradigmas tecnológicos e de integração competitiva da economia moderna, a diversificação da estrutura produtiva, a interiorização dos centros de decisão econômica e a melhoria dos padrões de produtividade e competitividade na Região. A par da produção agropecuária, serão incentivados o desenvolvimento agroindustrial e industrial, a expansão dos sistemas de transportes e o turismo.

Para a região Sul terá primeira prioridade a avaliação dos impactos da consolidação do MERCOSUL, tendo em vista maximizar seus benefícios e neutralizar os riscos envolvidos. Em áreas como o norte e o oeste da região será necessário prosseguir a recuperação de terras degradadas, inclusive com políticas preventivas, e realizar investimentos que valorizem as alternativas de transporte hidroviário. Do ponto de vista do sistema urbano, em função do seu relativo equilíbrio, serão aplicadas políticas de interiorização do desenvolvimento e desconcentração de áreas metropolitanas que preservem e reforcem aquela característica.

Política Urbana

A estratégia da política urbana terá uma componente de curto prazo, voltada para a execução de políticas sociais compensatórias, com prioridade para as periferias das grandes cidades e regiões metropolitanas, visando sobretudo ao emprego e à redução dos custos da alimentação básica. A médio e longo prazo serão ampliados os programas sociais urbanos, com ênfase na oferta de lotes urbanizados, melhoria das condições de habitação e urbanização das favelas e assentamentos humanos subnormais e provisão de serviços públicos básicos.

Quanto ao sistema urbano em escala regional e nacional, seu maior equilíbrio deverá ser a resultante de investimentos em infra-estrutura e nas atividades produtivas visando à descompressão urbana, do fortalecimento de cidades de porte médio com funções de descentralização da ocupação humana e de pólos de desenvolvimento interiorizados.

Política de Meio Ambiente

A Constituição brasileira de 1988 estabeleceu princípios para a política nacional de meio ambiente. A par disso, a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, gerou compromissos de caráter internacional, como os fixados na Declaração do Rio (Carta da Terra), na Convenção Sobre Biodiversidade, na Declaração Sobre Florestas e na Agenda XXI.

A estratégia para o meio ambiente dará ênfase a dois mecanismos: os estímulos de mercado e a regulamentação governamental. O primeiro será priorizado porque se revela mais eficaz e descentralizado.

A administração de incentivos e desincentivos econômicos e a internalização de custos ambientais, cobrando-os de quem degrada o meio ambiente, assim como os desestímulos a atividades econômicas que provoquem impactos ambientais negativos, serão diretrizes de política.

A regulamentação e o controle governamental, insubstituível em muitos casos, se voltará para as atividades que, de forma efetiva ou potencial, ameaçam o meio ambiente. A definição de padrões de qualidade, da administração de controles e da penalização dos infratores, a par do fortalecimento e aparelhamento das instituições de meio ambiente, serão os meios para o cumprimento dessas funções.

Nesse contexto, a política nacional de meio ambiente terá como prioritárias as seguintes linhas de ação:

- combate preventivo e corretivo à poluição;
- uso responsável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, segundo princípios de desenvolvimento sustentável;
- proteção de mananciais e de ecossistemas frágeis;
- combate à desertificação, à degradação de solos, ao desmatamento;
- recuperação de áreas degradadas;
- desenvolvimento e adaptação de tecnologias sustentáveis, especialmente nos setores de energia, indústria, transportes, agricultura, manejo de recursos hídricos, manejo florestal e saneamento básico;
- educação ambiental;
- gerenciamento integrado de bacias hidrográficas, incluindo o aproveitamento de microbacias; e
- zoneamento ecológico-econômico.

PARTE II

AÇÃO SETORIAL

Ministérios
Órgãos da Presidência da República

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A esfera de atuação do Ministério da Justiça abrange: a ordem jurídica; a nacionalidade; a cidadania; os direitos políticos; as garantias constitucionais; a política indigenista; a defesa da ordem econômica; a segurança pública; e a articulação com o Poder Legislativo.

Ações Realizadas em 1992

O Ministério da Justiça deu prosseguimento às ações que visam ao combate à violência e à criminalidade e, nesse sentido, buscou dar apoio e proteção às minorias, especialmente no que diz respeito à conscientização das autoridades e entidades quanto à necessidade de proteção da criança e do adolescente.

São dignos de destaque, nessa área de atuação, a realização de encontros com representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com o Presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), para estudos e discussões sobre o tema e a elaboração do documento *A violência contra a Criança e o Adolescente: tendência e perspectivas*.

Envidaram-se esforços no sentido de processar as denúncias de violência perpetradas contra crianças e adolescentes, recebidas por políticos e pelo Ministério da Criança, enviando-as às autoridades estaduais, mantendo-se o acompanhamento das providências adotadas e, como forma de estimular a cooperação por parte da sociedade, instalou-se o CONANDA — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujos membros são livremente indicados pelas entidades da sociedade civil, em assembléia nacional realizada pelo Ministério Público.

Com relação ao sistema penitenciário, deu-se prosseguimento às obras de construção, ampliação, reforma, melhoria e reequipamento de várias unidades carcerárias, envolvendo 37 projetos, dos quais 19 em fase de conclusão, prevendo-se a criação de 4.388 novas vagas.

Merece referência a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal penitenciário e de profissionalização de detentos, bem como o apoio às vítimas e aos egressos do sistema. Neste particular foi implantado, em todos os estabelecimentos penitenciários do País, com a participação de estudantes estagiários, o programa de assistência judiciária, objetivando a agilização da liberação de presos com penas cumpridas.

As diretrizes de ação do policiamento federal centraram-se no combate ao crime organizado, ao contrabando e às fraudes contra a União, intensificando-se o controle do tráfego internacional e controle de estrangeiros, por intermédio da atuação conjunta das polícias marítima, aérea e de fronteiras.

Para o apoio logístico dessas atividades, deu-se seqüência à política de modernização dos meios operacionais, melhoramento de laboratórios especializados, informatização de cadastros e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Com o objetivo de reduzir os índices de acidentes e mortalidade nas rodovias federais, intensificaram-se as atividades de patrulhamento nas estradas, viabilizadas pela aquisição de 210 novas viaturas.

No que diz respeito à política nacional de trânsito, deu-se prosseguimento às atividades de controle e implantação do Projeto Renavam — Registro Nacional de Veículos Automotores, já congregando os Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Ceará, Maranhão e Minas Gerais, cobrindo cerca de 65% da frota nacional. Foi elaborado, também, o Anteprojeto de Lei do Código Brasileiro de Trânsito.

Objetivando o cumprimento da determinação constitucional que define, para 1993, a conclusão da demarcação das terras indígenas, foi realizada, até 1992, a homologação de 128 áreas, num total de 207.249 km², e estão à espera de portaria de ocupação cinco áreas, somando 110.233 km².

Conferiu-se prioridade à internalização e descentralização do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) no âmbito do Ministério, buscando-se a auto-sustentação e consolidação do Programa, tanto a nível gerencial quanto operacional.

Desenvolveu-se intenso trabalho de treinamento dos integrantes do núcleo da qualidade e produtividade de todos os setores do Ministério, através de cursos promovidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), encontrando-se em execução seis projetos que deverão conferir impacto positivo à qualidade dos serviços prestados.

Intensificaram-se as ações voltadas para a garantia da livre concorrência e a conscientização dos direitos do consumidor e, nesse sentido, foram elaborados os projetos de regulamentação do Código de Defesa do Consumidor, de municipalização de órgãos de proteção ao consumidor, o cadastro nacional de órgãos e entidades de defesa do consumidor e uniformização procedimental e estrutural dos Programas de Defesa do Consumidor (PROCON's).

No tocante à proteção e defesa econômica, foram efetuadas 217 representações contra agentes e entidades econômicas para verificação de denúncias, tendo sido instaurados 66 processos administrativos, dos quais 12 encaminhados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Prosseguiu-se com o trabalho de modernização do parque gráfico da Imprensa Nacional e do Arquivo Nacional, com vistas ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.

Ações Previstas para 1993

O Ministério da Justiça dará continuidade à implementação das políticas nacionais relativas a: proteção da criança e do adolescente, estrangeiros, nacionalidade, direitos políticos, sistema penitenciário nacional e autorização para funcionamento de sociedades estrangeiras no País.

No campo da cidadania, serão desenvolvidas ações com o objetivo de combater a violência em geral e, particularmente, contra a criança e o adolescente, bem como será editado o guia para orientação a estrangeiros no Brasil e desenvolvidas ações contra a discriminação racial.

No que diz respeito ao sistema jurídico e penitenciário, no âmbito do programa Mutirão de Execução Penal, será desenvolvido projeto de

revisão, em todo o País, de sentenças judiciais, e haverá conclusão das penitenciárias em fase final de construção.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) manter-se-á vigilante e atuante não só no que tange à cobrança da atuação providencial, mas também na abertura de inquéritos e exigências de ações por parte do Poder Público, em todas as esferas administrativas.

Terão prioridade as ações do Governo dirigidas à redução do número de vítimas e de acidentes de trânsito nas rodovias federais.

Na área da proteção da livre concorrência e defesa do consumidor serão envidados esforços no sentido da garantia do cidadão, das instituições e do Estado, contra abusos do poder econômico. O Ministério atuará, principalmente, no aperfeiçoamento da legislação pertinente ao combate desses abusos, na prevenção e repressão de atos e práticas contrárias à livre iniciativa e à concorrência, e na conscientização da relevância dos mecanismos de mercado quanto às vantagens decorrentes de nova postura frente às relações de consumo.

Nesse sentido, serão promovidos o fortalecimento do Sistema Nacional do Consumidor, a simplificação do acesso à justiça e a agilização dos procedimentos administrativos e judiciais e a regulamentação do Código do Consumidor, já aprovado pelo Congresso Nacional.

As populações indígenas continuarão a merecer atenção específica como minorias especiais, sob a proteção do Estado. Assim sendo, terão continuidade as ações que têm em vista o cumprimento do Artigo nº 67 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a demarcação topográfica de todas as áreas indígenas até outubro de 1993. Buscar-se-á, também, assegurar escolaridade diferenciada, respeito aos seus costumes, tradições e processos próprios de aprendizagem, e assistência à saúde de acordo com o grau de integração e especificidade etno-cultural do índio.

Da mesma forma, serão dirigidas atenções especiais no sentido de incentivar as comunidades indígenas quanto a suas práticas tradicionais de produção de alimentos, reduzindo, a longo prazo, a interferência externa no processo produtivo e buscando assegurar a independência dos grupos.

O Ministério da Justiça estreitará relações com os sistemas estaduais de segurança pública, objetivando maior cooperação no combate às novas

formas de organização do crime, à abrangência da criminalidade e sua localização.

Terão continuidade a política de modernização do parque gráfico da Imprensa Nacional e projeto de automação dos serviços, do controle e disseminação das informações do Arquivo Nacional.

Será implantada a Ouvidoria Geral da República, criada pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, para atendimento a qualquer cidadão, devidamente identificado, na recepção de queixas, reclamações, denúncias, sugestões e recomendações sobre a administração pública.

MINISTÉRIO DA MARINHA

O Ministério da Marinha concentrou suas atividades, em 1992, na formulação e condução das políticas nacionais que digam respeito ao mar; no preparo da Marinha de Guerra; na orientação e controle da Marinha Mercante e atividades correlatas; na implementação e fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos, no mar territorial e em águas interiores, bem como na plataforma continental submarina; na realização de estudos e pesquisas de interesse da Marinha e do País; e na cooperação com os demais órgãos do Governo Federal em programas de desenvolvimento nacional, de assistência a populações necessitadas e com a defesa civil, em casos de calamidade pública.

Ações Realizadas em 1992

Deu-se prosseguimento ao Programa de Reparelhamento da Marinha, ainda que prejudicado devido ao atraso na liberação de recursos orçamentários, destacando-se as seguintes realizações: a incorporação à Armada de mais uma corveta da classe "Inhaúma", construída no Estaleiro Verolme; início de construção de uma corveta e avaliação operacional de duas outras; continuação da construção de três submarinos: Tamoio, Timbiras e Tapajós, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

Com relação ao desenvolvimento de projetos especiais deu-se continuidade à implementação do protótipo dos sistemas de propulsão de navios e submarinos, e às atividades de desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear.

Relativamente ao Programa de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, é dada seqüência ao processo de aquisição de sete helicópteros e a modernização de outros dez, conforme contrato firmado com a AEROESPATIALE SNI; continuam a construção de rebocadores, lanchas e chatas, e o desenvolvimento do projeto do submarino SNAC-1A, ao tempo em que, no Programa de Desenvolvimento de Meios

Flutuantes, tiveram continuidade a concepção e desenvolvimento de projetos de engenharia relativos a meios de superfície e submarinos.

No Programa Patrulha Costeira prosseguiu a construção, no Estaleiro Mauá, de dois navios-patrulha e, no Arsenal de Marinha, de outros dois.

Quanto à área de Pesquisa e Desenvolvimento tiveram continuidade as pesquisas referentes a sensores inerciais e propelentes sólidos para aplicação em mísseis e foguetes, bem como o desenvolvimento do protótipo industrial de um sistema de informações táticas.

Prosseguiram, também, os estudos e projetos para obtenção de um navio-patrulha fluvial e de um navio-transporte fluvial, destinados a substituir os meios, já acentuadamente degradados, existentes em Ladário (MS), na área do 6º Distrito Naval.

No Projeto *Viaturas e Materiais Especializados*, foram adquiridos 14 carros-lagarta anfíbios que serão incorporados à Marinha no período 1994-95, e recebeu-se um veículo lançador/recolhedor de esteiras de praia para emprego em operações anfíbias, além de diversos tipos de viaturas operativas para emprego em unidades da Força de Fuzileiros da Esquadra.

No Programa Missão Antártica foram adquiridos equipamentos para pesquisa atmosférica, geológica e biológica, coleta dos dados sobre a dinâmica oceânica da Antártida, realizados estudos sobre ecossistemas austrais, e foi realizada a Operação Antártica XI.

Para possibilitar melhor apoio aos meios navais e aeronavais sediados nas áreas dos Distritos Navais, a Marinha está construindo e ampliando depósitos na Estação Naval de Rio Negro, em Manaus (AM), na Base Naval de Val-de-Cães, em Belém (PA), na Base Fluvial de Ladário (MS) e na Base Almirante Ary Paneiras, em Natal (RN), além do Centro Experimental de Comando do Teatro de Operações Marítimas, no Rio de Janeiro (RJ).

Ações Previstas para 1993

Para 1993, a Programação do Ministério da Marinha, compatibilizada com o Plano Plurianual 1993-1995, dará prosseguimento aos seus programas, prevendo-se, no âmbito do Programa de

Reaparelhamento da Marinha, o término da construção, no País, de três submarinos e de quatro corvetas, além do início da construção de mais um submarino e uma corveta, aquisição de seus equipamentos e obtenção de sistemas e equipamentos para modernização de seis fragatas.

No Programa de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes dar-se-á continuidade ao desenvolvimento do projeto de construção do submarino NAC-1A, a construção ou aquisição de navios-transporte de tropa, lanchas anfíbias, rebocadores, lanchas, chatas e embarcações especiais, a aquisição de 16 helicópteros e modernização de quatro aeronaves, bem como o prosseguimento da modernização do navio-aeródromo Minas Gerais.

No que se refere ao desenvolvimento de projetos especiais, terá continuidade a criação de protótipo de meios flutuantes, visando tornar o País menos dependente do exterior.

Quanto ao Programa Antártico Brasileiro procurar-se-á conferir-lhe o provimento dos meios necessários à sua execução.

Prosseguirá a construção de cinco navios-patrolha de duzentas toneladas e de três lanchas-patrolha e de polícia-naval.

O reaparelhamento e a modernização das instalações das bases e estações navais seguirá seu curso, de modo a possibilitar à Marinha um melhor apoio às diversas embarcações sediadas nos seus Distritos Navais.

Por último, este Ministério, no seu campo específico e quando convocado pela Presidência da República, juntamente com as Pastas da Aeronáutica e do Exército, procurará apoiar as ações de combate à pobreza.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Na execução do seu plano de curto prazo, a Força Terrestre-1990 (FT-90), compatibilizados os objetivos às disponibilidades financeiras, o Ministério do Exército, além de concluir as ações já iniciadas, elegeu as ações a serem desenvolvidas no biênio 1992-1993, destacando-se, dentre elas, a reestruturação da Brigada de Aviação do Exército, a implementação do Programa de Informatização e implantação da Organização Sistêmica e do Sistema de Comando e Controle, a racionalização da Estrutura Organizacional, e a elevação, tanto quanto possível, do nível de operacionalidade das Organizações Militares Prioritárias.

No âmbito das empresas vinculadas, o Ministério do Exército tem sob sua supervisão a Indústria de Material Bélico (IMBEL), cujos investimentos foram orientados para a modernização das unidades fabris visando, fundamentalmente, à melhoria de qualidade dos produtos, ao aumento da produção e ao alcance da auto-suficiência da empresa.

Ações Realizadas em 1992

No tocante ao projeto Reparcelamento do Exército, teve prosseguimento a organização: do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e da Campanha de Guerra Eletrônica (Brasília); do 33º Pelotão de Polícia do Exército, da 23ª Companhia de Comunicações de Selva e do 23º Batalhão Logístico de Selva (Marabá-PA); da 6ª Companhia de Engenharia de Combate Blindada (Santa Maria-RS); da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Dom Pedrito-RS); da 2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Alegrete-RS); da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (São Borja-RS); do 28º Batalhão Logístico (Dourados-MS); da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (Jardim-MS); e do 20º Regimento de Cavalaria Blindado (Campo Grande-MS).

Foi dado prosseguimento às obras de organização do Comando e Companhia de Comando da Brigada de Aviação do Exército, em Taubaté (SP), bem como do 1º Batalhão de Helicópteros, do Centro de Instrução de Aviação e do Batalhão Logístico de Aviação do Exército e da Companhia de Precursores.

Nesse mesmo projeto, teve curso a transformação do 1º Batalhão de Comunicações Divisionário com a criação da Companhia de Comunicação por Área (RJ). Continuaram as transferências das seguintes unidades militares: do 1º Batalhão de Comunicações Divisionário, do Rio de Janeiro (RJ) para Santo Ângelo (RS); da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR); da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, de Santo Ângelo (RS) para Tefê (AM); e do 4º/20º Regimento de Cavalaria de Brigada, de Três Lagoas (MS) para Campo Grande (MS). Em andamento, no período, o melhoramento das seguintes organizações militares: 6º Batalhão de Comunicações Divisionário de Bento Gonçalves (RS); Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (RJ); Escola de Administração do Exército de Salvador (BA); Academia Militar das Agulhas Negras (RJ); Escola Preparatória de Cadetes do Exército de Campinas (SP). E, ainda, o completamento de equipamentos da Brigada de Infantaria Pára-Quedista (RJ) e da 3ª Divisão de Exército de Santa Maria (RS).

No que diz respeito a construções, deu-se prosseguimento à do 2º Batalhão de Guardas de Barueri (SP), do Parque Regional de Manutenção da 1ª Região Militar (RJ), do Hospital de Guarnição de Marabá (PA), do Hospital de Guarnição da Vila Militar (RJ), da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército em Curitiba (PR), do 3º Batalhão de Suprimento em Canoas (RS), do 9º Batalhão de Suprimentos em Campo Grande (MS), do Centro Tecnológico do Exército em Marambaia (RJ), da Companhia Especial de Transporte de Belém (PA) e dos postos médicos de Osasco (SP), Pelotas (RS), Cascavel (PR), Cuiabá (MT) e Taubaté (SP).

Com relação às atividades de formação, aperfeiçoamento e altos estudos, formaram-se 550 oficiais de carreira e 2.550 oficiais da reserva, e foi ministrado curso de altos estudos a 270 oficiais. Na área de ensino profissional e específico, formaram-se 2.200 sargentos, além

de terem sido ministrados cursos de aperfeiçoamento a 300 oficiais e 2.000 sargentos, e de especialização a 2.500 militares.

No campo da pesquisa foram implantados Laboratório de Tecnologia Optrônica e Laboratório de Tecnologia em Microondas em Marambaia (RJ), além do desenvolvimento de pesquisa de Carros Blindados, de Sistemas de Armas e de Sistemas de Comunicações e de Serviços.

Na IMBEL, tiveram continuidade a construção de instalações para abrigar equipamentos e para a produção de explosivos e espoletas.

Ações Previstas para 1993

Entre os trabalhos previstos para o projeto Reparcelamento do Exército, destacam-se: a formação de 16 organizações militares (9 subunidades, 2 pelotões e 5 unidades); a transformação de 9 unidades; a transferência de 2 Brigadas, 2 subunidades e 3 unidades; o melhoramento de uma unidade e 3 estabelecimentos de ensino; e o complemento de uma Divisão do Exército e 3 Brigadas.

Quanto à Aviação do Exército, pretende-se continuar organizando um Batalhão de Helicópteros, um Centro de Instrução, um Batalhão Logístico, uma Companhia de Precursores e um Destacamento de Helicópteros (Manaus-AM).

Quanto às atividades de Formação, Aperfeiçoamento e Altos Estudos, pretende-se formar 550 oficiais de carreira e 2.550 oficiais da reserva, e proporcionar curso de Altos Estudos a 257 oficiais. No que diz respeito ao Ensino Profissional e Específico, objetiva-se formar 2.020 sargentos, aperfeiçoar 1.387 oficiais e 1.970 sargentos, além do curso de especialização para 2.400 militares.

Com relação à Cartografia Automatizada, dar-se-á prosseguimento à dotação de equipamentos para operacionalizar o Centro de Cartografia Automatizada do Exército.

No campo da pesquisa, pretende-se dar continuidade à implantação de Laboratório de Meios Convencionais de Defesa e de Laboratório de Guiamento e Controle, além do desenvolvimento de projetos sobre equipamentos de natureza militar, considerados prioritários, tais como:

mísseis, foguetes, lançadores e armas anticarro para pequenos escalões. Pretende-se, também, prover as organizações militares de meios em *hardware*, *software* e recursos humanos.

Prosseguirá a construção do 2º Batalhão de Guardas em Barueri (SP), Parque Regional de Manutenção da 9ª Região Militar, Hospital de Guranição de Marabá e Centro de Cartografia Automatizada do Exército, além da ampliação do Hospital Geral de Campo Grande e do Hospital Geral do Recife.

Por último, este Ministério, no seu campo específico e quando convocado pela Presidência da República, juntamente com as Pastas da Aeronáutica e da Marinha, procurará apoiar as ações de combate à pobreza.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Itamaraty realizou, em 1992, a despeito das severas restrições orçamentárias, ações diplomáticas de grande envergadura em áreas como meio ambiente, comércio internacional, não-proliferação de armamentos nucleares, direitos humanos, e integração regional, entre outras, com vistas a consolidar e aprofundar as linhas de atuação externa, inseridas no objetivo mais amplo de modernização da economia e da sociedade.

Ações Realizadas em 1992

Na busca da inserção crescente e competitiva do País na economia mundial, merece destaque o encaminhamento favorável das negociações da dívida externa junto aos organismos financeiros internacionais, que permitiu a conclusão do Acordo de Princípios com o Comitê de Bancos Credores e com o Clube de Paris. Quanto à dívida oficial, o Brasil assinou *Agreed Minutes* com treze governos credores no âmbito do Clube de Paris. Concluiu, também, na condição de país credor, acordos de reestruturação da dívida com cinco países. Merece destaque, ainda, a ratificação brasileira de adesão à Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), bem como o acordo para o reescalonamento da dívida pública brasileira com o governo norte-americano.

No referente à liberalização do Comércio Exterior, a importância que a diplomacia brasileira atribui ao sistema multilateral de comércio traduziu-se em meticoloso acompanhamento das negociações da Rodada Uruguai do GATT, nas quais o Brasil se empenha por uma conclusão equilibrada, em prol da efetiva liberalização do comércio internacional. Realizou-se, em 1992, a primeira Revisão de Política Comercial do Brasil no GATT, com resultados positivos.

Quanto à Promoção Comercial, realizou-se a VI Reunião dos Presidentes do Grupo do Rio, com a participação do então Presidente em exercício, Itamar Franco, bem como a Reunião de Funcionários de Alto Nível — Grupo do Rio (CEE) sobre comércio, que abriu, pela primeira

vez, um fórum para discussão de temas comerciais de interesse para ambas as partes. No Cone Sul, o comércio entre os países do MERCOSUL, que vem crescendo com celeridade, apresentou resultado significativo no primeiro semestre do ano: os três parceiros do Brasil absorveram, no período, 10,5% do total das exportações brasileiras, o dobro da participação em 1991. O Itamaraty organizou, ainda, a representação de empresas brasileiras, em 70 eventos no exterior.

No que diz respeito à utilização pacífica da energia nuclear, o Brasil participou ativamente, no âmbito da Comissão de Desarmamento da ONU, em negociações do primeiro acordo multilateral não-discriminatório, global, abrangente e verificável sobre desarmamento e controle armamentista. O representante brasileiro foi eleito para a Presidência da citada Comissão no ano de 1993. Passo importante na direção do acesso a tecnologias sensíveis e à não-proliferação representa o Projeto de Lei nº 2.530/92, encaminhado ao Congresso Nacional, que dispõe sobre importação e exportação de bens de emprego bélico e de uso na área nuclear e serviços diretamente vinculados. Destacam-se, ainda, os esforços de cooperação que culminaram, em dezembro, com a instalação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

As questões ligadas a tecnologias sensíveis e propriedade industrial, entre outros temas, foram tratadas com especial atenção em reuniões de grupo de trabalho Brasil e EUA. Além dos entendimentos com o Grupo do Rio, MERCOSUL e Comunidade Européia, cabe ressaltar a conclusão do Acordo de Terceira Geração Brasil (CE), que estabelece diretrizes gerais para a cooperação nas áreas econômica, comercial, industrial, científico-tecnológica, agrícola, florestal, saúde pública, desenvolvimento social, administração pública, infra-estrutura e integração regional.

A diplomacia brasileira manteve sua orientação no sentido de promover o fortalecimento de organismos internacionais e multilaterais. Este papel destaca-se com a eleição do Brasil, pela sétima vez, para ocupar um dos assentos não-permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O incremento da participação nacional nas forças de paz das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), Iugoslávia (UNPROFOR) e em El Salvador (ONUSAL), a perspectiva de

participar em Moçambique (ONUMOZ), a participação com destaque nas atividades da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a atuação de forma significativa nas atividades do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior, da Comissão Oceanográfica Internacional, da Comissão para a Preservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, entre outras, merecem registro.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), contou com a participação de representantes, do mais elevado nível, de 183 países. Durante a Conferência o Brasil assinou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Adotou, ainda, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda XXI e a Declaração sobre Florestas. Destaca-se, como ponto relevante, a realização, em novembro, da Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Brasília, sob a égide da União Interparlamentar.

A promoção dos direitos humanos justificou a adesão ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José). Delegações brasileiras participaram ativamente das reuniões das Comissões de Direitos Humanos da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como das preparatórias para a próxima Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.

As ações direcionadas ao incremento das relações com outros países permitiram significativos avanços no cenário internacional. Com a América Latina, merecem destaque os encontros do Chefe de Estado brasileiro com os Presidentes da Nicarágua, Argentina, Uruguai e Bolívia, durante os quais foram concluídos importantes atos, como os acordos sobre fornecimento de gás boliviano e sobre transporte fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná, bem como a realização da II Reunião de Presidentes dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, e da II Reunião de Cúpula Ibero-Americana, em Madri. No âmbito das relações bilaterais com os

EUA, destaca-se a conclusão do Memorandum de entendimento sobre Controle de Entorpecentes, representando mais um avanço na prevenção do uso indevido e do tráfico de entorpecentes.

No que se refere à Comunidade de Estados Independentes (CEI), o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Ucrânia, Bielorrússia e Armênia, e enviou representante às sessões da Conferência Internacional de Ajuda à CEI. Reconheceu, também, a independência da Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.

No que se refere aos países do Oriente Médio, merece destaque a conclusão do Programa de Cooperação Científica no Domínio Agrícola, celebrado com a Tunísia, por ocasião da visita do Chanceler brasileiro àquele país e ao Marrocos.

O Instituto Rio Branco formou, em 1992, 21 novos diplomatas. Foram realizados treinamentos para apenas 18 oficiais de Chancelaria, número bem abaixo das necessidades programadas inicialmente (130 pessoas), comprometendo os planos de melhorar o rendimento quantitativo e qualitativo no atendimento ao público.

Ações Previstas para 1993

A ação diplomática brasileira, em 1993, deverá pautar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

- Buscar a inserção crescente e competitiva na economia mundial, intensificando o relacionamento bilateral, em especial com os países latino-americanos, fortalecer a cooperação, inclusive em novos campos, com os principais países industrializados, em especial os EUA e Japão, aprofundar as relações com a Rússia e outros países da CEI, e reforçar os laços com o mundo em desenvolvimento, tanto no plano bilateral, como através de grupos de cooperação, como o Grupo dos 15;
- Enfatizar a atuação em organismos multilaterais: OEA, Grupo do Rio, Cúpula Ibero-Americana, Bacia do Prata, Tratado de Cooperação Amazônica e, em especial, Conselho de Segurança das Nações Unidas, participar no encaminhamento de questões relativas ao meio ambiente, direitos humanos, desarmamento e não-proliferação, atuar ativamente nos fóruns econômicos internacionais (GATT, UNCTAD, SELA, UNIDO), privilegiando a negociação de novos acordos internacionais de produtos de base, prosseguir com as atividades visando à consolidação do

MERCOSUL, principalmente quanto à coordenação de políticas setoriais e macroeconômicas e à harmonização de legislações, e buscar novas formas de cooperação com a Comunidade Européia e Bacia do Pacífico.

Nas áreas administrativa e consular, o Itamaraty dedicará, em 1993, atenção especial no sentido de: adequar a rede de postos no exterior às novas tendências das relações internacionais, modernizar a rede consular, com vistas a adequá-la à defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros no exterior, e prosseguir no projeto de aperfeiçoamento da organização e das práticas administrativas do Itamaraty.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

O Ministério da Fazenda (MF) atua na formulação e execução da política macroeconômica, concentrando suas ações, principalmente, na operação de instrumentos associados às políticas monetária e creditícia, fiscal e do setor externo, com o objetivo fundamental da busca da estabilidade macroeconômica, requisito indispensável para a geração de condições favoráveis à retomada do desenvolvimento econômico e social do País.

O Executivo, através do MF, pautará sua atuação nessas áreas, tendo como princípio básico a preservação de regras estáveis que permitam o adequado funcionamento dos mecanismos de mercado e a ampliação dos horizontes de planejamento para os agentes econômicos.

Política Fiscal

A execução financeira do Tesouro Nacional foi caracterizada, em 1992, pela intensificação de instrumentos de contingenciamento das despesas públicas, aproveitando a pequena margem ainda disponível para cortes de gastos, com o objetivo de compatibilizá-las com a retração das receitas.

Com as substanciais modificações legais introduzidas no período (antecipação de recolhimentos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, alteração na forma de apuração de contribuição sobre o lucro líquido, indexação dos impostos, e reestruturação do FINSOCIAL), o componente tributário das receitas da União logrou crescimento da ordem de 8,3%. Contudo, o conjunto das receitas do Tesouro sofreu queda real de 6,1%, destacando-se o Resultado do BACEN (-70,6%) e a contribuição para o FINSOCIAL (-23%).

As despesas atingiram Cr\$ 451,8 trilhões, com as liberações vinculadas e ordinárias mantendo-se, com relação à receita, praticamente aos mesmos níveis do ano anterior (90%). Os desembolsos para pagamento de encargos da dívida cresceram 3.897,6%, contra reduções de 6,3% nas despesas com pessoal-encargos e 29,5% nos demais gastos.

Até outubro, as contas do Tesouro apresentaram resultado mensal positivo, situação que se reverteu em novembro, em decorrência da antecipação do pagamento de títulos públicos existentes na carteira do Banco Central.

Os resultados acumulados nos meses anteriores, adicionados ao valor positivo de dezembro, permitiram, no entanto, manter um saldo positivo no valor acumulado até o final de 1992.

A política de taxas de juros reais repercutiu desfavoravelmente sobre a Dívida Pública. O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF) alcançou, em dezembro, aproximadamente Cr\$ 1,3 quatrilhão, que corresponde a cerca de US\$ 105 bilhões, dos quais US\$ 90 bilhões são representados por títulos na carteira do Banco Central.

Por seu turno, o saldo da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) totalizou Cr\$ 941 trilhões, ou US\$ 147 bilhões, equivalente a 32,0% do PIB, evidenciando uma redução em relação ao saldo de dezembro de 1991. A evolução da DLSP no período foi influenciada pela alteração em sua composição, provocada pela conjunção de um expressivo ingresso de capitais externos com a conversão dos cruzados novos.

Sob a ótica das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), o resultado primário, que exclui do fluxo de endividamento as despesas com juros nominais, foi superavitário em 2,9% do PIB, sendo obtido pelas empresas estatais (1,4% do PIB), Governo Federal e Banco Central (1,5%), e Estados e Municípios (0,0%).

Mantidas as condições de estabilidade política, somadas aos progressos esperados em termos da reforma fiscal, alvo de Projeto encaminhado ao Congresso Nacional no final do exercício, deverão se ampliar as possibilidades de alongamento do perfil da dívida e redução mais acentuada de seu estoque, assim como de queda do custo de rolagem dos títulos em circulação.

Política Monetária e Creditícia

O ano de 1992 foi marcado pela utilização, quase que exclusiva, da política monetária como instrumento de combate à inflação.

Nesse contexto, as operações de mercado aberto foram utilizadas sob um prisma de curto prazo, onde prevaleceu a prática de juros reais positivos, objetivando o enfrentamento das pressões inflacionárias, seja pelo lado da demanda, através do incentivo à manutenção da poupança financeira, seja sob o enfoque da oferta, com o encarecimento do capital fixo e de giro das empresas.

O mercado de títulos públicos mostrou durante longo período uma situação de folga de liquidez, paralelamente ao processo de liberação de cruzados

novos. Esse quadro exigiu sistemática atuação no mercado para evitar a difusão do excesso de liquidez para os demais setores da economia.

A evolução dos principais agregados monetários foi mantida sob controle ao longo do ano. Em termos reais, observou-se significativa retração dos estoques da base monetária e dos meios de pagamento, no conceito restrito (M1).

A base monetária registrou crescimento nominal de 996% na posição média dos saldos diários e de 991% na posição de final de período, correspondente a Cr\$ 63 trilhões em termos absolutos. Os principais fatores de pressão foram as operações do setor externo (com impacto de Cr\$ 46 trilhões), seguidas da conversão de cruzados novos (Cr\$ 29 trilhões). Entre os fatores de controle da expansão destacam-se os resultados das contas do Tesouro Nacional (Cr\$ 17 trilhões) e os depósitos vinculados aos Fundos de Aplicação Financeira (Cr\$ 5 trilhões).

Os meios de pagamento, com base no conceito restrito (M1), apresentaram contração real, com taxas nominais de crescimento de 913% na posição final de período e de 973% na média dos saldos diários. Com base nos conceitos mais amplos, observa-se crescimento real dos estoques, com o M4 evoluindo, nominalmente, 1.800%. A relação M4/PIB passou de 15,8% no final de 1991, para 24,3% no final de 1992.

Os títulos privados, basicamente CDBs, continuaram captando a maior parcela da poupança financeira, seguidos das cadernetas de poupança e dos títulos federais.

No tocante à política de crédito, alguns avanços importantes foram feitos no financiamento ao setor agrícola, em especial o lançamento do novo pacote agrícola para a safra 92/93, que contemplou, entre outras medidas, a criação da Unidade de Referência Rural e Agroindustrial (UREF), para atualização monetária do crédito rural e agroindustrial, e a manutenção da diferenciação das taxas de juros para pequenos (9% mais TR), médios e grandes produtores (12,5%), com a criação da faixa especial para miniprodutores (6% mais TR).

Outro aspecto que merece ser salientado foi a conversão automática do custeio da safra 91/92 em Empréstimo do Governo Federal (EGF), trazendo grandes benefícios aos produtores rurais, principalmente no segundo semestre, na medida em que possibilitou a alternativa de estocar produtos até a recuperação dos preços.

O Banco do Brasil aplicou no ano cerca de US\$ 5 bilhões na atividade agrícola, dos quais US\$ 3 bilhões destinados ao custeio da safra.

Isto representou aproximadamente 70% dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural alocados ao setor.

Dentre os programas financiados pelo Banco, mereceram destaque o Programa da Terra, o Programa de Apoio às Populações Rurais do Nordeste e o Programa Corredor de Exportação do Nordeste.

Cabe ressaltar, também, a destinação pelo Banco do Brasil de recursos da ordem de US\$ 250 milhões, através de uma linha de crédito, para micro, pequenas e médias empresas, para o financiamento de capital de giro, com prazo de até um ano e juros de 12% ao ano.

Política Cambial

A política cambial vem sendo conduzida de forma a assegurar estabilidade à taxa de câmbio num contexto adverso, marcado por fases de aceleração inflacionária, como as ocorridas no início de 1992 e em agosto e setembro do mesmo ano.

A manutenção de taxas de juros reais positivas e as variações na taxa de câmbio ligeiramente inferiores à TR contribuíram para que, a partir de dezembro de 1991, se intensificassem as operações de fechamento de contratos de câmbio de exportação.

Nesse contexto, o Executivo, através do Banco Central, decidiu atuar no mercado como demandante de divisas, dando sustentação à taxa de câmbio real, o que propiciou a recomposição das reservas internacionais em níveis compatíveis com o cumprimento dos compromissos externos, permitindo, inclusive, margem de segurança suficiente para atender eventual reversão do fluxo de capitais e, desta forma, evitar oscilações mais bruscas na taxa de câmbio.

Em 1992 o balanço de pagamento registrou superávit global de US\$ 19,7 bilhões até o mês de setembro, resultado que contrasta com déficit de US\$ 4,8 bilhões observado no ano anterior. O destacado desempenho das contas externas em 1992 deveu-se para igual período, em parte, ao ingresso de recursos na forma de investimentos e, também, de empréstimos em moeda, efetivados através da colocação de títulos de empresas brasileiras no exterior. Cabe destacar que, do superávit global, cerca de US\$ 9,9 bilhões foram apropriações contábeis decorrentes do acordo com o Clube de Paris.

O superávit em transações correntes até setembro foi de US\$ 4,2 bilhões, contra déficit de US\$ 0,2 bilhão para o mesmo período de 1991. Esse resultado foi possível graças ao comportamento da balança comercial e da conta de serviços, notadamente em função do declínio nas despesas de juros

e do expressivo incremento dos ingressos a título de transferências unilaterais.

O movimento de capitais registrou, até setembro, ingresso líquido de US\$ 15,7 bilhões, contra saída líquida de US\$ 5,8 bilhões em 1991. Foi significativa a entrada de capitais externos: os recursos destinados ao mercado de capitais alcançaram US\$ 3,9 bilhões contra uma repatriação de US\$ 2,2 bilhões; o ingresso de recursos na forma de investimentos diretos líquidos somou US\$ 2,6 bilhões.

Como decorrência dessa movimentação de recursos e da atuação do Governo como demandante do excesso de divisas no mercado, as reservas internacionais totalizaram, em dezembro, US\$ 19,0 bilhões no conceito caixa e US\$ 23,8 bilhões no conceito de liquidez internacional, acumulando no ano US\$ 10,5 bilhões e US\$ 14,3 bilhões, respectivamente.

No final do primeiro semestre de 1992, em consequência do expressivo ingresso de recursos externos, na forma de empréstimos, e da renegociação de valores em atraso junto ao Clube de Paris, a dívida externa registrada foi estimada em cerca de US\$ 100 bilhões, 10% superior à posição verificada no final de 1991. A dívida líquida do setor público não-financeiro situou-se em US\$ 78,6 bilhões no mês de junho de 1992, 13% a menos do que em dezembro do ano anterior.

Ao final de novembro de 1991, o Brasil acertou as bases para um acordo *stand-by* com o FMI, no montante aproximado de US\$ 2 bilhões e abrangência de 20 meses. Este acordo foi ratificado no início de 1992, com a liberação da primeira parcela do empréstimo. Posteriormente, foi suspenso o cronograma de desembolsos em função do não cumprimento, pelo País, das metas relativas ao déficit público.

Também em fevereiro de 1992, foram concluídos os entendimentos no âmbito do Clube de Paris, compreendendo o reescalamento de dívidas da ordem de US\$ 12,8 bilhões, incluindo principal e juros. Deve-se destacar que o Brasil conseguiu refinarar dívidas que já haviam sido objeto de reescalamento anterior, fato não muito comum em se tratando desse organismo internacional.

Outro importante avanço foi alcançado no que se refere à última etapa, já aprovada pelo Senado Federal, das renegociações sobre a dívida externa. No início de julho, o Brasil e o Comitê Assessor dos bancos credores concluíram acordo relativo ao tratamento da dívida de médio e longo prazos.

Ao longo de 1993, o Executivo procurará manter a política de progressiva regularização da situação do País junto aos organismos internacionais de

crédito e conduzir a política cambial de forma a não desestimular o crescimento das exportações brasileiras.

Política de Preços

Completo-se, no início do ano de 1992, a política de liberação progressiva dos preços, iniciada no ano anterior. Atualmente o Executivo mantém controle somente sobre tarifas públicas, preços de borracha natural e sobre margens de comercialização de cigarros, cervejas, refrigerantes e leite pasteurizado e esterilizado.

A política econômica continuará centrada na defesa da concorrência e do consumidor. Sob esta ótica, o Executivo, em contrapartida à liberação dos preços, procurará impedir que empresas ou grupo de empresas impeçam o livre funcionamento do mercado, seja por práticas decorrentes do seu poderio econômico, seja através de associações que objetivem práticas restritivas de preços, divisão de mercado, etc.

A exposição criteriosa da economia nacional à competição internacional (pela gradual redução das alíquotas do imposto de importação), a desregulamentação, a privatização e a aplicação eficaz da legislação de defesa da concorrência e do consumidor são iniciativas que se inserem nesse contexto da progressiva liberalização econômica.

Operação dos Fundos de Desenvolvimento e Programas Habitacionais

Em consonância com as políticas operacionais projetadas para o ano de 1992, o MF, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), atingiu um saldo de aplicações da ordem de Cr\$ 15.600 bilhões nesse ano, destacando-se o suporte do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa, atualmente, mais de 40% do total de recursos aplicados pelo BNB.

Quase metade das aplicações foi dirigida para o setor industrial, com prioridade para os segmentos mais modernos, de maior potencial de competitividade e dotados de efeito multiplicador dos investimentos na Região.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), administrado pelo Banco da Amazônia (BASA), aplicou, no mesmo exercício, cerca de Cr\$ 1,2 trilhão. Desse valor, mais de 2/3 foram destinados ao setor rural, seguidos pelas aplicações na indústria e nos programas especiais (FNO Especial, Pesca Artesanal e Programa da Terra). Foram contratados mais de 1.300 operações com recursos do FNO, das quais quase 90% dirigiram-se para as categorias de mini, micro e pequenos produtores.

Quanto ao Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), foram liberados no ano de 1992 recursos da ordem de Cr\$ 376 bilhões, beneficiando projetos aprovados pela SUDAM nos segmentos agropecuário, agroindustrial, industrial e de serviços básicos aprovados pela Superintendência.

A gestão desses fundos de investimento privilegiará, em 1993, a utilização criteriosa dos recursos em atividades que representem o efetivo aproveitamento de vocações regionais e o estímulo aos projetos que permitam melhorar as condições de competitividade setorial e estrutural das regiões beneficiadas.

No tocante aos empréstimos habitacionais, das operações lastreadas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), previstas em CR\$ 11.332 bilhões, foram realizadas pouco mais de 50%, face à frustração nos níveis de captação de depósitos de poupança.

O ano de 1992 caracterizou-se também pelo não cumprimento das metas derivadas da aplicação de recursos do FGTS e FDS, devido aos efeitos da recessão sobre a captação líquida do FGTS e do elevado nível de contratações em 1991. Não foram apenas inviabilizadas novas contratações em 1992. A Caixa Econômica Federal (CEF) não pôde manter sequer os desembolsos já comprometidos, resultando em atrasos e até mesmo paralisações de obras.

Em 1993 o Governo aperfeiçoará sua atuação enquanto órgão normativo e organizador do sistema de financiamento do desenvolvimento urbano. Para tanto, deverão ser criadas condições favorecidas para os segmentos da população de baixa renda, dando-se prioridade à recuperação de assentamentos urbanos subnormais (como favelas), à ampliação da oferta de lotes urbanizados e à execução de obras de saneamento básico.

Na área habitacional, a CEF, através da utilização de recursos de depósitos de poupança, prevê a construção de cerca de 50 mil unidades no âmbito do Plano Empresário e Cooperativas Habitacionais. Além disso, com base nos recursos do FGTS, serão retomadas as contratações através do Programa de Habitação Popular e do Plano Empresário Popular objetivando a construção e comercialização de aproximadamente 300 mil unidades habitacionais.

No que tange ao saneamento e ao desenvolvimento urbano, será dada prioridade ao atendimento à população de baixa renda, com ampliação do abastecimento de água nas áreas urbanas, objetivando sua universalização. Serão também implementadas ações de saneamento nas áreas rurais, de apoio ao saneamento ambiental e controle de poluição hídrica e de indução à modernização, e melhoria dos padrões dos serviços de saneamento.

Reestruturação do Patrimônio Público

Foi mantido, em 1992, o andamento dos trabalhos de demarcação dos terrenos da Marinha no litoral norte do Estado de São Paulo, compreendendo a extensão de aproximadamente 370 Km.

Tiveram seqüência, também, os projetos de cadastramento dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Paraná, que deverão adicionar, ao atual estoque da União, cerca de 110 mil imóveis, representando um acréscimo de quase 50% no número de unidades atualmente cadastradas.

Ainda no exercício de 1992, foram alienados 15 imóveis gerando receita superior a CR\$ 4 bilhões.

O programa de desmobilização se constitui em uma das prioridades do Executivo para 1993, contemplando a alienação de todos os imóveis ociosos e sem previsão de utilização. Nesse ano pretende-se vender, em todo o território nacional, cerca de 2,5 mil imóveis residenciais e 135 próprios nacionais já identificados, além de outros imóveis que venham a ser considerados disponíveis e estejam em condições de serem colocados à venda.

Política de Seguros

O Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar contempla um amplo conjunto de mudanças estruturais no setor, já tendo sido efetivamente implantadas a liberação tarifária e a livre pactuação de índices de atualização nas operações de seguro, além de ter sido criado o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por suas cargas.

Outras providências, como a revisão das restrições à origem do capital das empresas que operam no setor, a internacionalização do Mercado Brasileiro de Seguros, a reestruturação do Seguro Habitacional e a extinção do regime de sorteio na contratação dos seguros dos órgãos do Poder Público já foram objeto de estudos e análises, encontrando-se nas fases iniciais de implementação.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Tendo como objetivo básico a busca de uma infra-estrutura de transportes moderna e eficiente para o País, as ações do Ministério dos Transportes são orientadas para: racionalização da operação modal, com maximização da eficiência econômica e redução de custos; revisão dos mecanismos setoriais de financiamento; e estímulo à participação da iniciativa privada, respeitados os interesses dos usuários e asseguradas a supervisão e fiscalização pelo Poder Público.

Ações Realizadas em 1992

Com relação ao transporte ferroviário de carga, não obstante a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) operar sob forte constrangimento econômico-financeiro, a empresa alcançou, em 1992, produção correspondente a 37,1 bilhões de toneladas-quilômetro úteis, equivalentes a 80,8 milhões de toneladas de carga, o que significou um crescimento de 2% em relação ao volume transportado em 1991.

A empresa foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, através do Decreto nº 473, de 10 de fevereiro de 1992, estando em curso, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os estudos básicos necessários à definição de um modelo operacional para balizar o seu processo de privatização.

Na área do transporte ferroviário urbano de passageiros, prosseguiram satisfatoriamente as negociações com os governos dos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de Pernambuco, visando à estadualização dos sistemas operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Dos 25.000 km de rodovias em estados regular e péssimo, foram restaurados apenas 1.400 km de estradas em 1992.

O baixo desempenho das ações de transporte rodoviário deveu-se ao contingenciamento dos recursos do Tesouro Nacional e à inexistência de uma sistemática de financiamento permanente, que permita vincular determinadas receitas ao programa de investimentos na área.

Com relação às empresas de navegação interior, cabe destacar a privatização do Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) e o prosseguimento normal do processo de privatização da Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA). Foram cancelados, por falta de pretendentes, os leilões da Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), estando em estudo, no Ministério dos Transportes, alternativas para a continuidade das atividades da empresa.

Por outro lado, a despeito dos esforços empreendidos na recuperação da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, persiste a grave situação de desequilíbrio econômico-financeiro que culminou, no final de 1992, com a repetição do arresto de navios da companhia no exterior, exigindo do Governo Federal, mais uma vez, o socorro financeiro à empresa. Como decorrência desse fato, o Executivo criou comissão interministerial, com o objetivo de analisar duas alternativas básicas: o prosseguimento do processo de privatização da empresa ou o encerramento definitivo de suas operações.

No transporte aquaviário, destacam-se as ações voltadas para a diminuição da presença do Estado nas atividades portuárias, de modo a permitir maior espaço para a participação da iniciativa privada, dos Estados e dos Municípios na atividade, com base em um novo modelo gerencial-administrativo e operacional para os portos brasileiros. Contudo, avanços mais substantivos nesse processo passam, necessariamente, pela aprovação do Projeto de Modernização dos Portos em tramitação final no Congresso Nacional.

No apoio sistemático e efetivo à área de transportes, registra-se o resgate da função de planejamento, através da ação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) na realização de pesquisas e estudos abrangentes de caráter multimodal.

Ações Previstas para 1993

Para 1993, as principais diretrizes estabelecidas pelo Ministério dos Transportes contemplam a recuperação da malha rodoviária e a remoção de ineficiências do sistema portuário. A integração multimodal nos principais corredores de transporte será prioritária, bem como a revisão do

modelo institucional, através da descentralização para Estados e Municípios, e da privatização.

No setor ferroviário de carga, enfatizar-se-á a recuperação dos sistemas ferroviários e a otimização de seu uso; o direcionamento dos recursos públicos federais para investimentos em infra-estrutura, aumentando, progressivamente, a participação da iniciativa privada nos gastos de operação; e o prosseguimento do programa de suspensão dos serviços e ramais antieconômicos.

Será conferida atenção especial à continuidade do processo de descentralização dos sistemas de trens urbanos da CBTU e TRENURB, com o desenvolvimento de ações que assegurem a viabilidade futura dos sistemas após a estadualização, entre as quais destacam-se: o saneamento econômico-financeiro das empresas, com conclusão da reforma em suas estruturas organizacionais e administrativas; a recuperação da receita operacional, buscando reduzir a necessidade de alocação de subsídios governamentais; e o prosseguimento de programas emergenciais para combater a elevada degradação dos sistemas.

No transporte rodoviário terão seqüência os trabalhos de recuperação da malha rodoviária federal, com conservação preventiva e emergencial de 52 mil km de estradas, restauração de 4 mil km, manutenção e operação de 50 postos de pesagem de veículos — para controle de peso de cargas e de apoio aos usuários; eliminação de cerca de 300 pontos críticos; e início do processo de transferência aos Estados de parte da rede rodoviária, atualmente sob jurisdição federal, não incluída na proposta de revisão do Plano Nacional de Viação.

No tocante ao segmento aquaviário, é fundamental a aprovação do chamado Projeto de Modernização dos Portos, que proporcionará as bases para a descentralização administrativa, autonomia e auto-sustentação financeira dos portos, de modo a capacitá-los a alcançar progressivamente níveis de eficiência operacional compatíveis com padrões internacionais.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA

As ações empreendidas pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária buscam apoiar a agropecuária no desempenho das funções que lhe são inerentes no processo de desenvolvimento econômico e social do País, e melhorar as condições de vida daqueles que dela dependem.

Para tanto, o Ministério participa na formulação e execução de medidas de política econômica tais como crédito rural, preços mínimos, abastecimento e estoques reguladores. Implementa também projetos e atividades nas áreas de reforma agrária e colonização, pesquisa e experimentação, difusão de tecnologias, defesa sanitária vegetal e animal, eletrificação rural e cooperativismo, dentre outros.

A diretriz geral seguida pela Pasta é desregulamentar e descentralizar suas ações, aumentando a participação de Estados, Municípios e entidades públicas e privadas, de modo a maximizar os resultados dos escassos recursos de que o Governo dispõe para promover o desenvolvimento rural.

Ações Realizadas em 1992

A primeira medida definida em 1992 foi o lançamento, em janeiro, do Programa da Terra, tendo como meta principal o assentamento de 400 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra até 1994, sendo 50 mil naquele ano.

Em face da limitação dos recursos do Tesouro, da baixa aceitação dos Títulos da Dívida Agrária para pagamento das terras desapropriadas e da falta de regulamentação dos Artigos 184 e 185 da Constituição Federal, pelo Congresso Nacional, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conseguiu assentar 22.591 famílias, o que representou 45% da meta programada. Foram entregues 19.042 documentos de

titulação, cadastrados 2,5 milhões de imóveis e atendidas 10.021 famílias com crédito para produção.

No campo da pesquisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) tem concentrado esforços na geração e difusão de tecnologias adaptadas à realidade sócio-econômica da agricultura nacional. Nesse processo, busca engajar Estados, Municípios e iniciativa privada, articulando-se também com instituições nacionais e internacionais voltadas para a ciência e tecnologia.

Objetivando ampliar o estoque de conhecimentos à disposição dos agricultores, foram desenvolvidos 1.635 projetos de pesquisa direcionados para alimentos básicos, 520 para matérias-primas agroindustrializáveis, e 896 para meio ambiente. Registre-se também a produção e distribuição de 13 mil toneladas de sementes básicas, destinadas à multiplicação de sementes selecionadas, a realização de 10 mil eventos de difusão de tecnologias e a distribuição de 7 mil publicações de material técnico-informativo.

Ainda em termos de pesquisa e difusão de tecnologias, devem ser mencionados 205 projetos desenvolvidos pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), direcionados para o desenvolvimento da cacauicultura, bem como a diversificação de atividades. A atuação da CEPLAC no campo da defesa sanitária envolveu o atendimento de aproximadamente 36 mil produtores e o controle da doença denominada "vassoura-de-bruxa" numa área de 48.606 hectares.

As ações da defesa agropecuária foram centradas no aprimoramento de métodos e normas com vistas a assegurar padrões de qualidade às matérias-primas e produtos finais, compatíveis com os requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos exigidos pela legislação e pelo mercado.

Na área animal, os esforços para controle das principais doenças traduziram-se na vacinação de 48,5 milhões de animais, abrangendo 450 mil propriedades. Buscando melhorar o padrão genético dos rebanhos, foram feitas provas zootécnicas em 360 mil animais, e realizadas avaliações genéticas em 4.600.

Na área vegetal, visando preservar as condições sanitárias adequadas das lavouras, foram realizadas ações de combate ao cancro cítrico e ao gafanhoto em 300 mil hectares e 100 mil hectares,

respectivamente, além do controle de outras pragas e doenças numa área de 50 mil hectares. Cabe destacar, ainda, os trabalhos de melhoria da qualidade das sementes e sua difusão junto aos agricultores, realizados através da inspeção em 135 mil hectares de campos de sementes, e fiscalização de 1.650 estabelecimentos que atuam no comércio de sementes e mudas melhoradas.

Em termos de cooperativismo rural, cumpre destacar os 436 cursos de treinamento em autogestão, bem como a produção de 400 mil exemplares de material técnico-educativo sobre o assunto. Foram também implantados 1.800 km de redes de distribuição de energia elétrica no meio rural em convênio com Governos Estaduais, Prefeituras e cooperativas.

No campo da meteorologia, foram divulgados 17 mil boletins de previsão do tempo e 54 avisos meteorológicos, tendo sido envidados esforços no sentido de modernizar o sistema, através da recuperação de 138 estações e de um laboratório.

Na área da política agrícola de curto prazo, foram aperfeiçoados os instrumentos de crédito rural, preços mínimos, comercialização agrícola e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), visando estimular maior participação de agentes privados no suprimento de crédito e reduzir o grau de interferência do Governo no mercado agrícola.

A liberação oportuna de recursos para o custeio agrícola e as medidas implementadas geraram maior confiança no setor, que, somada às condições bioclimáticas favoráveis, permitiram uma colheita de 67 milhões de toneladas de grãos, o que representou um crescimento de 17% em relação à média dos dois últimos anos agrícolas. O crescimento do PIB agrícola previsto para 1992 é de 6,2%, contribuindo as lavouras com 6,6% e a produção animal com 5,6%.

Ações Previstas para 1993

Em 1993, o Ministério continuará orientando-se pelo princípio da desregulamentação e descentralização de suas atividades, objetivando consolidar a produção de grãos ao nível de 70 milhões de toneladas, através da melhoria da qualidade dos produtos, do incremento da produtividade e da conservação dos recursos naturais.

Buscará, ainda, aumentar o grau de inserção da agropecuária na economia de mercado, sem controle de preços e com regras claras e estáveis de atuação do Governo no âmbito das políticas que afetam o setor.

Um dos objetivos centrais da política agrícola é o combate à pobreza rural, em especial no Nordeste, através da implementação de programas que permitam sua integração aos mercados competitivos. Nesse sentido, os programas de irrigação assumem particular importância.

Há, por outro lado, a consciência de que a escassez de recursos com que se defronta o Governo imporá maior seletividade nas ações empreendidas pelo Ministério, que procurará atender segmentos menos favorecidos e remover alguns entraves ao desenvolvimento auto-sustentado do setor.

Nesse sentido, as prioridades para 1993 situam-se no aperfeiçoamento da Política de Garantia de Preços Mínimos e no PROAGRO, com o objetivo de adequá-los à capacidade financeira do Governo e às necessidades da agricultura, o mesmo ocorrendo com o crédito rural. Outra prioridade situa-se no atendimento dos mini e pequenos produtores rurais, e na destinação de maior volume de recursos para investimentos, especialmente para correção do solo, construção de armazéns a nível de fazenda e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

Com relação à reforma agrária, a programação para 1993 prevê o assentamento de 147,5 mil famílias, bem como a regularização fundiária de 1,2 milhão de hectares, beneficiando 11.000 famílias, objetivando atender a demanda de trabalhadores rurais sem terra no País e reduzir os conflitos fundiários. Para tanto, é necessário que sejam regulamentados os Artigos 184 e 185 da Constituição Federal, o que permitirá ao Governo agilizar os processos de desapropriação de terras para efeito de reforma agrária.

Na área de pesquisa, atenção especial será conferida a sistemas de produção adaptados à realidade dos pequenos produtores, visando amenizar o dualismo que hoje persiste na agricultura brasileira, bem como aos alimentos básicos, dada a importância de se reduzirem os preços desses bens, que representam pesado ônus nos orçamentos das famílias menos favorecidas. Nesse sentido, está previsto o desenvolvimento de

1.600 projetos de pesquisa voltados para alimentos básicos, 400 projetos na área agroindustrial e 700 relacionados com o meio ambiente. Em termos de difusão de tecnologia, a meta para 1993 é assistir 500 mil produtores rurais.

No campo da defesa, o Ministério continuará dando ênfase à melhoria da qualidade dos produtos de origem rural, através de inspeções, fiscalizações e campanhas de erradicação e controle das principais zoonoses, pragas e doenças.

Quanto ao cooperativismo, sua disseminação entre os agricultores, notadamente os de menor porte, será uma meta a ser atendida, em face da importância desse instrumento para fortalecer esses grupos de agricultores perante os mercados de produtos e fatores e integrá-los nesses mercados, em condições semelhantes às que cercam os segmentos mais dinâmicos da agricultura. Para tanto, está prevista a realização de 300 cursos de treinamento em programas de autogestão, bem como distribuição de 200 mil exemplares de material técnico-educativo.

Na esfera da meteorologia, é importante modernizar os sistemas, pois da qualidade e da antecedência com que se divulgam as informações nessa área dependem decisões e iniciativas de grande relevância, não somente para a agricultura mas também para a defesa civil e a população em geral. Estão programadas para 1993 a recuperação de 92 estações meteorológicas e a implantação de outras 12, além do Banco de Dados Meteorológicos e do Centro de Informações Meteorológicas.

Por fim, importa ressaltar que o esforço de expansão da produção agropecuária é estratégico do ponto de vista de estabilização da economia, evitando problemas de abastecimento, principalmente de alimentos da cesta básica, ao mesmo tempo em que permitirá a ampliação do emprego e incremento da renda no meio rural.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

O Ministério da Educação passou a ser Ministério da Educação e do Desporto, a partir da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, quando a ele foi incorporada a antiga Secretaria dos Desportos — PR (SEDES). Da mesma forma, de acordo com a nova estrutura administrativa do Governo Federal, foi incorporada a este Ministério a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais da Presidência da República, sob a denominação de Secretaria de Projetos Educacionais Especiais (SEPESPE).

Ações Realizadas em 1992

A programação do Ministério da Educação, no exercício de 1992, fundamentou-se nos preceitos constitucionais e orientou-se pelos princípios de equidade, eficiência e qualidade da educação, voltada para a promoção humanística, científica e tecnológica.

Foi promovida a educação infantil de 0 a 6 anos, favorecendo a absorção de percentuais progressivamente maiores da população compreendida nesta faixa etária. Cuidou-se também da melhoria dos níveis de qualidade da educação nesse plano. Foram treinados 3.003 professores e técnicos, equipadas 777 salas de aula, distribuídos 38.988 módulos de material didático e adquiridos 1.858 exemplares para 58 bibliotecas.

No referente ao ensino fundamental, ampliou-se a oferta de acesso à população de 7 a 14 anos, assegurando ao aluno uma permanência de, no mínimo, quatro horas diárias, independente de estar no meio rural ou urbano. Cuidou-se, também, da melhoria do atendimento escolar, a partir da definição de políticas e critérios educacionais para o livro didático, material escolar e material bibliográfico complementar. Tais objetivos traduziram-se nos seguintes quantitativos: professores e técnicos treinados-54.469; escolas construídas-1.482; escolas reformadas-908; escolas equipadas-1.180; salas de aula construídas-8.500; salas de aula

ampliadas-9.809; salas de aula equipadas-16.246; módulos didáticos distribuídos-26.226; e instituições apoiadas-1.758.

As atividades na área do ensino médio voltaram-se para a consolidação desse nível, como instância destinada ao aprofundamento do saber — humanístico, artístico, científico e tecnológico — enquanto suporte para o prosseguimento de estudos ou para a inserção no mercado do trabalho. Nesse contexto, a educação tecnológica teve melhoria e expansão, pela criação de novas escolas, formação e desenvolvimento de recursos humanos, e pela manutenção e aperfeiçoamento das escolas agrotécnicas federais. Quanto à formação de professores, atribuição inerente ao nível do ensino médio, foi dada atenção à sua melhoria na educação pré-escolar e no ensino fundamental (séries iniciais), abrangendo a alfabetização de crianças, jovens e adultos e educação dos portadores de necessidades educacionais especiais.

Em resumo: foram treinados 2.227 professores e técnicos; matriculados 13.699 alunos; construídas 33 escolas novas; distribuídos 7.400 exemplares para o acervo bibliográfico; adquiridos 463 equipamentos; e apoiadas financeiramente 19 instituições.

No ensino superior, este Ministério, além de manter a sua rede de instituições federais, empenhou-se na sua melhoria, mediante construção e recuperação de instalações e aquisição de instrumental para ensino e pesquisa. Particular ênfase tem merecido a assistência financeira às entidades universitárias não federais, mediante apoio ao estudante universitário pelo crédito educativo.

Foram beneficiadas 53 instituições universitárias e 6 hospitais de ensino, com melhoria dos seus laboratórios e equipamentos; 52 instituições tiveram os seus prédios recuperados, foram concedidas 75.000 bolsas de crédito educativo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) atuou na concessão de 20.103 bolsas em nível de pós-graduação, no apoio e fomento institucional aos cursos de pós-graduação, apoiando 1.825 cursos, a par da atividade de prestar apoio técnico e institucional aos demais níveis de ensino (graduação, 1º e 2º graus).

Foi também fortalecido o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa e desenvolvimento da aplicação/uso da radiodifusão educativa,

no intuito de implementar uma produção/veiculação de programas de rádio e televisão e uma difusão de materiais impressos. Tal esforço visou prioritariamente à capacitação de professores do ensino fundamental, à alfabetização e ao processo de educação permanente (735 programas de rádio e televisão).

No que tange às atividades da antiga Secretaria dos Desportos (SEDES), desenvolveu-se principalmente o apoio ao esporte escolar, ao esporte de alto rendimento (em especial na participação dos Jogos Olímpicos de Barcelona), à disseminação e universalização do esporte em geral, inclusive para os portadores de deficiência, e bem assim a implementação de novos critérios na alocação de recursos.

A atuação da Fundação Assistência ao Estudante (FAE) desenvolveu-se através dos seguintes programas:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar, que universalizou o atendimento da alimentação escolar aos 31.446.025 alunos do ensino fundamental e da pré-escola, durante os 200 dias letivos;
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que atendeu a 28 milhões de alunos, através da distribuição de 84 milhões de exemplares;
- Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE), atendendo, através de ações educativas, preventivas e curativas, a 6 milhões de alunos;
- Programa Nacional de Material Escolar (PNME), tendo distribuído 28 milhões de módulos aos alunos de 1º grau da escola pública; e
- Programa Nacional de Salas de Leitura (PNSL), dando acesso à leitura infanto-juvenil e paradidática a 24.500 alunos do 1º grau.

Quanto à implantação dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIAC's), em dezembro de 1992 existiam 18 unidades em funcionamento, e 153 em obras, a serem entregues até fevereiro de 1993.

Estão sendo realizados reavaliação e ajuste de todos os aspectos do Programa, especialmente no que se refere: à otimização das áreas físicas e flexibilização dos projetos arquitetônicos; à operacionalização das unidades, que será descentralizada, envolvendo Estados e Municípios; ao desenvolvimento, em articulação com universidades, de novos conceitos e tecnologias de atenção integral; e à participação ativa das comunidades interessadas.

Ações Previstas para 1993

Fundamentado nas disposições constitucionais, o Ministério da Educação e do Desporto planeja promover, em 1993, através da sua ação setorial, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As definições a serem dadas pelo Congresso Nacional, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, configurarão atribuições mais específicas, especialmente no que se refere à atividade coordenadora da Educação Nacional, que cabe ao Ministério, além de sua atribuição própria de cuidar do Sistema Federal de Ensino, ações de natureza supletiva e de apoio técnico e financeiro às unidades federadas, integrantes da atuação ministerial, que reforçarão o papel articulador do MEC, previsto na Constituição.

Em 1993, o atendimento da educação pré-escolar será ampliado preferencialmente na faixa de 5 a 6 anos, mediante a melhoria das condições de espaços físicos, instalações, equipamentos e mobiliários, e com a formação de recursos humanos.

Estão previstas as metas físicas de apoio a 900 instituições, a construção/reforma de 260 salas de aula, 700 escolas equipadas/reformadas e treinamento de 6.000 professores e técnicos.

Será dada atenção prioritária à melhoria da qualidade da oferta do ensino fundamental, através da otimização das condições físicas e materiais das escolas, valorização e aperfeiçoamento dos professores; técnicos e administradores. Também serão desenvolvidos projetos de inovações pedagógicas e programas alternativos para o atendimento aos alunos com características específicas.

As ações a serem desenvolvidas abrangem: apoio a 18.532 instituições; treinamento de 508.120 professores e técnicos; construção de 6.090 novas escolas; reforma de 21.015 escolas; ampliação de 2.940 escolas; equipagem de 20.460 escolas; 40.580 salas de aula equipadas/ampliadas/construídas. Prevista também está a implantação de 400 novos Centros de Atenção Integral à Criança (CAIC's), dentro de uma metodologia reavaliada pelo Ministério, visando ao aprimoramento do programa.

Estão delineadas para este ano ações que assegurem o acesso e a permanência do aluno no ensino médio, a par de medidas voltadas para a formação, capacitação e valorização de recursos humanos.

Também estão previstas ações voltadas para programas alternativos para a oferta de educação básica para jovens e adultos.

Metas previstas: treinamento de 9.450 professores, técnicos e administradores; construção/reforma/ampliação de 850 escolas; aquisição de 11.955 unidades de equipamentos; distribuição de 120.000 módulos de material didático; aquisição de 44.400 exemplares para biblioteca; matrícula de 11.840 alunos; e formação de 5.920 novos profissionais.

Este Ministério propõe, para o ano de 1993, tratar a educação tecnológica em toda a sua amplitude e profundidade, considerando a sua inserção no contexto das tendências internacionais e sua adaptação às políticas governamentais.

Dessa forma, as diretrizes da programação incluem a estruturação com sistemas de educação tecnológica, articulação com outros sistemas de ensino, otimização da capacidade instalada e modernização da gestão, estando as metas deste setor incluídas na área do ensino médio.

As diretrizes que orientarão as ações na área do ensino superior, em 1993, prevêm a melhoria da eficácia e da eficiência, particularmente do sistema federal, a articulação com o ensino de 1º e 2º graus (formação de professores), relacionamento com o setor produtivo e melhoria da capacidade instalada das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A atividade principal para o próximo exercício consistirá na manutenção, apoio e melhoria de 53 instituições superiores federais, na recuperação de 23.704m² de prédios e instalações e na concessão de 75.000 bolsas de crédito educativo.

Na área de pós-graduação, a diretriz maior será promover a formação de recursos humanos altamente qualificados, necessários ao desenvolvimento científico, econômico e cultural do País. A sua atuação concentrar-se-á na qualificação de docentes de nível superior.

São previstos o apoio de 1.205 cursos de pós-graduação e a concessão 20.911 bolsas de estudo, tanto no País como no exterior.

O Ministério promoverá também a realização de estudos e pesquisas destinados à formulação de políticas públicas em educação. Desenvolverá

metodologias e tecnologias inovadoras, visando qualificar o processo de ensino e de gestão educacional; propõe-se a fazer diagnóstico de avaliação da situação educacional brasileira e difundir os seus resultados, buscando enriquecer o debate público sobre as questões educacionais.

Visando ainda ao aperfeiçoamento do corpo docente do ensino fundamental, este Ministério utilizará o ensino à distância, particularmente da televisão educativa. Pretende estruturar projeto abrangente de uso de novas tecnologias, dirigido para a solução dos problemas do ensino fundamental. Difundir programas da cultura brasileira, ampliar os projetos de telejornalismo e debates, com vistas à Revisão Constitucional de 1993, constitui outro objetivo da teleducação.

São previstas a realização de 10 eventos técnico-científicos, 38 pesquisas em ciência social aplicada; produção de 84 vídeos, divulgação de 7.000 publicações relativas ao setor, e apoio a 22 projetos.

Com relação à assistência ao Estudante a FAE propõe-se a desenvolver os seguintes programas:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar: atender a 30.900.000 de alunos da escola e pré-escola;
- Programa Nacional do Livro Didático: adquirir e distribuir 84 milhões de livros didáticos para 28 milhões de alunos, à razão de 3 livros por aluno;
- Programa Nacional de Material Escolar: adquirir e distribuir 28 milhões de módulos de material escolar para os alunos de 1ª à 8ª série da escola pública; e
- Programa Nacional de Saúde Escolar: atender a 7.700.000 de alunos da escola pública de 1º grau, através da assistência médica e oftalmológica.

De conformidade com as determinações constitucionais de fomentar práticas desportivas formais e não formais, este Ministério concentrará esforços principalmente na universalização da prática desportiva e na qualificação do desporto de alto rendimento, este com vistas a competições internacionais e olímpicas.

Entre as ações previstas para o próximo exercício incluem-se a realização e o apoio a 141 eventos, a promoção de 41 competições nacionais e internacionais, 69 cursos de treinamento, e o apoio a 19 centros de desporto e 2 confederações.

MINISTÉRIO DA CULTURA

O Ministério da Cultura foi criado pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, incubindo-se das atribuições da antiga Secretaria da Cultura da Presidência da República (SEC).

Enquanto Secretaria da Cultura, a sua atuação centrou-se em gestões de natureza política, econômica e operacional, objetivando garantir ao setor cultural destacada posição junto ao Governo e à Sociedade.

Ações Realizadas em 1992

Em 1992, deu-se continuidade ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de novembro de 1991, tendo como objetivo permitir ao Estado exercer, mais eficazmente, a sua responsabilidade constitucional de apoiar a criação cultural e proteger o patrimônio cultural do País, de modo a garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais.

O PRONAC prevê três mecanismos de funcionamento:

- a) O Fundo Nacional de Cultura (FNC), para atendimento de projetos de conteúdo cultural significativo. Para o exercício financeiro de 1992, o Fundo contou com cerca de CR\$ 42 bilhões, o que representou considerável aumento dos recursos orçamentários da cultura;
- b) O Fundo de Investimentos Cultural Artístico (FICART), ao qual cabe o atendimento dos segmentos culturais competitivos, com perspectivas de retorno econômico. Foi devidamente regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários;
- c) Apoio ao mecenato privado, que se efetiva através do incentivo fiscal, prescrito no PRONAC, facultando às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do imposto sobre a renda, a título de doação ou patrocínio, no apoio direto a projetos culturais, previamente aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), do PRONAC. No exercício de 1992, até o mês de novembro, foram aprovados 120 projetos.

Foi idealizado, também, o Programa Economia Política da Cultura, com a finalidade de estudar os circuitos de produção, distribuição e

consumo dos diversos bens culturais, identificando em cada um deles os principais problemas e as soluções satisfatórias para todos os envolvidos.

O livro, pela sua importância no processo educacional e cultural, foi a primeira área a ser abordada no programa. Em decorrência de recomendações do Seminário sobre Economia Política do Livro, foi inaugurada, em 9 de julho de 1992, no âmbito do então Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a Câmara Setorial do Livro, que congrega segmentos do Governo, do setor privado, escritores e trabalhadores. Um dos resultados visados deverá ser o aumento da qualidade e a redução do preço do livro.

Tratando-se a indústria cinematográfica de uma indústria de ponta, que dinamiza diversos outros setores econômicos, sociais e culturais, foi restabelecido o diálogo com a classe cinematográfica, produzindo como primeiro efeito a promulgação da Lei nº 8.401/92, de 12 de junho de 1992.

Em âmbito internacional, foram assinados quatro acordos, atualmente em fase de aprovação no Congresso Nacional, visando desenvolver um mercado comum, na América Latina, da indústria e da arte cinematográficas.

Foram promovidos diversos eventos relacionados com: os setenta anos da Semana de Arte Moderna de 1922; o Bicentenário de Tiradentes; o Dia Nacional da Cultura; e o Centenário de Graciliano Ramos. Além destes, promoveram-se a Viagem Philosophica, a Primeira Mostra do Livro Ilustrado e Raízes da América (mostra de peças iconográficas).

Merece destaque o Acordo de Cooperação, assinado entre o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e a Fundação Gulbenkian, com o objetivo de promover o levantamento do acervo cultural de um país no território do outro, e a instalação do Centro de Documentação que será localizado no Paço Imperial/Rio de Janeiro.

Atividades Previstas para 1993

Buscando oferecer respostas a demandas claramente reconhecidas, está prevista para 1993 a revisão da legislação básica para o bom desempenho da área cultural. Assim, a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1992, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC),

será alterada, com o objetivo de reduzir dificuldades operacionais já avaliadas. Deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional novo projeto de lei, modificando a Lei nº 8.401/92, de 12 de junho de 1992, no intuito de imprimir objetivos mais claros com relação ao apoio do Estado à indústria cinematográfica.

Em 1993 o Ministério da Cultura atuará de forma mais intensa na formação, capacitação e aperfeiçoamento de formuladores e executores de políticas, bem como de artistas e técnicos na área cultural, além de instrumentar teórica e tecnicamente os profissionais, através de cursos, palestras, seminários e outros.

Quanto à preservação e difusão de acervos bibliográficos, documentais e arquivísticos, pretende-se promover e apoiar a organização e conservação de acervos depositários de informações de interesse cultural, bem como os programas de gestão e metodologias de documentação de arquivos e bibliotecas.

Na área da museologia, será implementada a dinamização dos museus e casas históricas, bem como a conservação e divulgação de seus respectivos acervos.

Serão sistematizados os processos de inventário, para subsidiar as ações de preservação do patrimônio cultural e garantir o registro, defesa e revitalização dos bens e valores que constituem o patrimônio cultural brasileiro; será revitalizado, também, o uso social deste patrimônio.

Merecerá atenção especial o incentivo à criação literária nacional, através da promoção e difusão do livro, ampliação da publicação e reedição de obras de domínio público, difundindo o acesso aos textos de valor cultural, assim como será estimulado o sistema nacional de bibliotecas públicas e o Programa de Incentivo à Leitura (PRO-LER). Uma lei própria será submetida ao Congresso Nacional para restaurar, inclusive no sentido histórico, o Instituto Nacional do Livro (INL).

Visando racionalizar as políticas de incentivo à cultura, nos setores público e privado, através de informações sobre a dinâmica cultural, será estruturado um sistema integrado de informações, de sorte a preservar, ao mesmo tempo, a descentralização da operação e a uniformidade de rotinas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

A divisão do antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em Ministério do Trabalho e da Administração e Ministério da Previdência Social (Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992) reflete a redefinição de prioridades do Governo Federal quanto às questões relacionadas ao mercado de trabalho.

O Ministério do Trabalho (MTb) adotou, a partir de outubro, mudanças relevantes na condução da política salarial, com índices de reajuste superiores ao limite inferior fixado em lei. Teve, ainda, participação decisiva na aprovação da nova política de salários aprovada pelo Congresso Nacional no final de 1992, no relançamento das Câmaras Setoriais, em conjunto com outros Ministérios, nos vários fóruns criados para discutir propostas emergenciais para o enfrentamento da grave crise social por que passa o País, e na formulação do plano de ação do atual Governo.

A política setorial destacou o aperfeiçoamento do sistema de proteção ao desempregado, com o objetivo de articular a concessão do seguro-desemprego aos programas de intermediação, treinamento e reciclagem de trabalhadores. Entretanto, devido às diversas mudanças ocorridas ao longo do ano, somente no atual Governo foi idealizado o Sistema Integrado de Apoio ao Trabalhador, cuja implantação efetiva dar-se-á em 1993.

Ações Realizadas em 1992

Com o aumento do desemprego em 1992, mais uma vez o programa do seguro-desemprego mostrou seu potencial compensatório. A prorrogação da sua vigência para meados de 1993 e o abrandamento de alguns requisitos para enquadramento de segurados — embora neste caso com redução no número de meses de recebimento do benefício — possibilitaram o atendimento de 3,5 milhões de trabalhadores desempregados, que representa um aumento de 16,5% em relação aos 3 milhões assistidos em 1991.

A concessão do auxílio financeiro para trabalhadores de baixa renda (abono salarial dos programas PIS/PASEP) beneficiou 4.085 mil trabalhadores, com acréscimo de 4,6% em relação aos 3,9 milhões de beneficiários de 1991. Estes dois programas, financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), consumiram quase Cr\$ 6,5 trilhões, a preços correntes de 1992, representando 72% da previsão orçamentária para o período. Outros Cr\$ 4,9 trilhões do FAT caracterizaram o apoio do MTb aos programas de desenvolvimento econômico e social levados a efeito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na área de fiscalização da segurança e saúde do trabalhador foram implantados, em vários Estados, sistemas telefônicos de atendimento à população para recebimento de denúncias sobre condições desfavoráveis à segurança e à saúde nos locais de trabalho. Em todos os Estados da Federação foi realizada a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CANPAT) através de palestras, seminários, encontros e treinamento de especialistas. Portaria Interministerial do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação e Desportos definiu estratégias para introdução de conteúdos de segurança e saúde do trabalhador nos currículos escolares de 1º, 2º e 3º graus.

Na área de formação e desenvolvimento profissional foi instituído grupo de trabalho para subsidiar proposta de alteração da legislação relacionada com trabalho da criança e do adolescente. O Programa Nacional de Educação e Trabalho atendeu 520 treinandos. Durante o ano, o MTb contribuiu para a realização de diagnóstico sobre formação profissional nos países do MERCOSUL.

A fiscalização trabalhista objetivou aumentar prioritariamente o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tendo alcançado aproximadamente 400 mil empresas. No âmbito do FGTS iniciou-se o processo de aperfeiçoamento da gestão dos fundos sociais que constituem patrimônio do trabalhador, através da realização de auditorias nas contas vinculadas relativas a 1990 e 1991, e da instalação de comissões para definir um sistema de fiscalização integrado para o FGTS e um sistema de informações financeiras a ser implantado em 1993.

Ações Previstas para 1993

O Ministério do Trabalho consolidará sua presença nas decisões de política econômica que afetam as relações de trabalho com a intensificação e aprofundamento do debate sobre a Política Nacional do Trabalho. Nesse sentido, será instalado o Conselho Nacional de Trabalho com representantes do Governo, das centrais sindicais, das confederações patronais e de trabalhadores, e de organizações da sociedade civil. Quanto ao salário mínimo, será implementada política que propicie a elevação progressiva do seu valor real.

Como importante instrumento na regulamentação e no aperfeiçoamento das relações capital-trabalho, deverá ser implementado o Contrato Coletivo de Trabalho. Também serão desenvolvidos esforços para a efetivação da representação dos trabalhadores nas empresas, possibilitando o entendimento direto entre as partes.

A implementação do Sistema Integrado de Apoio ao Trabalhador (SIAT) possibilitará o atendimento do trabalhador em suas necessidades de reciclagem e formação profissional, seguro-desemprego, fiscalização das relações trabalhistas e das condições dos ambientes de trabalho, intermediação coletiva e nas dificuldades de ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

A cobertura do programa do seguro-desemprego será bastante ampliada, de forma a atender todos os que dele necessitarem, prevendo-se a concessão de benefícios para seis milhões de trabalhadores durante o ano. A melhoria dos sistemas estatísticos e a maior formalização do mercado de trabalho deverão, também, ampliar o número de beneficiários do abono salarial PIS/PASEP para sete milhões de trabalhadores de baixa renda.

No segmento de fiscalização da legislação trabalhista, será aperfeiçoado o Sistema de Inspeção do Trabalho. Essa atividade atingirá cerca de 420 mil empresas, com prioridade para os fundos sociais que constituem patrimônio do trabalhador (FGTS e FAT) e para a inspeção das condições e dos ambientes de trabalho. Para aumentar a transparência na sua gestão, será implantado o Sistema Integrado de Informações Financeiras do FGTS.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A partir da reforma administrativa instituída pela Lei nº 8.422, de 13 de maio de 1992, o Ministério da Previdência Social, desmembrado do antigo MTPS, pôde dar maior impulso ao seu projeto de modernização de procedimentos para melhorar o atendimento a aposentados, pensionistas e demais beneficiários do sistema de seguro social do País, promovendo combate mais agressivo às fraudes e à sonegação, complementado com a informatização dos serviços prestados.

Em que pesem os bons resultados obtidos, estes ainda ficaram aquém das expectativas, em função, principalmente, de problemas administrativos, da diminuição da arrecadação potencial em virtude do processo recessivo, e da insuficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos.

Ações Realizadas em 1992

Como parte do processo de modernização dos procedimentos foi dado prosseguimento ao programa de automação dos postos de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), através do Projeto de Regionalização, Informação e Sistemas (PRISMA), resultando na informatização de 85 postos e na realização de licitação para aquisição de equipamentos para automação de outros 240 postos. Além disso, foram informatizadas sete procuradorias regionais do INSS.

Por outro lado, complementando essas providências, foi reformulado o projeto de teleatendimento (Disque-Previdência) com a aquisição de 73 centrais telefônicas, além da realização de convênios com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para atendimento de segurados em suas agências.

Na área administrativa foram implantados o Sistema Integrado de Gestão (SIG), com módulo de controle orçamentário e fluxo de caixa, e o Sistema de Gerenciamento das Regiões Fiscais (GIRAF) em 10 gerências regionais. Além disso, foi realizado o projeto lógico do Balancete Mensal de Desempenho (BMD), que se destina à construção de indicadores da qualidade no setor de benefícios.

O Plano de Ação Emergencial incrementou a receita previdenciária com a fiscalização de mais de um milhão de empresas. Auditorias realizadas em 338 setores do INSS em todo o País detectaram 3.476 fraudes e 2.535 irregularidades administrativas. Foram encerradas 649 contas referentes a benefícios pagos através de contas correntes não movimentadas há mais de 90 dias.

No final do ano, a Previdência Social respondia pelo pagamento de 13,2 milhões de benefícios (9,2 milhões na área urbana e 4,1 milhões na zona rural), dos quais 1.432,8 mil incorporados durante o ano (958,6 mil urbanos e 474,2 mil rurais). Para o pagamento desses benefícios, foram despendidos durante o ano Cr\$ 76,0 trilhões. Dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal, 341,8 mil benefícios concedidos entre 5 de outubro de 1988 e 4 de abril de 1991 tiveram seus valores revistos.

O saldo de Caixa da Previdência Social evoluiu de Cr\$ 8,2 trilhões no primeiro trimestre de 1992 para Cr\$ 14,8 trilhões no segundo e Cr\$ 17,5 trilhões no terceiro (valores de dezembro de 1992). Já no último trimestre, o saldo operacional caiu para Cr\$ 11,1 trilhões em virtude do início do pagamento dos atrasados relativos à questão dos 147% dos aposentados e de outros passivos da Previdência Social. O saldo efetivo foi de Cr\$ 14,4 trilhões no ano. Cabe lembrar que, em 1991, o saldo de caixa havia sido negativo, da ordem de Cr\$ 310 bilhões.

Ações Previstas para 1993

O Ministério da Previdência Social terá participação ativa no processo de revisão constitucional, objetivando a definição precisa de um modelo de seguro social condizente com os anseios da sociedade. Prioridade também será conferida ao controle dos fundos de pensão privados e públicos, redefinindo seu papel no desenvolvimento econômico e social. A Previdência Social promoverá, ainda, discussões com setores organizados e representativos da sociedade visando à concepção, definição e implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais.

Como parte relevante do processo de melhoria do atendimento aos segurados da Previdência Social, a automatização dos procedimentos

compreenderá a informatização de todos os postos de benefícios do INSS (Projeto PRISMA) e a ativação das Centrais de Atendimento (Disque-Previdência) em todos os Estados da Federação. Além disso, serão implantados os Conselhos Estaduais e Municipais da Previdência Social e criada a estrutura da Ouvidoria-Geral.

No segmento de apoio administrativo ao gerenciamento da fiscalização previdenciária destaca-se a implantação dos sistemas automatizados de Informações de Arrecadação e Débito (ATARE) e de Gerenciamento de Regiões Fiscais (GIRAFSA), a implantação do Projeto de Automatização das Procuradorias Estaduais do INSS (AUPES), informatização da Auditoria Geral e das Auditorias Estaduais, a implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento de Obras, e a padronização e normatização das atividades da Administração Patrimonial, racionalizando os processos licitatórios e de contratação.

Objetivando melhorar a qualidade dos recursos humanos prevê-se a realização de concurso público para Procurador Autárquico do INSS, a montagem de um sistema de indicadores para avaliar o desempenho da Previdência Social na prestação dos seus serviços, e o treinamento de 32 mil servidores previdenciários.

Em suas atividades finalísticas, a Previdência Social responderá pela manutenção de 16,0 milhões de benefícios, concessão de 1,2 milhão de benefícios novos, e pagamento das parcelas restantes dos atrasados do reajuste de aposentadorias e pensões de setembro de 1991. No pagamento de benefícios, exclusive as parcelas atrasadas, a Previdência Social empregará US\$ 23,3 bilhões.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Diante da gravidade e persistência da crise econômico-financeira que afeta o País há alguns anos, a Aeronáutica vem se empenhando no sentido de obter a desejada eficiência operacional e administrativa, reduzindo gastos, racionalizando rotinas e eliminando desperdícios, com vistas a garantir a continuidade de sua programação prioritária e, ao mesmo tempo, manter um nível mínimo de operacionalidade. Para tanto, sua programação em 1992 ateu-se à conclusão de programas em andamento, evitando-se o desenvolvimento de novos projetos.

Ações Realizadas em 1992

Visando ao fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira, foram entregues pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER) 9 aeronaves AM-X, das 13 previstas inicialmente, além de 24 segmentos EMBRAER para os aviões italianos, e da entrega à EMBRAER de 12 motores montados pela CELMA.

No que diz respeito ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEA), encontra-se em fase de conclusão a revitalização do DACTA-1, estando concluída a implantação do DACTA-2, enquanto continua a implantação do DACTA-3, inclusive sendo iniciada a Operação Radar, no Centro de Controle. Quanto aos DACTAs 4, 5 e 6, foram englobados na implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) parte integrante do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), de âmbito interministerial.

No que tange à Infra-estrutura Aeroespacial, a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroespacial (INFRAERO) continuou sua tarefa de administrar 62 aeroportos espalhados por todo o território nacional. A INFRAERO priorizou a coordenação de obras de grande porte, de modernização e ampliação, realizadas nos aeroportos do Galeão (RJ), Guarulhos (SP), Brasília e Curitiba, além da execução de melhorias efetuadas em diversos outros aeroportos do País.

A INFRAERO foi atingida pela forte crise por que passa o setor de aviação civil, determinada pela queda do número de passageiros e do volume de carga aérea, que ensejaram a redução da arrecadação. Não apenas reduziu-se o volume de receita proveniente das tarifas aeroportuárias domésticas, como também algumas empresas aéreas não têm cumprido os prazos normais de pagamento. O não recolhimento de parte substantiva dessa receita levou esse órgão a desenvolver novas fontes de recursos e a otimizar as receitas comerciais e de carga aérea existentes.

No segmento da Indústria Aeronáutica, a EMBRAER, apesar do quadro recessivo do mercado aeronáutico, continua fabricando e comercializando o EMB "Brasília", líder no mercado em seu segmento, o EMB "Tucano", avião treinador militar de larga aceitação no País e no exterior, e o AM-X, já em operação no Brasil e na Itália, além de continuar desenvolvendo o projeto do jato comercial brasileiro, o EMB-145. A Empresa está empenhada na busca de esquemas de financiamento para aumentar as vendas de aviões e de recursos financeiros para sua sobrevivência, durante a fase de pré-privatização.

Especificamente na área de Telecomunicações Aeronáuticas, a Telecomunicações Aeronáuticas S/A (TASA) é responsável pela operação de 133 órgãos de proteção ao vôo e de telecomunicações em todo território nacional. A TASA cumpriu todas as diretrizes previstas. Na área operacional, foram desenvolvidas as ações programadas para a absorção de 12 Destacamentos de Proteção ao Vôo, atualmente operados pela Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo do Ministério da Aeronáutica.

Deu-se prosseguimento à execução de projetos e pesquisas científicas e tecnológicas em áreas de tecnologia de ponta não atendidas pelos complexos científico-tecnológico e industrial brasileiro.

Continuou-se, também, o programa de atendimento, por meio de transporte aéreo, às pequenas comunidades ribeirinhas e outras situadas nas regiões mais longínquas do território nacional, desenvolvendo ações conjuntas com os Ministérios da Saúde (combate à cólera, vacinações), Educação (transporte de merenda e material escolar), Exército (Batalhões

de Fronteira/Projeto Calha Norte) e Justiça (combate ao narcotráfico e retirada de garimpeiros invasores).

Ações Previstas para 1993

O Ministério da Aeronáutica realizará ações destinadas à consolidação do poder aeroespacial, ao fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, à ampliação e modernização dos sistemas e equipamentos de Defesa Aérea, do Controle do Tráfego Aéreo, de comunicações e de auxílio à navegação aérea, à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de apoio ao desenvolvimento de indústrias em áreas de tecnologia de ponta, além da capacitação de recursos humanos, procurando otimizar ao máximo os recursos disponíveis.

Concentrará esforços no prosseguimento do projeto binacional "Desenvolvimento do AM-X", prevendo-se a aquisição, pela FAB, de nove desses aparelhos, na continuidade da implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEA), aí incluído o Sistema de Vigilância da Amazônia, e no Reparcelhamento da Força Aérea Brasileira, estando programada a aquisição de 18 aeronaves e a revitalização de 124 outras.

No segmento da infra-estrutura aeroportuária, através da INFRAERO prosseguirão as reformas e ampliações previstas para os aeroportos de Brasília, Guarulhos (SP) e Curitiba, além de obras nos aeroportos de Belém, Fortaleza, Porto Alegre e Rio Branco.

Na área da indústria aeroespacial, a EMBRAER espera superar a crise atual e retomar sua presença destacada, de há alguns anos, no mercado internacional, intensificando as vendas do EMB-312-Tucano, EMB-120-Brasília e do AM-X, além de seguir desenvolvendo o projeto do jato comercial brasileiro, o EMB-145.

A TASA se propõe a concluir a absorção dos 12 destacamentos de proteção ao vôo operados pela Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo do Ministério da Aeronáutica.

Também prosseguirá a programação de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas visando à evolução tecnológica e à penetração

em novos mercados, em áreas de tecnologia de ponta ainda não atendidas pelo parque industrial brasileiro e seu complexo científico-tecnológico.

Dar-se-á continuidade a projetos que propiciem a integração e o desenvolvimento nacional, o atendimento e assistência, em cooperação com outros Ministérios e por meio do transporte aéreo, às populações situadas em áreas de difícil acesso, nas diversas regiões do Brasil.

Por último, este Ministério, no seu campo específico e quando convocado pela Presidência da República, juntamente com as Pastas do Exército e da Marinha, procurará apoiar as ações de combate à pobreza.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os acontecimentos políticos do País em 1992 interferiram na dinâmica interna do Ministério da Saúde, tanto pelo reposicionamento de prioridades que acompanharam a gestão dos diferentes titulares designados no decorrer do período, como pelo reflexo naquelas ações de coordenação nacional e de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). A política econômica teve como repercussão a dificuldade de atualizar os valores financeiros para fazer face às necessidades de repasse de recursos para manutenção da prestação de serviços de saúde pela rede pública e privada conveniada. Além disso, a polêmica do recolhimento do FINSOCIAL passou a maior parte do ano.

O processo de implementação do SUS, nesse período, pautou-se pela rediscussão interna e externa com os órgãos colegiados dos três níveis de Governo no que tange aos papéis a serem assumidos nesta etapa por parte de cada um deles; pela elaboração de proposta de um sistema nacional de planejamento em saúde como eixo de interação entre as várias esferas de Governo, incluindo-se mecanismos de transferência de recursos financeiros; e pela coordenação da IX Conferência Nacional de Saúde que subsidiou o posicionamento do nível federal enquanto órgão coordenador do sistema. A Conferência examinou em essência o papel da Sociedade e do Governo em relação ao setor saúde e ao conjunto da seguridade social. Analisou, ainda, as questões ligadas ao controle social e à implementação do SUS, enfatizando a descentralização/municipalização, o financiamento e a política de recursos humanos.

Ações Realizadas em 1992

No campo da prestação de serviços à população destacou-se a oferta de 14,2 milhões de internações hospitalares, em 221 milhões de consultas médicas e em 108,8 milhões de outros procedimentos a nível ambulatorial. O gasto total do Ministério, previsto até dezembro, foi de Cr\$ 18,3 trilhões, representando uma injeção de recursos na economia setorial de Cr\$ 1,5 trilhão mensal ou Cr\$ 50 bilhões diários. Por outro

lado, a remuneração dos serviços ambulatoriais foi corrigida em 1.115% e dos hospitalares em 1.354% até novembro, com atualização mensal.

O Ministério da Saúde, dentro da sua atribuição constitucional de "ordenar a formação de recursos humanos para a saúde", apoiou, através de materiais instrucionais específicos, o processo de treinamento de 35 mil servidores nas áreas de gerência e prestação de serviços, bem como de 30 mil trabalhadores de saúde de nível médio, dos Estados e Municípios, que prestam cuidados diretos à população.

O Centro Nacional de Epidemiologia (CENEPI) revisou os atuais sistemas de informações e passou a publicar mensalmente o Informe Epidemiológico do SUS. Paralelamente, montou o sistema de informações e vigilância epidemiológica de cólera, e iniciou a reorganização do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica através das Secretarias Estaduais de Saúde.

No âmbito do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), os sistemas de informações ambulatoriais e hospitalares passaram a fornecer dados regulares sobre atividades de saúde, capacidade instalada, recursos humanos, morbidade e mortalidade.

A campanha nacional de vacinação contra o sarampo imunizou 48 milhões de crianças, entre 9 meses e 14 anos, o que equivale a um índice de cobertura de 96% do universo populacional nesta faixa. Na campanha contra a poliomielite foram vacinadas 17,5 milhões de crianças de até 4 anos de idade, com índice de cobertura de 93,7%.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde promoveu o treinamento de 30.878 agentes que atuam nas áreas rurais e periferias urbanas, realizando ações de pequena complexidade.

O controle da cólera, durante o ano de 1992, demonstrou maior eficácia com uma taxa de letalidade de apenas 1,26% em 28.557 novos casos confirmados até novembro. Isto se deu graças ao adequado funcionamento do sistema de vigilância epidemiológica, e ao treinamento de instrutores e de agentes de saúde em 440 Municípios do Norte e do Nordeste.

O trabalho de saneamento desenvolvido pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em áreas rurais e periferias urbanas, enfatizou as medidas de prevenção de doenças, em especial ao controle da cólera.

Entre outras atividades, construíram-se 125 sistemas de abastecimento d'água; realizou-se o controle de qualidade de 1.228 sistemas já implantados; efetuaram-se 111.567 melhorias sanitárias domiciliares, além da implantação de 10 sistemas de tratamento de resíduos sólidos e 48 sistemas de esgoto.

Vários seminários e encontros de avaliação foram realizados com o objetivo de descentralizar aos Municípios as ações de vigilância e controle de agravos quanto a hanseníase, tuberculose e malária. Por recomendação da Assembléia da Organização Mundial de Saúde (OMS), fixou-se a meta de eliminar a hanseníase até o ano 2000. A malária, no entanto, vem desafiando os técnicos, ora com diminuição do número de casos em áreas do Maranhão (15%), Tocantins (30%) e Acre (25%), ora com acréscimo inesperado da doença no norte de Mato Grosso (35%), Amazonas (6%), Roraima (15%) e Pará (12%). Nos Estados de Rondônia e Amapá a incidência permaneceu estável.

A atenção à saúde das populações indígenas enfatizou o combate à cólera e à tuberculose, a reciclagem de profissionais de saúde das instituições que atuam nas áreas, e a capacitação de indígenas como agentes de saúde em suas comunidades.

No controle da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS), a par de uma grande reprogramação nas diretrizes, pode-se destacar o aumento de disponibilidade de suporte terapêutico, principalmente o AZT; a instituição de mecanismos criadores de obrigatoriedade de atendimento ambulatorial e hospitalar dos pacientes aidéticos; e a obtenção de recursos externos na ordem de US\$ 250 milhões para financiamento de projetos de combate à AIDS. Na área de sangue e hemoderivados implantou-se o programa de controle de qualidade de *kits* de diagnóstico, bolsas de sangue e hemoderivados, assim como promoveu-se a revisão das normas de fabricação de sangue.

Em 1992, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) produziu um total de 24 milhões de doses de vacina, 41 milhões de comprimidos, 1,6 milhão de bisnagas de medicamentos diversos e 7 milhões de cápsulas, além de 21 milhões de diluentes e 210 mil reagentes. Na FIOCRUZ, em fase de execução, existem 590 linhas de pesquisas

na área de grandes endemias, com destaque para a malária, doença de Chagas, esquistossomose, cólera e febre amarela.

A aquisição e distribuição de medicamentos pela Central de Medicamentos (CEME) conferiu maior prioridade a problemas específicos como hanseníase, tuberculose, cólera, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, ademais das soluções parenterais.

Na implantação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária buscou-se a descentralização, para Estados e Municípios, de procedimentos técnico-administrativos referentes à inspeção, análise e registro de produtos e serviços de interesse para a saúde, com projetos experimentais em São Paulo e no Paraná. Atuou-se na elaboração e atualização de normas técnicas relativas ao controle de medicamentos, hemoderivados, soluções parenterais, produtos desinfetantes e esterilizantes para uso hospitalar, alimentos e cosméticos.

Ações Previstas para 1993

De acordo com as diretrizes de ação governamental estabelecidas pelo novo Governo, priorizando as políticas sociais, caberá ao Estado papel de relevo na garantia de condições para o exercício desse direito social assegurado pela Constituição Federal.

O Ministério da Saúde assume como prioridade absoluta, nesta gestão, o cumprimento dos dispositivos legais que regulam a implantação do Sistema Único de Saúde, tendo como eixo central a efetivação do processo de descentralização das ações de saúde.

O processo de transformação do Sistema de Saúde não comporta rupturas bruscas, que desorganizem as práticas atuais antes que se instaurem as novas. Para que não se observe a solução de continuidade na atenção à saúde da população será imprescindível um período de transição.

Em 1993, a ação do Ministério da Saúde se orientará para a reorganização do modelo assistencial com vistas à obtenção de condições que assegurem a prestação de serviços de saúde em qualidade e quantidade suficientes, priorizando: as ações de prevenção de agravos à saúde; o controle de doenças transmissíveis; a reorganização e integração das ações de vigilância sanitária e epidemiológica com as de assistência

terapêutica; a intensificação da produção e distribuição de insumos, medicamentos, imunobiológicos, soros e reagentes; e a cooperação técnica a Estados e Municípios.

Dentre as ações próprias da esfera federal, o reaparelhamento da Secretaria de Vigilância Sanitária e do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde serão os instrumentos do Ministério da Saúde na regulação dos setores industriais e meio eficaz na garantia da qualidade dos produtos e serviços colocados à disposição da população.

Na área de assistência farmacêutica, são ações prioritárias a reorganização do sistema, com a reestruturação da Central de Medicamentos, a fim de adequá-la a uma ação eficiente e compatível com o Sistema Único de Saúde, o que envolve a recomposição de seu quadro de pessoal, a alocação de recursos orçamentários para aquisição de matérias primas e insumos, e a compra seletiva de medicamentos para assegurar o abastecimento da rede pública com os medicamentos essenciais.

Também se incluem medidas que permitirão a extensão da cobertura da assistência farmacêutica prestada pela rede pública, que passará a atender aposentados, pensionistas, desempregados ou assalariados até três salários mínimos, mediante apresentação de receita médica em qualquer unidade do SUS.

No que tange ao controle social, o Ministério se pautará por seu compromisso ético com a democratização e a garantia de acesso a informações, valorizando os foros colegiados e participativos de gestão, particularmente os Conselhos de Saúde e a Comissão Tripartite, que inclui representantes dos gestores dos três níveis de governo. O Conselho Nacional de Saúde será interlocutor permanente e o Ministério desenvolverá ações para estimular e apoiar a constituição e efetivo funcionamento dos Conselhos de Saúde no Governo, para que se constituam em canais de representação comunitária e instrumentos de democratização da ação estatal.

A recuperação e o reaparelhamento da rede pública de saúde serão objeto de atenção específica, sob coordenação dos Governos Estaduais, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à qualidade dos serviços e à viabilização do processo de descentralização.

O equacionamento da questão do financiamento exigirá ações em três frentes, simultaneamente: a ampliação da receita; a racionalização do custo da assistência; e a erradicação dos desperdícios.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

A Reforma Administrativa de novembro de 1992 restabeleceu a Pasta da Indústria, Comércio e Turismo (MITC), com o intuito de capacitar o Executivo para a adequada gestão dos assuntos relacionados com o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços no País, através de uma melhor coordenação de órgãos e funções nas áreas de: política industrial e de comércio exterior; propriedade industrial, marcas, patentes e transferência de tecnologia; metrologia, normalização e qualidade industrial; turismo; apoio à micro, pequena e média empresas; e registro de comércio.

Além da obtenção de maior sinergia de atuação nessas áreas, a criação do MITC resgata um canal superior de articulação com o setor privado, elemento fundamental para a condução das políticas industrial e de comércio exterior.

Políticas Industrial e de Comércio Exterior

O objetivo principal das políticas industrial e de comércio exterior, implementadas desde meados de 1990, é o de transformar qualitativamente a estrutura industrial do País no sentido de conformar um sistema produtivo mais eficiente, com condições de incorporar progresso técnico e produzir segundo padrões de preço e qualidade internacionais.

Tais políticas contemplam a eliminação de barreiras não tarifárias às importações, a implementação de um cronograma de redução progressiva das tarifas alfandegárias e o lançamento de mecanismos legais de defesa da concorrência. Essas ações, ao lado das medidas de desregulamentação da atividade produtiva, pretendem a criação de um ambiente interno mais competitivo, que estimule uma maior eficiência alocativa na economia.

Por outro lado, a política industrial mantém o objetivo de promover a reestruturação produtiva da indústria, a partir de um enfoque que privilegia a busca das chamadas condições de competitividade sistêmicas. Esse componente da política, consubstanciado no Programa de Competitividade Industrial (PCI), é baseado na utilização de instrumentos de financiamento, do poder de compra do Governo e dos incentivos para capacitação

tecnológica, incorporando, ainda, dois programas, sob os quais se articulam mecanismos de apoio e mobilização do setor empresarial: o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI).

O Executivo, através do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, vai conduzir o relançamento, em 1993, das políticas industrial e de comércio exterior e sua execução em estreita sintonia com as esferas subnacionais de Governo e classes empresarial e trabalhadora, utilizando, de forma coordenada, as várias instâncias de articulação existentes. O objetivo maior desse processo é o de obter parcerias na condução das ações de reestruturação industrial.

Ações Realizadas em 1992

Em 1992, procurou-se consolidar a sistemática de utilização das Câmaras Setoriais para discutir e equacionar — com base na conciliação dos interesses dos diferentes participantes — aspectos relacionados com a competitividade dos setores industriais e com as exigências para a retomada dos investimentos. Nesse contexto, destaca-se a efetivação do acordo setorial da indústria automobilística, que permitiu reunir Governo, empresários e trabalhadores em torno de interesses comuns, associados, em última instância, à recuperação do nível de atividade setorial.

Os inúmeros grupos de trabalho que resultaram das Câmaras Setoriais vêm desenvolvendo análises e propostas vinculadas a ações estruturais para a melhoria da competitividade dos segmentos industriais envolvidos, destacando-se avanços importantes nos setores automobilístico, têxtil, de informática, de fabricação de brinquedos e cosméticos e na agroindústria.

No apoio à formulação das políticas industrial e de comércio exterior, destaca-se ainda a atuação desenvolvida pela Comissão Empresarial de Competitividade (CEC), integrada por mais de 140 empresários divididos em doze grupos, com o objetivo de analisar e elaborar propostas direcionadas para a melhoria da competitividade industrial do País, envolvendo aspectos referentes, entre outros, aos seguintes temas: aperfeiçoamento da estrutura tributária; fontes de financiamento para o investimento; promoção do comércio exterior;

adequação da política científica e tecnológica; melhoria na formação de recursos humanos; aperfeiçoamento das relações entre capital e trabalho; e recuperação da infra-estrutura econômica.

Cabe ressaltar a criação de um sistema de articulação com as Secretarias de Indústria e Comércio dos Estados visando à obtenção de parcerias não somente na formulação e no acompanhamento, mas também na execução da política industrial. Tal sistema, que vinha funcionando através de um fórum de debates, foi complementado, no final de 1992, com a constituição do Conselho dos Secretários Estaduais de Indústria e Comércio e Turismo (CONSICT).

No âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), foi intensificada a atuação na área dos complexos industriais, com 33 subcomitês instalados, envolvendo 310 entidades e mais de 200 projetos. Foram realizadas quatro reuniões da Coordenação Integrada dos Complexos Industriais e, dentro do Subprograma Setorial da Administração Pública, o I Seminário sobre Qualidade e Produtividade na Administração Pública, tendo sido entregue, pela primeira vez, o Prêmio Nacional da Qualidade.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria foi fortemente prejudicado, em 1992, pela redução dos gastos públicos em ciência e tecnologia e pela não operacionalização dos incentivos fiscais para as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Assim, esse Programa concentrou-se, através da participação da Comissão de Apoio à Capacitação Tecnológica, na preparação e divulgação de um conjunto de publicações direcionadas para a difusão de instrumentos contemporâneos de geração e adaptação de tecnologia, destacando-se os seguintes documentos: *Pólos e Parques Tecnológicos*; *Mecanismos de Apoio aos Programas Mobilizadores em Desenvolvimento Tecnológico*; *Pesquisa Tecnológica Cooperativa*; e *Fontes de Financiamento para a Capacitação Tecnológica*.

Foram realizados avanços, por outro lado, na definição de medidas orientadas para a compatibilização do modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM) com as políticas industrial e de comércio exterior. Entre as medidas adotadas destaca-se a regulamentação do processo produtivo básico. De acordo com essa nova sistemática, as empresas, ao invés das exigências

quanto ao conteúdo importado na produção, passam a ter que realizar na Região um conjunto mínimo integrado de operações industriais. Com isso, preserva-se determinado grau de industrialização local, sem, no entanto, perder a flexibilidade na escolha da composição mais adequada entre insumos nacionais e importados.

Em 1992, tiveram também prosseguimento os trabalhos de regulamentação da legislação das zonas de Processamento de Importação, que deverão ser concluídos no ano de 1993.

Entre as iniciativas da área de comércio exterior, cabe destacar a implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), instrumento administrativo que integrará as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior em base de dados única, contemplando a eliminação de vários documentos. Na exportação as 16 vias e 154 campos foram reduzidos para uma via e 110 campos, enquanto na importação as 30 vias e 295 campos passarão para uma via e 115 campos. Esses documentos são emitidos de forma automática, dispensando os intermediários e a burocracia, o que permitirá agilizar e reduzir os custos dessas operações. O sistema já funciona desde janeiro de 1993, para as operações de exportação, estando prevista, para o segundo semestre do ano, a sua ampliação para cobrir também as de importação.

Ainda no tocante à política de comércio exterior, deu-se continuidade ao processo de redução gradativa das tarifas de importação, imprimindo-se ainda uma aceleração no cronograma de reduções originalmente estabelecido. Em janeiro de 1992 a tarifa média brasileira caiu para cerca de 21%. As reduções anteriormente previstas para janeiro de 1993 e 1994 foram antecipadas. Dessa forma, já em outubro de 1992, o País passou a operar com tarifa média de 16,8%, contra mais de 30% em 1990. Ao completar-se, em julho de 1993, a última etapa do cronograma de rebaixas tarifárias, a alíquota média deverá situar-se em 14% e a máxima, em 35%.

As exportações mereceram especial atenção. Foram restabelecidos diversos incentivos fiscais às exportações e aperfeiçoados os mecanismos de financiamento à atividade industrial exportadora. O Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) teve seus procedimentos

aprimorados, visando facilitar o acesso dos interessados, reduzir os custos das operações e ampliar os recursos disponíveis para financiamento.

Ainda na área da política de comércio exterior, atuou-se no sentido de fortalecer a posição negociadora brasileira na Rodada Uruguai do GATT e na Área da ALADI, particularmente no MERCOSUL, concentrada nos assuntos ligados à harmonização das políticas industrial e comercial e à criação da tarifa externa comum.

Um aspecto de grande importância para a melhoria da gestão das políticas industrial e de comércio exterior foi a incorporação, na estrutura do MICT, dos órgãos encarregados das ações de metrologia (INMETRO), registro de marcas e patentes (INPI) e registro de comércio (DNRC), que anteriormente estavam vinculados ao Ministério da Justiça. A medida permitiu maior coordenação da atuação do Executivo nessas áreas frente aos objetivos de modernização da economia e de incremento da capacitação tecnológica nacional.

Nesse particular, o Executivo tem conferido prioridade às iniciativas que possam contribuir para o equacionamento definitivo das pendências em torno da proposta de modificação do Código de Propriedade Industrial em exame pelo Congresso Nacional.

Ações Previstas para 1993

O Executivo pretende, através de ações institucionais que têm por objetivo principal mobilizar a sociedade contra as mais diversas formas de desperdício, que a dinâmica das iniciativas na área da qualidade e produtividade seja cada vez mais assumida pela iniciativa privada. O maior direcionamento do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) para o agrupamento de empresas nacionais de menor porte, a participação da classe trabalhadora e a incorporação da dimensão tecnológica na condução dos subprogramas setoriais, está entre as principais diretrizes a serem contempladas em 1993.

O PBQP continuará neste exercício estimulando a criação de programas estaduais da qualidade e produtividade.

De igual maneira, será revigorada a mobilização do Executivo no sentido da definição para o País de uma legislação moderna de

distribuição de lucros entre os empregados, condição essencial para o comprometimento dos trabalhadores com os objetivos de aumento da qualidade e da produtividade.

Quanto ao Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), espera-se contar, já em 1993, com melhores condições para a efetiva deflagração do Programa e para uma maior participação da iniciativa privada na sua execução.

Entre as iniciativas da área de comércio exterior, cabe destacar a implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), instrumento administrativo que integrará as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior em base de dados única, contemplando a eliminação de vários documentos, o que permitirá agilizar e reduzir os custos dessas operações. O Sistema já opera desde janeiro de 1993, para as operações de exportação, estando prevista, para o segundo semestre do ano, a sua ampliação para cobrir também as de importação.

Em termos de medidas de política nessa área, as prioridades concentrar-se-ão na continuidade e aprimoramento dos processos de abertura e de desburocratização, em consonância com os requisitos das políticas industrial e de abastecimento interno. Caberá também desenvolver instrumentos de salvaguarda, compatíveis com uma economia progressivamente mais aberta.

Consumado, em grande parte, o processo de abertura comercial, é no campo das exportações que será redobrada a ênfase da atuação governamental. O Executivo continuará empenhado na aprovação das propostas que demandam revisão legal destinadas a eliminar gargalos estruturais na expansão das vendas externas, em áreas como a portuária, tributária, financeira, de seguro, de transportes e demais serviços de apoio à atividade comercial.

Dar-se-á continuidade ao aperfeiçoamento do PROEX, com a ampliação dos segmentos exportadores incluídos no Programa e implementada a sistemática — aprovada pelo Congresso Nacional — que permite a emissão de títulos da dívida pública federal, com correção cambial, como lastro às operações de equalização de taxas de juros nos financiamentos às exportações.

Está previsto para o primeiro trimestre o lançamento da primeira versão da Lei Única de Comércio Exterior. Trata-se de iniciativa de extrema importância, que irá simplificar a atual legislação sobre a matéria, de maneira a colocar à disposição dos agentes econômicos um documento no qual se consolida, de maneira simplificada e revista, todo o arcabouço jurídico sobre o assunto.

Finalmente, com relação às ações na área do turismo, conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), deverão continuar sendo perseguidas diretrizes gerais que contemplam: descentralização da fiscalização e controle da qualidade do produto turístico nacional; desregulamentação da atividade; fomento a investimentos em pólos turísticos; e implementação dos programas especiais incluídos no Plano Nacional de Turismo.

Especial atenção será dada: à dinamização dos financiamentos para o setor turístico — através do FUNGETUR, FINAN, FINOR, BNDES, bancos de desenvolvimento e bancos privados; ao aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos para o setor; à implementação de projetos piloto relacionados com o Ecoturismo; e à efetivação de estudos e projetos relacionados com o estímulo da atividade turística no âmbito do MERCOSUL.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O Ministério de Minas e Energia tem privilegiado as ações voltadas para a melhoria da competitividade dos setores energético e mineral, o que inclui a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do setor energético, por meio da implementação de política de recuperação tarifária, e o prosseguimento da implementação de programas da qualidade e produtividade nas empresas. Também têm sido revigoradas as medidas de preservação do meio ambiente nos projetos em execução e estabelecidas as bases para uma maior autonomia de gestão nas atividades produtivas, destacando-se a formalização, em 1992, do contrato de gestão com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Ações Realizadas em 1992

Setor Energético

Teve prosseguimento a revisão da Matriz Energética Brasileira que objetiva, fundamentalmente, o uso mais eficiente da energia no País e a maior participação do gás natural e de outras fontes alternativas no consumo global.

A Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) investiu US\$ 2,2 bilhões contra uma previsão original de US\$ 3,7 bilhões, o que provocou a frustração de algumas metas físicas, como as relativas à exploração e desenvolvimento da produção. Nesse ano, foram realizados cerca de 370 mil km de levantamentos sísmicos, magnetométricos e gravimétricos, significando menos de 80% do total projetado. Da mesma forma, as atividades de perfuração para desenvolvimento da produção ficaram aproximadamente 30% abaixo do planejado.

Apesar disso, a produção de petróleo permaneceu estabilizada em relação ao ano anterior, atingindo 650 mil barris/dia — com uma capacidade de refino de 1.350.000 barris/dia — patamares expressivos à luz das metas estabelecidas para 1995, que contemplam volumes de 1 milhão e 1,7 milhão de barris/dia, para a produção e para a capacidade de refino de petróleo, respectivamente.

Na área de refino, prosseguiram as obras de ampliação da RLAM, da unidade de agregamento catalítico da REPLAN e das unidades de coque da REGAP e da REPLAN. No tocante aos terminais, tiveram andamento os investimentos no POLIDUTO REPLAN/Brasília e na ampliação do TEMADRE, tendo sido concluídas as obras do gasoduto Santos/São Paulo.

O programa de construção de navios permitiu agregar mais 84 mil toneladas brutas de porte à frota própria da PETROBRÁS.

Foram também mantidas as atividades da BRASPETRO na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo nos seguintes países: Angola, Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido.

Na comercialização de derivados, a diretriz básica da PETROBRÁS Distribuidora S.A. foi a de alcançar ganhos de produtividade para permanecer na liderança do setor, com quase 40% do mercado nacional.

No tocante ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, estabelecidos pela Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e normatizado pelo Decreto nº 238, de 24 de outubro de 1991. São ainda necessários estudos para a definição de parâmetros e normas operacionais, a fim de se dar início à formação de estoques.

Teve prosseguimento o processo de privatização no setor petroquímico, com a alienação das participações acionárias da PETROQUISA nas empresas COPESUL, PETROFLEX, ÁLCALIS, PPH, NITRIFLEX, POLISUL e CEE. No setor de fertilizantes, em decorrência do processo de privatização das empresas do Grupo PETROFÉRTIL, não foram executados novos projetos, a não ser os vinculados com atividades de pesquisa e desenvolvimento.

No tocante ao setor de energia elétrica, iniciou-se a retomada progressiva do ritmo normal das obras de expansão do Grupo ELETROBRÁS, o que foi propiciado, em grande medida, pelo programa de recuperação das tarifas de energia.

Tiveram prosseguimento as obras da hidrelétrica de Xingó, com operação prevista para agosto de 1994, e do projeto de reassentamento da população atingida pelo enchimento do reservatório da Usina de Itaparica. Entrou em operação, nesse ano, a última unidade da primeira etapa da

Usina de Tucuruí, e foram também retomadas as obras da Termoelétrica Jorge Lacerda IV e das hidrelétricas de Serra da Mesa e Corumbá de Goiás. No entanto, as diversas obras de transmissão tiveram suas obras em ritmo aquém do previsto.

Cabe ressaltar que os investimentos realizados pela Grupo ELETROBRÁS, da ordem de US\$ 1,6 bilhão, ficaram abaixo da previsão original (US\$ 2,2 bilhões), em função, principalmente, de atrasos no cronograma de recuperação tarifária e dos problemas de inadimplência nos pagamentos da energia suprida pelas empresas distribuidoras.

Setor de Minas e Metalurgia

As diretrizes de política para o setor siderúrgico estatal e para a operação da CVRD enfatizaram as ações de desregulamentação e de incremento da produtividade.

Foi aperfeiçoado o Convênio de Desempenho das Siderúrgicas, instrumento importante de avaliação dos resultados da gestão dessas empresas, e implementado o contrato de gestão com a CVRD. No que concerne à melhoria da produtividade, as ações buscaram a redução dos gastos correntes, a implantação de programas da qualidade total e a mudança da cultura organizacional.

Teve andamento o processo de privatização na área, com a alienação da Aços Finos Piratini e da Cia. Siderúrgica de Tubarão, e a realização de estudos objetivando a reestruturação dos passivos das empresas privatizáveis.

A produção do setor siderúrgico estatal (CSN, COSIPA, AÇOMINAS) alcançou 9,3 milhões de toneladas, apresentando um crescimento de 12% em relação ao ano anterior, apesar da redução de 5% no contingente de mão-de-obra ocupada. Esse desempenho foi possível graças às exportações, que absorveram mais de 50% do total comercializado.

Por seu turno, os investimentos da CVRD foram da ordem de US\$ 480 milhões, ou quase 80% do planejado. Neste ano, a produção de minério de ferro e de pelotas da CVRD manteve-se estabilizada em relação ao ano anterior, atingindo 70 milhões de toneladas. Foram produzidos

11,1 mil kg de ouro, o que significou um incremento de cerca de 60% em relação a 1991.

Essa empresa gerou uma receita operacional próxima de US\$ 850 milhões em 1992 e reduziu seu endividamento total líquido em cerca de US\$ 300 milhões nesse ano. Cabe ressaltar também que a CVRD obteve aumentos importantes de produtividade operacional no tocante às atividades de produção de minérios, transportes e serviços portuários.

Ações Previstas para 1993

Setor Energético

Além de continuar atuando segundo as diretrizes gerais do Governo para o setor, o MME vai intensificar as linhas de ação que atendam questões identificadas como relevantes à consecução de opções estratégicas na área. A adoção de medidas gerenciais e tecnológicas destinadas a promover a poupança de energia deve merecer destaque, tanto pelas economias que podem proporcionar como pelo impacto ambiental favorável.

Serão prioritárias as iniciativas voltadas para agilizar a regulamentação da concessão e licitação de serviços públicos, elemento fundamental para permitir a participação do setor privado na ampliação da produção no setor.

Dar-se-á andamento aos trabalhos de revisão da Matriz Energética Brasileira com o aperfeiçoamento da análise das modalidades de energia, melhoria nas metodologias de avaliação dos processos de produção, transmissão e utilização, bem como dos procedimentos para avaliação das possibilidades de substituição e complementação de fontes de energia. Terão também prosseguimento os estudos para a viabilização de uma maior participação do gás natural na Matriz Energética Brasileira, de forma a elevar a participação desse energético no consumo total de energia dos 2% atuais para cerca de 10% no início da próxima década.

Continuarão os esforços para equacionamento definitivo dos débitos do setor de energia elétrica e para a viabilização de fontes de financiamento dos investimentos setoriais, que permitam a expansão da

capacidade instalada em níveis compatíveis com o crescimento esperado da demanda.

No tocante à política de tarifas públicas na área de energia, procurar-se-á garantir, inicialmente, reajustes consentâneos com os índices inflacionários. No segundo momento, coincidindo com a intensificação dos Programas de Privatização e de Desregulamentação, tais reajustes deverão ser estabelecidos num contexto global de uma política integrada para com as empresas estatais, que serão submetidas a programas de eficiência, qualidade e produtividade, objetivando-se redução real de custos em benefício do consumidor.

Serão iniciadas reformas estruturais, especialmente no setor de energia elétrica, objetivando delinear um novo modelo institucional, que contemple a redução da regulamentação excessiva nos campos de tarifas, endividamento, investimento e custeio, entre outros, com vistas a superar impedimentos para uma adequada atuação empresarial no setor.

Nesse sentido, será intensificada a execução dos subprogramas setoriais de melhoria da qualidade e da produtividade em curso e implantado um novo subprograma para o setor de energia elétrica, abrangendo empresas e associações federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada.

Terão ainda continuidade, com a colaboração do governo francês, os trabalhos de implantação de um novo modelo de gestão integrada da bacia hidrográfica, abrangendo as bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce.

Prosseguirão também os estudos que objetivam o aprofundamento e aperfeiçoamento da desregulamentação na área de combustíveis.

Com uma previsão de investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões, a PETROBRÁS deverá elevar a sua produção para cerca de 690 mil barris/dia e iniciar a retomada das ações vinculadas às metas de médio prazo na áreas de produção, refino e de transportes, além de intensificar as atividades em exploração de óleo e gás.

Para 1993, estão previstas as seguintes metas: perfuração exploratória de cerca de 297 mil metros, sendo 57% no mar; mais de 400 mil metros de perfuração de desenvolvimento, sendo 307 mil em terra e 102 mil no mar; e aproximadamente 65 mil km de levantamentos em linhas sísmicas, das quais 58 mil no mar.

No desenvolvimento da produção, os investimentos se concentrarão nos campos de Albacora, Enchova/Enchova-Oeste e Marlim, entre outros. Na área de refino as aplicações serão voltadas para a ampliação da RELAN e para as implantações da segunda etapa da unidade de craqueamento catalítico na REPLAN e das unidades de coque da RECAP. Nos transportes, está previsto o prosseguimento das obras dos polidutos REPLAN/Brasília, Paraná/Florianópolis, Recôncavo Sul da Bahia e o gasoduto Bolívia/Brasil.

Com relação à comercialização de produtos, será dada continuidade à ampliação da fábrica de lubrificantes e serão retomados os projetos de construção/ampliação de bases e depósitos, além daqueles de automação das unidades operacionais.

A PETROQUISA atuará na reorganização do setor petroquímico visando à obtenção de maior eficiência e competitividade, de modo a adotar, em articulação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e empresários do setor, ações compatíveis com o Programa Nacional de Desestatização e o Programa de Competitividade Industrial. No setor de fertilizantes, terá prosseguimento o programa de pesquisas e desenvolvimento.

No tocante ao setor de energia elétrica, a realização do programa de investimentos para 1993, estimado em US\$ 1,9 bilhão, dependerá da normalização do pagamento da energia suprida às empresas distribuidoras, principalmente em relação à energia de Itaipu.

Deverão ter prosseguimento as obras da Hidrelétrica de Xingó, estimando-se, para o final de 1993, a conclusão das estruturas de irrigação do projeto de reassentamento da população atingida pelo reservatório da usina hidrelétrica de Luiz Gonzaga (Itaparica).

Serão reiniciadas as obras da hidrelétrica de Samuel, em Rondônia, com vistas à sua conclusão no prazo de dois anos. Espera-se também retomar, em ritmo adequado, as obras da usina nuclear de Angra II, em razão dos acertos realizados com as entidades alemãs que estão financiando o projeto.

Ademais, prosseguirão as obras das hidrelétricas de Serra da Mesa e Corumbá, em Goiás, e as de transmissão anteriormente mencionadas.

Na área de distribuição, serão realizadas expansões nos sistemas de Manaus, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Setor de Minas e Metalurgia

Terão seqüência as ações de desregulamentação, objetivando o contínuo aperfeiçoamento do Convênio de Desempenho das Siderúrgicas e a intensificação e melhoria do processo de implementação do contrato de gestão com a CVRD, visando à maior autonomia de gestão e à modernização dos controles gerenciais.

Da mesma forma, prosseguirão os esforços para a melhoria da qualidade e da produtividade das empresas do setor, contemplando: redução dos gastos correntes, melhoria do desempenho dos equipamentos, implantação de subprogramas da qualidade e produtividade e instituição do sistema nacional de catalogação de materiais e serviços, coordenado pela CVRD.

Esta Companhia continuará atuando para manter a liderança no mercado internacional de minério de ferro, o que inclui a adequação da capacidade produtiva de minérios aos requisitos internacionais de qualidade e eficiência e a busca de novas alternativas para colocação dos produtos, de forma a aumentar as vendas físicas em relação ao ano de 1992.

O Sistema CVRD investirá cerca de US\$ 900 milhões em 1993. Na própria Vale serão investidos US\$ 300 milhões em reposição, modernização e expansão, destacando-se os investimentos em pesquisas geológicas no valor de US\$ 44 milhões.

No setor siderúrgico, deverá ser concluído o processo de privatização da AÇOMINAS, CSN e COSIPA.

As principais ações na área mineral estarão concentradas no ordenamento e reorganização do setor. O DNPM e a CPRM deverão ser reestruturados e reaparelhados, dotando-se de meios para exercer suas funções institucionais com eficácia. Será encaminhado ao Congresso Nacional um conjunto de atos destinados a consolidar tais medidas e a propor a simplificação da legislação mineral. Será elaborado um Plano Plurianual para a Mineração visando estimular a indústria mineral e ampliar

o conhecimento do subsolo brasileiro. Serão intensificados os programas de levantamentos geológicos e hidrológicos básicos, de regularização das atividades informais de mineração (garimpos, materiais de construção), de gestão territorial (apoio a Prefeituras) e treinamento de pessoal. Haverá ênfase para os programas de ativação dos distritos mineiros, com grande destaque para a área de pedras preciosas e ouro, com montagem de laboratórios gemológicos e ação permanente no sentido de ampliar exportações, nível de emprego e arrecadação, e induzir o desenvolvimento de uma poderosa indústria joalheira no país.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

O Ministério da Integração Regional (MIR), criado através da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, tem como atribuição principal coordenar o processo de elaboração e execução da política explícita de desenvolvimento regional e da política nacional de desenvolvimento urbano. Incluem-se entre suas funções específicas a formulação e implementação de ações de integração regional, de irrigação, defesa civil, macrossaneamento e articulação com Estados e Municípios.

O MIR é composto pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Secretaria de Relações com Estados, Distrito Federal e Municípios; Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Defesa Civil; Secretaria de Irrigação; Secretaria de Áreas Metropolitanas; Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e Secretaria de Desenvolvimento da Região Sul, além do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

São diretamente vinculadas à estrutura do MIR a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Ações Realizadas em 1992

O Ministério da Integração Regional assumiu e deu continuidade a funções que eram realizadas diretamente pela extinta Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR), principalmente nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, porquanto no Norte o Ministério atua através da SUDAM e, no Nordeste, através da SUDENE, DNOCS e CODEVASF.

Entre as atividades mais importantes realizadas pelo MIR em 1992 contam-se aquelas ligadas à provisão de infra-estrutura econômica e social, apoio do desenvolvimento urbano, saneamento geral e irrigação.

Na área do Programa Grande Carajás, cabe ressaltar a conclusão do terminal de embarque ferroviário de grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em Imperatriz (MA), e do terminal graneleiro da Companhia Vale do Rio Doce, em São Luís (MA), sendo que a primeira carga de soja da região, de 26.000 t, foi embarcada para o exterior em julho de 1992.

Importa registrar a elaboração, conjuntamente com os Estados de Rondônia e Mato Grosso e vários órgãos federais, do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) e do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso (PRODEAGRO), o primeiro negociado com o BIRD em dezembro de 1991 e o segundo em maio de 1992, sendo ambos os contratos assinados em meados de setembro de 1992.

O PLANAFLORO, cujo custo total é de US\$ 228,9 milhões, dos quais US\$ 167 milhões financiados pelo BIRD, será executado no período de 1992-1996. O PRODEAGRO também será executado em cinco anos, a contar de 1992, com custo total de US\$ 285,7 milhões, sendo de até US\$ 205,0 milhões a participação do Banco Mundial.

No setor sucroalcooleiro, o MIR desenvolveu atividades referentes à política de abastecimento (planos de safra, prioridade para o abastecimento interno e fixação de regras para exportação), à política de preços (atualização mensal dos custos de produção da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool), bem como à fiscalização do setor.

Os quantitativos da oferta de açúcar e álcool previstos no Plano de Safra 92/93 são da ordem de 13,1 bilhões de litros de álcool e de 163,4 milhões de sacas de açúcar, decorrentes da colheita de 231,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. A produção prevista permitirá não só o adequado abastecimento do mercado interno, como também a manutenção do nível das exportações de açúcar, além do retorno da mistura álcool anidro/gasolina ao nível de 22%, contribuindo assim para melhoria das condições ambientais.

Na área de defesa civil, destacam-se: a continuação da implantação das ações do Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil; a proteção e assistência às comunidades atingidas por desastres naturais e humanos; a execução de atividades no âmbito preventivo, a nível nacional; a implementação da política de formação e capacitação de recursos humanos; e a implementação do Programa de Preparação para Emergência e Desastre.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

O Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP) continuam a configurar os principais instrumentos da política explícita de desenvolvimento da região.

Quanto ao FINOR, foram aprovados 14 novos projetos, dos quais 8 do setor industrial, 4 agrícolas, um de telecomunicações e um do setor de serviços; 65 projetos foram concluídos, 854 encontram-se em implantação e 518 enquadrados na nova sistemática. Os recursos totais liberados pelo FINOR montavam a Cr\$ 944,87 bilhões, em outubro de 1992.

No que tange ao PAPP, foram assistidos 86,8 mil produtores rurais e implantada área de 1,86 mil ha irrigados.

O FNE registrava, em outubro de 1992, saldo de aplicações de Cr\$ 5,9 trilhões, dos quais Cr\$ 2,7 trilhões na região semi-árida nordestina. Os grandes produtores têm sido os maiores beneficiados, absorvendo 63% dos recursos do Fundo. Foram criados cerca de 214,4 mil empregos por todos os projetos apoiados.

A SUDENE, no exercício de suas atribuições como órgão de planejamento e agência de desenvolvimento regional, empreendeu outras ações, entre as quais merecem relevo:

- elaboração do Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste 1992 — 1995 (em articulação com os Estados);
- elaboração do Programa de Saneamento do Nordeste — 1992 — 1995 — 2002, em cumprimento da resolução de seu Conselho Deliberativo na reunião de 27.03.92, e em articulação com os Estados e com a colaboração do Ministério da Saúde; e

- elaboração do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), com a participação da EMBRATUR, BNB, CTI-NE e Estados.

A plena execução dessas atividades foi prejudicada pelo contingenciamento de recursos, entre outros fatores.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

A SUDAM tem como principais instrumentos de ação o FINAM e o FNO, este em co-gestão com o Banco da Amazônia S/A.

No âmbito do FINAM, destacam-se a aprovação de 25 novos projetos — 5 do setor agropecuário, 18 do industrial, um do agroindustrial e um do setor de serviços básicos, o enquadramento de 95 projetos aprovados, a reavaliação de 10 e a conclusão de 35 projetos. Foram liberados, no período, Cr\$ 376,4 bilhões.

Quanto ao FNO, foram liberados, até outubro de 1992, Cr\$ 251,5 bilhões, e o saldo total das aplicações elevou-se a Cr\$ 1,2 trilhão, dos quais 86% destinados aos mini, pequenos e médios produtores.

Outras atividades de vulto concernem ao manejo sustentado de 5.000 ha de florestas; à implantação de monitoramento ambiental em área de 40 milhões de ha; e ao mapeamento ou avaliação da modificação da cobertura florestal em cerca de 400 mil km². Ainda no campo ambiental, cumpre registrar o Zonamento de Áreas Degradadas, totalizando 320 mil km².

Anote-se, por último, que o principal instrumento balizador da ação da SUDAM, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), não está podendo ser implementado como previsto em função de vários fatores, principalmente escassez de recursos financeiros.

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

A SUFRAMA deu continuidade, em 1992, às atividades de apoio ao desenvolvimento de parte da área da Amazônia Ocidental, tanto no setor agropecuário quanto no industrial.

No setor primário da economia regional, destacam-se a assistência técnica prestada a 897 unidades produtivas ou 598 produtores e o apoio a

16 projetos. Foram aprovados 227 projetos potencialmente capazes de gerar 22.562 novos empregos.

No Distrito Industrial de Manaus, encontram-se em execução a ampliação do sistema de abastecimento d'água e a recuperação do sistema viário.

Cabe registrar ainda o início da implantação, ora em andamento, de quatro áreas internacionais alfandegadas e o apoio prestado a projetos de desenvolvimento local em 13 Municípios.

Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)

Com a finalidade de aproveitar os recursos de água e solo da bacia do Rio São Francisco, a CODEVASF realizou, até outubro de 1992, mediante o emprego de recursos de aproximadamente Cr\$ 390,0 bilhões, atividades que podem ser sintetizadas como a seguir:

- prosseguimento da implantação de projetos que contam com recursos garantidos por organismos internacionais de financiamento;
- construção de barragens e adutoras para apoio à irrigação e ao abastecimento de água de áreas carentes do Vale; e
- melhoria das condições sócio-econômicas dos projetos em operação no Vale do São Francisco.

No tocante ao Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo São Francisco, encontra-se em operação área irrigada superior a 13,4 mil ha. Registre-se, também, a implantação de 528 ha do Projeto Marituba, ademais da execução, em curso, de obras de reformulação do Projeto Propriá.

Merecem registro a operação de área irrigada de diversos outros projetos, totalizando 56,2 mil ha, e a implantação de mais 3.000 ha irrigados na área de Petrolina/Juazeiro.

O conjunto dos projetos irrigados (cerca de 70 mil hectares) permitiu a criação de 72 mil empregos diretos, até 1992, e a produção, no ano, de cerca de 1,3 milhão de toneladas de variada gama de produtos.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

O DNOCS prosseguiu, em 1992, com ações destinadas a contribuir para o fortalecimento do setor primário nordestino, notadamente no que concerne à

implantação, recuperação e operação de perímetros irrigados e realização de obras de infra-estrutura hídrica.

No período, foram recuperados 2.470 ha e implantados 2.196 ha. A área irrigada em operação somou 22 mil ha e o número de empregos diretos criados até o ano elevou-se a 15,6 mil, tendo sido produzidas, em 1992, 177,3 mil toneladas.

No concernente à construção e recuperação de açudes públicos, foi desapropriada área de 7.250 ha, recuperados 8 açudes, construídos 420 mil m³ de barragem (maciço) e 3.500 m³ de obras de infra-estrutura.

No exercício, o DNOCS perfurou 430 poços e instalou 150.

Destaque-se, por fim, a implantação, em andamento, de um Centro Tecnológico, anotando-se a produção de 16 milhões de alevinos a serem distribuídos entre produtores de baixa renda.

Ações Previstas para 1993

No que diz respeito à questão regional, busca-se atingir novo patamar de efetividade nas intervenções governamentais, fruto do avanço e da estruturação das economias regionais, continuando a merecer atenção a concessão de incentivos e estímulos especiais, numa perspectiva de maior integração e intercâmbio entre as Regiões do País.

Assim, além dos programas já em andamento, serão desenvolvidas ações visando:

- ao fortalecimento do turismo e da infra-estrutura hídrica e de irrigação no Nordeste;
- ao aproveitamento da biodiversidade, à produção de fármacos e cosméticos e ao desenvolvimento de áreas de fronteira na Amazônia;
- à adequação da infra-estrutura de suporte, à produção e à distribuição agrícola, bem como à ampliação da oferta de energia para fins agroindustrial e de irrigação no Centro-Oeste do País, além da implementação dos programas PLANAFLORO e PRODEAGRO, nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, respectivamente;
- à implantação de áreas de livre comércio; e
- à implementação de políticas e programas de expansão de emprego e geração de renda.

Quanto ao desenvolvimento urbano, a política governamental para o próximo período constituirá um esforço deliberado no sentido de reorientar certas tendências espaciais do sistema produtivo do País.

São consideradas necessárias para se atingirem objetivos superiores de equidade e integração nacional: uma política de centros de grande e médio porte, com vistas a redistribuir os fluxos migratórios que, de outra forma, se dirigirão, inevitavelmente, para as metrópoles, agravando os problemas com que estas atualmente se defrontam; a adoção de medidas visando ao controle e à ordenação do crescimento, notadamente das áreas metropolitanas; e a procura de ações preventivas, alterando o tradicional tratamento, meramente curativo, dado às cidades.

Na irrigação, as ações em andamento dentro do Programa Nacional de Irrigação e do Programa de Irrigação do Nordeste constituirão o cerne da política governamental para o setor. Ênfase será conferida à implantação de infra-estrutura de uso coletivo, de suporte elétrico e obras hidráulicas, além do apoio técnico-operacional aos Estados.

Em relação às ações de defesa civil, dar-se-á prioridade absoluta às atividades de prevenção, sem prejuízo das ações assistenciais de socorro, e de recuperação.

Finalmente, cumpre ressaltar a continuidade das ações que o MIR vem desenvolvendo juntamente com suas entidades vinculadas, os Estados e os Municípios no sentido de implantar, recuperar e construir obras de infra-estrutura de saneamento geral, irrigação, drenagem, agricultura, piscicultura e de desenvolver estudos e pesquisas nas áreas de desenvolvimento sustentado e tecnológico, bem como de planejamento e recursos humanos.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Na Reforma Administrativa de novembro de 1992, o Ministério dos Transportes e das Comunicações foi desmembrado em Pastas distintas. Ao atual Ministério das Comunicações compete a formulação e a execução das ações governamentais relativas aos serviços postais e às telecomunicações, inclusive administração, outorga, controle e fiscalização do espectro de radiofrequências.

A atuação do Governo nessas áreas tem — de forma consistente com o projeto de modernização da economia — sido concentrada na melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços prestados e no contínuo desenvolvimento de novos produtos, aproveitando, para tanto, os recursos da infra-estrutura já existente.

Essa atuação é balizada por diretrizes gerais que contemplam: uma maior integração do território nacional; o atendimento das camadas mais carentes da população; e o incentivo à participação da iniciativa privada em projetos de expansão das comunicações.

Ações Realizadas em 1992

Na área de telecomunicações, buscou-se melhorar o atendimento das demandas básicas das regiões interioranas e das camadas mais carentes da população, mediante a implantação de unidades de uso público, sem descuidar da oferta de serviços aos centros mais desenvolvidos da economia, efetivada segundo padrões internacionais.

Foram implementados programas emergenciais, objetivando o descongestionamento dos sistemas telefônicos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A taxa de congestionamento do sistema interurbano nacional foi reduzida em dezembro de 1992 para 11,8%, o que representa o melhor resultado obtido pelo sistema TELEBRÁS nos últimos seis anos. Os investimentos operacionais, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados, cresceram mais de 10% em termos reais, assegurando melhoria expressiva dos indicadores de desempenho da qualidade dos serviços.

Destacam-se, também, as ações do Sistema TELEBRÁS no sentido de rever a sua política de compras de bens e serviços, para estimular a competitividade entre as empresas fornecedoras e apoiar as atividades de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

Os investimentos do Sistemas TELEBRÁS atingiram US\$ 3,06 bilhões em 1992, destacando-se a instalação de cerca de 800 mil novos terminais fixos e de 44 mil terminais de tecnologia celular, recorde histórico de instalação do Sistema TELEBRÁS.

No ano, cerca de 1.200 novas localidades, que antes não possuíam serviço telefônico, foram incorporadas ao sistema nacional de telecomunicações.

Em cumprimento à diretriz de estender os benefícios de telefonia para as camadas menos favorecidas da população, foram colocados em serviço cerca de 25 mil novos telefones de uso público.

Foram também ampliados os serviços de transmissão de dados, destacando-se a instalação de 1.480 novas Portas para Comunicação na Rede Nacional de Pacotes (RENPA) e a implantação de cerca de 6.000 novas Terminações para Comunicação de Dados na rede TRANSDATA.

No tocante à modernização e expansão do sistema de telecomunicações, teve prosseguimento o projeto de lançamento de dois satélites de segunda geração para substituírem o BRASILSAT I e II, em abril e outubro de 1994, respectivamente, e a continuidade da implantação da primeira rota de fibra ótica interligando as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Com relação às comunicações postais, deu-se seqüência à implantação do plano estratégico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que, em última análise, objetiva a satisfação das expectativas de seus clientes.

As diretrizes seguidas objetivaram a implantação de serviços básicos dos Correios em todos os municípios do País, inclusive na zona rural. Para essa disseminação, a partir da constatação de insuficiência de recursos para a expansão da quantidade de agências postais em locais de necessidade comprovada, adotou-se o sistema de *franchising*, incorporando-se,

durante o ano, mais 1.355 novas unidades à rede, o que permitiu atingir 1.653 agências desde a adoção dessa estratégia.

O total de unidades de atendimento, incluindo as operadas diretamente pela ECT, passou de 11.645, em 1991, para 12.897, no ano de 1992.

No tocante à melhoria do atendimento postal, destaca-se, ainda, a instalação de 94 agências-modelo e a intensificação do processo de automação de agências.

O setor vem passando por um intenso processo de modernização operacional, destacando-se: a implantação do novo Código de Endereçamento Postal; a expansão dos serviços de fax nas agências; e a implementação do sistema de rastreamento de objetos. Nesse aspecto, salienta-se, ainda, a criação de Linhas Postais Aéreas ligando os países do MERCOSUL, o que favorecerá a operação dos Correios, no âmbito do processo de integração regional em curso.

Os Correios vêm também diversificando suas atividades no sentido de transformar-se crescentemente em Banco de Serviços, a fim de melhorar a produtividade da infra-estrutura já instalada e permitir uma maior comodidade à população. Nesse particular, destacam-se a ampliação dos serviços de transporte de carga industrial e a utilização das agências como postos de recebimento de contas e de prestação de outros serviços, como os relacionados com a habilitação e recebimentos de benefícios previdenciários.

No ano de 1992 o tráfego dos serviços postais apresentou uma evolução de quase 4%, alcançando a marca de 3,6 bilhões de objetos, dos quais 92% foram entregues de acordo com os prazos previamente fixados, atestando a elevada qualidade dos serviços prestados.

Ações Previstas para 1993

Na área de telecomunicações, deverão continuar sendo seguidas as diretrizes gerais já mencionadas e intensificados os esforços para viabilizar fontes alternativas de financiamento e uma maior participação da iniciativa privada nos investimentos setoriais, de modo a recuperar sua capacidade de investimento a médio e longo prazos.

São previstos investimentos da ordem de US\$ 3,0 bilhões no Sistema TELEBRÁS, que permitirão a instalação de aproximadamente um milhão de terminais telefônicos, sendo 137 mil celulares, o que possibilitará a expansão desses serviços no Rio de Janeiro, Curitiba e Distrito Federal, e a sua disseminação pelas principais capitais do País.

Projeta-se, para este ano, o atendimento a mais 1.200 localidades no território nacional ainda não supridas com serviços telefônicos e a instalação de 50 mil telefones públicos.

No que diz respeito aos serviços de transmissão de dados, deverão ser instaladas mais 11,5 mil portas RENPAC e cerca de 13 mil terminações TRANSDATA.

Destaca-se, também, com o objetivo de viabilizar a expansão projetada e resgatar o nível de qualidade dos serviços, o prosseguimento da implantação, pela EMBRATEL, do Sistema Nacional de Fibras Ópticas referente às rotas Rio/Belo Horizonte, Belo Horizonte/São Paulo, Rio/Fortaleza e Rio/Porto Alegre.

No setor de serviços postais, os projetos previstos para 1993, em consonância com o Plano Estratégico da ECT, contemplam ações voltadas, principalmente, para a disseminação e a melhoria do atendimento postal e para modernização operacional. Nesse sentido, será intensificada a parceria com o setor privado, via sistema de franquias.

Programando investimentos da ordem de US\$ 150 milhões, a ECT estima a implantação, além de novos centros operacionais, de 264 agências. Paralelamente terá prosseguimento o Projeto de Automação de Agências, com instituição de sistema lógico desenvolvido pela ECT, abrangendo, inicialmente, 200 agências de correios.

Deverão também ser fortalecidos os serviços de tratamento de mensagens eletrônicas — através da utilização das tecnologias de eletrônica, de informática e de telecomunicações — e complementado o projeto, iniciado ainda em 1992, de comunicação de mensagens via satélite.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tem mantido dois grandes objetivos para orientar a sua programação: a busca de excelência na área científica e a competitividade na área tecnológica. Com isso resulta favorecida a sinergia necessária entre a infra-estrutura de pesquisa instalada no País e as demandas por inovações do setor produtivo, instado a modernizar-se pelo efeito da política industrial e de comércio exterior.

Para esse fim, as ações do MCT desenvolvem-se em quatro grandes áreas: o apoio à formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico; os investimentos relativos à pesquisa, para custeio e expansão da sua infra-estrutura física; a modernização tecnológica, como suporte essencial ao processo de retomada do crescimento e de reestruturação industrial; e o aperfeiçoamento da gestão da política de ciência e tecnologia, no intuito de buscar uma ação eficaz do Estado nesse setor.

A exemplo do ocorrido no ano anterior, em 1992 o Ministério enfrentou severa escassez de recursos financeiros, o que retardou a execução de inúmeros projetos e levou à retração de sua ação básica de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Ações Realizadas em 1992

Para a tarefa de formação de recursos humanos, o MCT conta, principalmente, com a extensa atividade de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do programa de concessão de bolsas de estudos. O Conselho mobilizou, em 1992, mais de 44 mil bolsas, para atender tanto as atividades de formação de pesquisadores como as de apoio a projetos de pesquisa.

Respondendo às rápidas e profundas alterações do padrão tecnológico, que estão gerando impacto no setor produtivo nacional, o MCT e o CNPq deram continuidade aos esforços de estreitar a convergência do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico (RHAE) com a política industrial. Para

isso, buscou-se ampliar, ainda mais, a participação do setor produtivo no conjunto das bolsas concedidas pelo Programa. Enquanto no primeiro ano de operações (1988) as empresas privadas obtiveram apenas 3,6% das bolsas concedidas, em 1992 essa posição evoluiu para 28,1%.

Em contrapartida, o ano de 1992 reforçou a trajetória descendente dos investimentos relacionados com a pesquisa no âmbito do MCT. Essa queda de recursos refletiu-se não apenas sobre as atividades de fomento mas, com igual intensidade, sobre as atividades de execução direta de pesquisa, realizadas pelos institutos vinculados ao Ministério, diretamente ou através do CNPq.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) optou por dar prioridade à recuperação e manutenção da base instalada de pesquisa em detrimento do apoio à ampliação e implantação de novas instituições emergentes. Ao todo, foram financiados no ano 304 projetos. Vale ressaltar que o quadro financeiro do FNDCT foi amenizado, em parte, pelo aporte de recursos adicionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O FNDCT beneficiou-se também de convênio com o Banco do Nordeste do Brasil para atender projetos prioritários na Região.

Ainda no campo de fomento à pesquisa científica e tecnológica, merece ser salientado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), resultante de tradicional convênio com o Banco Mundial (BIRD). O PADCT manteve em execução, em 1992, embora com algum atraso em seus respectivos cronogramas, 422 projetos plurianuais, distribuídos por doze áreas prioritárias, abrangendo as principais universidades e centros de pesquisa brasileiros. Além disso, foram lançados editais que selecionaram 341 projetos, a serem contratados e implementados em 1993.

O CNPq, além da concessão de bolsas, atua também no financiamento à pesquisa, atendendo aos pleitos individuais dos pesquisadores. Em 1992, diante dos compromissos assumidos no ano anterior e que não puderam ser implementados, nenhum projeto novo foi aprovado.

O Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) concentrou esforços principalmente nos quatro maiores projetos sob sua

responsabilidade: a MECB/SS — Missão Espacial Completa Brasileira (Satélites e Segmento de Solo); o CBERS — Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres; o CPTEC — Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos; e o AMAZÔNIA — Monitoramento Ambiental da Amazônia.

Um evento marcante para a história das atividades espaciais em 1992 foi a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e eventos paralelos. O INPE teve importante participação na apresentação de vários trabalhos referentes a dados sobre o desmatamento da Região Amazônica e estudos sobre o ecossistema brasileiro.

Em 1993 será lançado o primeiro satélite concebido e desenvolvido no País, para coleta de dados (uso em meteorologia, climatologia, hidrologia e estudos sobre o ambiente em geral), após intensos preparativos realizados ao longo de 1992.

O Programa CBERS, iniciado em 1988, pôde realizar, no ano, apenas atividades de acompanhamento dos contratos industriais já assinados e revisões de projeto.

Na área de observação da terra, foi instalada em Cuiabá uma estação de recepção de dados de satélite de sensoriamento remoto por microondas, da Agência Espacial Européia. Além disso, teve seguimento o projeto de implantação do CPTEC, com a aprovação do financiamento externo para aquisição do supercomputador, de fundamental importância para o projeto. Por fim, cabe registrar o início da montagem da rede de estações de observação meteorológica no Nordeste, com apoio dos Governos Estaduais.

De outra parte, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) deu continuidade ao levantamento de conhecimentos sobre a realidade amazônica, bem como de suas perspectivas de desenvolvimento auto-sustentado. Foram iniciados os trabalhos de detalhamento dos dois projetos de ciência e tecnologia no âmbito do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (com recursos do Grupo dos 7).

Em outra vertente, os institutos vinculados ao CNPq, além da pesquisa básica e aplicada, deram continuidade a uma série de serviços à

comunidade em suas respectivas áreas, com ênfase nas de astronomia, matemática, física, computação, antropologia e informação e difusão científica e tecnológica.

No campo da modernização tecnológica, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), dado o seu perfil, tem atuado ativamente na implementação das diretrizes da política industrial e de comércio exterior através de apoio ao setor produtivo e às universidades. Em 1992, mais que dobraram, em relação ao ano anterior, os recursos aplicados no desenvolvimento tecnológico da empresa nacional, com 106 contratos firmados.

A FINEP também procedeu à reorientação do seu programa de investimentos, na linha de operações com risco, tendo repactuado vários contratos e retomado as operações. O Fundo constituído pela Financiadora e o Banco do Brasil, a linha FINEP/OURO, iniciou suas operações, apresentando já os primeiros resultados.

Na operacionalização do Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), as agências de financiamento — FINEP, CNPq, BNDES, BB, BNB, BASA e SEBRAE — procuraram articular e integrar as ações de incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das empresas, de modo a alavancar financeiramente o processo de inovação da indústria nacional. Além disso, destacaram-se, no âmbito do Programa, entre outras ações, aquelas voltadas para os programas mobilizadores, a implantação de pólos e parques tecnológicos, a transferência e absorção de tecnologia e a promoção dos serviços de infra-estrutura e das redes de informação tecnológica existentes.

Com relação à informática, cabe mencionar a conclusão do processo de abertura do mercado nacional, com a reestruturação das empresas para operar nesse novo cenário. O MCT vem atuando em prol da modernização do setor em diferentes âmbitos, como, por exemplo: na instituição da arquitetura de referência para a comunicação e interoperação de sistemas de tratamento de informações no Governo Federal; no acompanhamento dos planos

setoriais de informática em saúde e transportes; e no apoio a programas de certificação de produtos e serviços de informática.

Sendo a informática um dos principais fatores de modernização do parque produtivo do País, o MCT, através do Centro Tecnológico para Informática, continuou envidando esforços para manter as atividades correntes em nível de excelência e em compasso com as necessidades de pesquisa do setor.

O MCT conta ainda com as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT), de larga tradição na prestação de serviços tecnológicos e no empreendimento de P & D para inúmeros segmentos industriais, bem como em áreas prioritárias da demanda social. Em 1992, o INT realizou mais 5.000 ensaios físicos e análises químicas, tendo concluído vários projetos em apoio à capacitação tecnológica da indústria nacional. Dentre esses ressaltam-se: a montagem de duas plantas multipropósito na área de síntese orgânica; o desenvolvimento de insertos cerâmicos para ferramentas de corte; e as ações no campo da qualidade e produtividade.

No âmbito da gestão da política de ciência e tecnologia, foi dado em 1992 mais um passo na direção da coordenação das ações governamentais na área, com várias iniciativas com vistas à consolidação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT). O Conselho teve intensificadas as suas atividades de formulação e acompanhamento da política do setor em decorrência das reuniões plenárias realizadas durante o ano.

Cabe mencionar ainda que o Ministério continua empreendendo, juntamente com suas agências e demais unidades, grande esforço de aprimoramento de informações (metas e realizações, desempenho operacional, execução orçamentária, entre outras) no intuito de alcançar maior eficiência na execução de suas múltiplas atividades.

No que tange ao planejamento, propriamente, vale registrar o desenvolvimento de estudos de avaliação econômica, institucional e da produção científica e tecnológica, e a implantação de novos métodos de gestão, nos principais órgãos de fomento, o que já permite rigoroso exame do cumprimento de suas missões institucionais e da eficácia daí resultante, em termos de benefícios para a sociedade como um todo.

Ações Previstas para 1993

A modernização científica e tecnológica do País é o objetivo-síntese da política nacional de ciência e tecnologia. Essa é a condição para que os recursos humanos e materiais dedicados à pesquisa possam contribuir nos próximos anos, decisivamente, para o enorme esforço a ser empreendido para a recondução do País ao caminho do crescimento associado à equidade social.

A atuação do CNPq, em 1993, no que diz respeito à formação de recursos humanos, estará voltada para a expansão do contingente de pesquisadores do País (mestres e doutores em todas as áreas do conhecimento). Da mesma forma, através da concessão de bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento e pesquisa, o Conselho deverá manter a sua característica de contribuir igualmente para o incentivo e estímulo à formação de quadros técnicos e científicos por meio do apoio à realização de sua tarefa essencial: a pesquisa.

Ao lado dessa diretriz, o CNPq deverá empenhar-se na correção do perfil da base técnico-científica, ampliando a taxa de formação em áreas vinculadas às tecnologias de ponta, nas ciências experimentais de base, nas engenharias e em áreas incipientes ou de reduzido número de pesquisadores.

Complementarmente, o RHAE dará continuidade às ações de suporte à política industrial e de comércio exterior, enfatizando o atendimento às demandas de capacitação de recursos humanos do setor produtivo.

No campo do apoio à pesquisa, a FINEP contribuirá para a recuperação e atualização da infra-estrutura científica e tecnológica, através do FNDCT, destinando recursos às universidades e centros de pesquisa de reconhecida competência, com expressivo potencial científico e tecnológico, privilegiando a integração com o setor produtivo, visando à resolução de questões de interesse econômico e social.

De outra parte, o PADCT seguirá contribuindo para a transformação das bases organizacionais de realização da pesquisa no País, atendendo preferencialmente a projetos de maior valor e com objetivos mais ambiciosos. Nesse sentido, deverá contratar e implementar os

341 projetos aprovados pelos editais lançados em 1992, compreendendo recursos equivalentes a US\$ 78 milhões. Deverá, ainda, lançar novos editais que contemplarão a contratação, em 1994, de 200 novos projetos aproximadamente.

O CNPq, já em 1993, restabelecerá o equilíbrio entre suas principais linhas de fomento (bolsas *versus* auxílios e execução de pesquisas nos institutos), através da ampliação da participação relativa dos recursos alocados à pesquisa no âmbito do seu orçamento. Terão tratamento preferencial os projetos integrados, desenvolvidos por grupos de pesquisa, assim como serão aprimorados os instrumentos de acompanhamento e avaliação e de difusão dos resultados das pesquisas, ampliando as oportunidades de interação das demandas do setor produtivo e alargando as possibilidades de apropriação dos conhecimentos gerados no seio da própria comunidade técnico-científica.

O INPE continuará a concentrar sua atuação sobre seus quatro grandes projetos (MECB, CPTEC, AMAZÔNIA e CBERS), e sobre o Projeto SIGTEC-N (Sistema de Gerenciamento de Tempo e Clima do Nordeste), implementado a partir de 1992.

O apoio à pesquisa ambiental tem no Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras uma das principais alavancas para a recuperação das iniciativas na área. Suas atividades serão intensificadas com apoio do INPA e do Museu Emílio Goeldi. Terá também início a convocação da comunidade científica para apresentação de projetos de pesquisa através de editais públicos, a exemplo da sistemática adotada no PADCT.

A atuação do MCT, no campo da modernização tecnológica, será norteadada, fundamentalmente, pela necessidade de ampliar, de maneira consistente, o grau de competitividade da base produtiva nacional em níveis compatíveis com os padrões internacionais, na expectativa de que os incrementos de produtividade e qualidade redundem em benefícios sociais imediatos. Nesse âmbito, os Programas de Capacitação Tecnológica e da Qualidade e Produtividade deverão dar ênfase especial ao aparelhamento complementar dos laboratórios com atividades de metrologia e ensaios, bem como no desenvolvimento dos procedimentos de normalização e certificação.

Deverá ser igualmente utilizada a vocação e a experiência da FINEP para ampliar a participação do setor privado nos investimentos em P & D, bem como para mobilizar recursos adicionais para a capacitação tecnológica da indústria, através de medidas como a de parceria com outras instituições financeiras e a ampliação de sua participação em financiamentos de modalidade de risco.

O setor de informática deverá experimentar, em 1993, os efeitos dos dispositivos legais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, que reformulou a Política Nacional de Informática, em especial os da regulamentação dos incentivos fiscais ali previstos. A criação de um ambiente de maior competitividade para a informática nacional será reforçado com as seguintes iniciativas: formulação de medidas que favoreçam a entrada de produtos e tecnologias brasileiras no mercado externo; revisão da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), na área de tecnologia da informação; início da implementação do perfil referente à comunicação e interoperação de sistemas de tratamento da informação; continuidade do Projeto Fábrica de *Software*; e implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Indústria de *Software*.

Quanto à gestão da política de ciência e tecnologia, o MCT deverá consolidar e ampliar a participação do CCT, enquanto instância fundamental de definição de diretrizes e estratégias e de coordenação das ações do Governo Federal na área. O Conselho fortalecerá sua atuação com vistas ao estabelecimento de relações mais solidárias entre os diversos órgãos que atuam no campo científico e tecnológico, inclusive com os Estados, buscando os efeitos sinérgicos necessários ao aperfeiçoamento das políticas do setor. Ao mesmo tempo, o MCT continuará dando ênfase ao aprimoramento de seu papel de coordenação, pelo seu caráter vital numa área reconhecidamente horizontal e multissetorial.

Em 1993, parte significativa dos esforços de planejamento estratégico estabelecido por suas principais agências, o CNPq e a FINEP, deverá ter seus primeiros desdobramentos concretos. Ajustes internos e na relação com os demais órgãos do sistema de ciência e tecnologia e respectivo conjunto de usuários certamente contribuirão para ampliar a eficácia e eficiência de suas ações de fomento.

No âmbito dos institutos vinculados ao MCT e ao CNPq deverão também ser sentidos os efeitos da adoção, no âmbito gerencial, de sistemas da qualidade, particularmente naqueles voltados mais diretamente ao campo tecnológico.

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

O Ministério do Bem-Estar Social (MBES) resultou da reestruturação das atribuições anteriormente cometidas ao Ministério da Ação Social, promovida pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Conforme dispõe a referida Lei, incumbe ao novo Ministério a assistência social; a formulação e execução de políticas de habitação e saneamento; a ocupação do território e migrações internas; a promoção humana e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.

Ações Realizadas em 1992

Habitação

O aperfeiçoamento institucional do setor foi buscado mediante a elaboração de várias proposições para revisão de instrumentos legais, indispensáveis à implementação mais eficaz de Política Nacional de Habitação, destacando-se a proposta de substitutivo ao Projeto de Lei Federal nº 5.788, que trata das Diretrizes Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; redução das custas cartorárias; regularização fundiária urbana; reorganização do Sistema Financeiro da Habitação e regulamentação do Fundo de Investimento Imobiliário. O destaque deve ser dado à proposta de substitutivo ao Projeto de Lei Federal nº 5.788/90, que trata das Diretrizes Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Consolidou-se, também, o arcabouço institucional de execução dos projetos de Apoio à Habitação Popular (PROHAP) e Apoio à População de Baixa Renda, ao tempo em que foi inteiramente reestruturado a Programa SOS-Habitação.

Finalmente, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foram liberadas 213,6 milhões de Unidades Padrão de Financiamento (UPF's), para o financiamento de lotes urbanizados e obras complementares de infra-estrutura nos Estados e Municípios, relativos a contratos firmados em 1991.

Saneamento

Tal como no Setor de Habitação, a Secretaria de Saneamento dedicou-se, também, ao reordenamento institucional do setor, elaborando o anteprojeto de lei da Política Nacional de Saneamento.

O Programa Social de Emergência de Geração de Empregos (PROSEGE), financiado pelo Banco Interamericano (BID), teve iniciada sua implantação, com a assinatura de 34 convênios com diversos governos municipais.

Das dotações do Orçamento Geral da União, foram aplicados nos Estados e Municípios, em projetos de infra-estrutura urbana, abastecimento d'água, saneamento geral, esgotamento sanitário e controle da poluição, recursos da ordem de Cr\$ 484,5 bilhões, beneficiando 460.600 famílias.

Com recursos do FGTS foram liberados 69,9 milhões de UPF's para obras de saneamento básico (produção de água tratada e esgotamento sanitário) nos Estados e Municípios.

Vale finalmente destacar, pelo substancial reforço financeiro que aporta ao setor, os recursos externos negociados e contratados com agências multilaterais, a saber: contratação, com o Banco Mundial (BIRD), de recursos da ordem de US\$ 604,0 milhões para o Programa de Modernização do Setor de Saneamento e Programa de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica; e contratação, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de crédito no montante de US\$ 450,0 milhões, para o Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Assistência Social

Os principais avanços institucionais a registrar no setor foram: descentralização administrativa e financeira de unidades da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), para a jurisdição de Governos Estaduais; reestruturação organizacional e do programa de trabalho da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA); e reestruturação do Programa do Artesanato Brasileiro.

No que se refere ao atingimento de metas físicas, cumpre, entre outras, destacar a média mensal de 1.406.734 crianças carentes atendidas

em creches, e apoio a 313.306 pessoas carentes, idosos e deficientes atendidos mensalmente.

Ações Previstas para 1993

No exercício de 1993 a atuação do MBES será pautada pelas seguintes diretrizes:

- descentralização das ações para os Governos Estaduais e Municipais e para os segmentos organizados da sociedade;
- revisão dos padrões de financiamento dos programas sociais, buscando sua universalização e adequação às demandas específicas;
- desenvolvimento de metodologias apropriadas para que os programas sociais não dependam de burocracias tradicionais e de modelos únicos, e tenham impacto efetivo sobre as zonas críticas de pobreza das áreas urbanas, sobretudo metropolitanas, e rurais;
- racionalização da aplicação dos recursos e ampliação da captação de recursos externos para investimentos;
- montagem de uma base de indicadores sociais que permitam a elaboração de programas e projetos consentâneos com a realidade, focalizando o gasto social em favor dos grupos mais necessitados da sociedade; e
- monitoração e avaliação do gasto social e participação dos beneficiários nas etapas de elaboração e implantação das ações.

As ações estabelecidas pelo MBES para o exercício de 1993, por área de atuação, são as seguintes:

Habitação e Saneamento Básico

Já estão assegurados no Orçamento Geral da União (OGU) a construção de unidades habitacionais e a produção de lotes urbanizados, totalizando a aplicação de Cr\$ 658,8 bilhões, a preços de abril de 1992.

A Secretaria de Saneamento, por sua vez, aplicará aproximadamente Cr\$ 2,0 trilhões, a preços de abril de 1992, em ações de saneamento básico relativas a abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição de resíduos sólidos, drenagem e infra-estrutura urbana.

Além dos recursos do OGU, o FGTS aplicará, em 1993, 62,0 milhões de UPF's, sendo 36,1 milhões em habitação, 22,4 milhões em saneamento e 3,5 milhões em infra-estrutura urbana, de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho Curador do Fundo.

Essas metas deverão ser ampliadas à medida que forem aumentadas as disponibilidades financeiras da União.

Assistência Social

A Secretaria de Promoção Humana deverá aplicar cerca de Cr\$ 242,2 bilhões, a preços de abril de 1992, no desenvolvimento de ações comunitárias: apoio ao idoso, crianças e adolescentes, excepcionais e outros grupos carentes (ênfase à questão dos meninos e meninas de rua); apoio a microunidades produtivas; capacitação de agentes sociais e incentivos ao artesanato brasileiro; e pesquisas.

Dará prosseguimento à implementação dos Programas do Artesanato Brasileiro e de Apoio à Mobilização e Organização de Apoio à Produção, de forma descentralizada, a nível dos Estados e Municípios, visando à geração de trabalho e renda.

O Programa de Desenvolvimento Institucional desenvolverá os subprogramas de *capacitação de recursos humanos*, com vistas à eficácia na gestão dos programas assistenciais e de *estudos e pesquisas*, objetivando a criação de base de dados para garantir o padrão de qualidade dos serviços e programas assistenciais.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

No âmbito da reforma administrativa, a criação do Ministério do Meio Ambiente teve o objetivo de fortalecer a ação do Governo na execução da Política Nacional do Meio Ambiente aí incluído o cumprimento dos compromissos assumidos durante a Conferência do Rio (Eco-92).

Como órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Ministério procura orientar essa política segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, pelos quais o processo de desenvolvimento econômico e social deve se harmonizar com o equilíbrio do meio ambiente e o uso conservacionista dos recursos naturais. A ação do Ministério se apóia no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como órgão deliberativo e normativo, e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como órgão executivo na órbita federal e no Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) como instrumento financeiro.

Ações Realizadas em 1992

O primeiro semestre de 1992 foi marcado pela preparação da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho no Rio de Janeiro. A mobilização da sociedade, gerada pela discussão dos temas ambientais na elaboração do relatório nacional para a Conferência, levou a uma avaliação crítica da realidade sócio-econômica brasileira, tanto pelos órgãos de governo como pelas organizações não-governamentais (ONG's).

A Conferência permitiu ao Brasil demonstrar a todos os países participantes seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o engajamento na promoção dos princípios da Declaração do Rio, que expressam que a pobreza e a degradação ambiental constituem um binômio que somente poderá ser superado com o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental e a cooperação entre os países, tanto no nível governamental quanto não-governamental.

Passaram a ser traduzidos em políticas públicas os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência, na qual foram assinadas a Carta da Terra (Declaração do Rio), a Convenção sobre Alterações Climáticas, a Convenção de Biodiversidade, a Declaração de Princípios Sobre Florestas e a Agenda XXI. Esta contempla, além das questões globais, os instrumentos e mecanismos financeiros e jurídicos internacionais que viabilizam a implementação do desenvolvimento sustentável.

A extinta Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) e o IBAMA deram continuidade à execução de programas e projetos iniciados em exercícios anteriores. No Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, constituído por um conjunto de projetos integrados do Governo Federal e sociedade civil, prosseguiram os trabalhos decorrentes da negociação do programa a ser financiado com recursos dos Países do Grupo dos Sete e da Comissão das Comunidades Européias, prevendo-se, em sua fase inicial de três anos, o aporte de US\$ 253 milhões. Foram negociados a título de pré-investimento US\$ 2,5 milhões para elaboração dos projetos.

No Global Environmental Facility (GEF), visando financiar projetos voltados para o tratamento de problemas ambientais globais, especialmente o aquecimento da atmosfera, a proteção da diversidade biológica e a poluição de águas internacionais, deu-se continuidade aos trabalhos decorrentes da negociação do programa, cuja fase inicial prevê aporte de US\$ 30 milhões. Já como parte do programa, o IBAMA iniciou no primeiro semestre a execução do Projeto de Proteção à Biodiversidade.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente, que tem o objetivo de financiar projetos que visem ao uso racional e sustentável dos recursos naturais, promoveu a execução dos projetos aprovados por seu Comitê e concluiu negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Apoio ao FNMA, de custo global equivalente a US\$ 30 milhões (US\$ 22 milhões originários de empréstimos do BID e US\$ 8 milhões como contrapartida nacional).

No âmbito interinstitucional, foram apoiados os trabalhos coordenados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico, e as negociações do Ministério das Relações Exteriores referentes à Conferência do Rio, ao Protocolo

Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio, ao Tratado de Cooperação Amazônica, à Comissão Intergovernamental sobre Clima e à Comissão Intergovernamental sobre Diversidade Biológica.

Na execução de suas atribuições, o IBAMA promoveu também a gestão da política da pesca e desenvolvimento da agricultura, com apoio a comunidades pesqueiras artesanais; a coordenação das atividades de manejo e utilização racional dos recursos naturais renováveis; a coordenação das atividades de fiscalização dos recursos ambientais da flora, fauna e da pesca; a coordenação das atividades de controle e qualidade ambiental, por meio de programas específicos — Programa de Preservação e Combate aos Incêndios (PREVFOGO), Programa Nacional de Controle da Poluição (PRONACOP) e Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE). Com vistas à preservação dos ecossistemas do país, foram criadas nove novas unidades de conservação ambiental e definidas as áreas para fins de desapropriação de duas unidades. Continuou também a gestão orçamentária e financeira do Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas.

Ações Previstas para 1993

As diretrizes de atuação do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do FNMA para 1993 seguirão basicamente aquelas estabelecidas no Plano Plurianual, com as alterações decorrentes dos acordos e negociações iniciadas na Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e na orientação do atual Governo. Com o objetivo de difundir no Governo e na sociedade o conceito de desenvolvimento sustentável, será ampliada a participação do Ministério e do IBAMA nos fóruns definidores do modelo de desenvolvimento do país, bem como na formulação de políticas setoriais relacionadas ao crescimento econômico nacional.

No plano institucional, serão desenvolvidas ações no sentido de consolidar o Ministério como o órgão central do SISNAMA, fortalecendo a articulação interinstitucional e viabilizando a promoção de ações e projetos que subsidiem a formulação da Política Nacional de Meio

Ambiente, além de incrementar a participação do Ministério nos órgãos governamentais colegiados definidores de políticas setoriais. Será priorizada a reorganização do Ministério e a conclusão da reforma administrativa do IBAMA, de modo a viabilizar sua missão institucional, sobretudo quanto à fiscalização, controle e preservação da qualidade ambiental.

Entre as políticas e programas a que o Ministério e o IBAMA darão continuidade estão o Programa Nacional de Meio Ambiente, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a política que tem como metas a auto-suficiência do país em borracha natural, a execução de ações para a conservação de ecossistemas e da biodiversidade e a coordenação das atividades de manejo dos recursos naturais renováveis da flora, fauna e dos recursos pesqueiros.

Serão desenvolvidas as atividades de implementação do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais, especialmente a instalação e funcionamento da Secretaria Executiva da Comissão de Coordenação do programa e as secretarias técnicas (formulação de oito projetos com recursos da ordem de US\$ 177 milhões).

Para as áreas indígenas terá início um programa de proteção ambiental, com a elaboração do cadastro nacional das áreas indígenas do Sul e Sudeste e a consolidação de ações e conclusão do Projeto de Proteção do Meio Ambiente das Comunidades Indígenas — PMACI. O apoio às populações tradicionais, com destaque para o desenvolvimento dos habitantes das reservas extrativistas, terá como principal objetivo a identificação de alternativas econômicas para agregar valor a sua produção.

Deverá ser fortalecida a participação do Ministério em processos decisórios ao nível nacional e internacional, como o Protocolo de Montreal, o Global Environmental Facility (GEF), os acordos referentes à legislação ambiental no âmbito do MERCOSUL, as negociações para o acordo internacional de madeiras tropicais de 1993 e o programa de madeiras tropicais, entre outros.

A destinação dos recursos do FNMA será ampliada para atender a novos ecossistemas, como o da caatinga, da zona costeira e áreas urbanas, mantendo-se a prioridade para a Amazônia Legal.

O Ministério e o IBAMA continuarão apoiando os trabalhos coordenados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional. Serão promovidas articulações junto ao Ministério da Educação e do Desporto, visando incrementar a educação ambiental na rede formal de ensino e ações diversas de divulgação em meios de comunicação.

Na área de desenvolvimento científico e tecnológico para apoio à execução da política ambiental, terão continuidade e serão ampliados os acordos e programas de cooperação científica, técnica e financeira com o exterior. Pretende-se incentivar internamente o esforço de pesquisa científica e aplicada, com o objetivo de desenvolver tecnologias adequadas para o desenvolvimento sustentável.

O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que objetiva fortalecer a estrutura político-administrativa voltada para a gestão dos assuntos ambientais, é co-financiado pelo Banco Mundial (US\$ 117,0 milhões), pelo KFW (US\$ 16,3 milhões) e Governo Federal (US\$ 33,1 milhões) e tem sua execução descentralizada para Estados, Municípios e Organizações Não-Governamentais (ONG's). Devido a problemas institucionais o Programa sofreu atraso no cumprimento do seu cronograma, tendo aplicado em dois anos apenas 10% (dez por cento) do valor total. Ao final do ano as negociações foram retomadas junto aos financiadores externos, no sentido de sanar as dificuldades provocadas por fatores institucionais internos e pela excessiva burocratização da agência financiadora. As decisões serão implementadas ao longo de 1993.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, ao dispor sobre a organização da Presidência da República, instituiu a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, com a finalidade de assistir ao Presidente da República na coordenação do sistema de planejamento e orçamento, formulação de estudos e pesquisas sócio-econômicas, elaboração e acompanhamento dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, e na supervisão dos sistemas cartográfico e estatístico nacionais.

Para tanto, a atuação básica da Secretaria volta-se para a promoção e o gerenciamento de processos e instrumentos que assegurem coerência às ações governamentais — tanto de médio e longo prazos como de curto prazo — com relação aos objetivos do desenvolvimento. Em especial, procura zelar pela adequada e transparente alocação de recursos públicos.

Planejamento, Orçamento e Avaliação

Durante 1992, foram adotados importantes mecanismos de articulação entre planejamento e orçamento, ao mesmo tempo em que conferida prioridade ao aprimoramento dos métodos de avaliação, de tal modo que a interação Governo e Sociedade venha a se estabelecer sob a égide da eficiência e eficácia da atuação dos agentes públicos.

Já no último trimestre de 1992 foram iniciadas atividades típicas da função de coordenação da Secretaria, identificando e aprimorando meios de tornar de melhor qualidade os serviços que o Governo presta à população, em todos os níveis. Ao exercer esta função, a Secretaria parte do princípio de que não pode (e não deve) substituir atribuições dos Ministérios e órgãos setoriais, mas sim discutir o enquadramento das ações setoriais nas diretrizes e prioridades governamentais. Resultados concretos são esperados para este primeiro semestre de 1993 no tocante à avaliação de tópicos prioritários de políticas públicas, mediante a realização de fóruns envolvendo representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade civil.

Ficou disposto na Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, que instituiu o Plano Plurianual 1991-1995 (PPA), foi aprovada pelo Congresso Nacional, com pequenas alterações à proposta do Executivo, a revisão do Plano para o período 1993-1995 (Lei nº 8.446, de 21 de julho de 1992). Nesta mesma data, foi também sancionada a Lei nº 8.447, que trata das diretrizes orçamentárias para 1993, com base nas quais foi elaborada a proposta para o Orçamento Geral da União do corrente ano.

As dificuldades encontradas pelo Executivo em ajustar os fluxos de receita e despesa, em função da conjuntura recessiva que marcou 1992, levaram à implantação de um processo de programação financeira trimestral, que procurou preservar o desempenho de ações que produzem bens e serviços públicos e, ao mesmo tempo, garantir a evolução controlada dos principais agregados das contas públicas.

Paralelamente, no final de agosto, foi encaminhada ao Legislativo a proposta orçamentária de 1993, a qual passou por revisão no último trimestre de 1992 em decorrência da reorganização administrativa. Merece salientar que a apreciação do projeto do Executivo pelo Congresso Nacional ensejou várias sugestões para o aperfeiçoamento do processo orçamentário, que procuraram evitar a pulverização do gasto, conferindo tratamento prioritário às ações típicas da União, dentro de um contexto de alocação de recursos austero e equilibrado.

No tocante à avaliação, foram dados os primeiros passos para o desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Avaliação das Ações de Governo (SIAG), instrumento retroalimentador do planejamento que visa fornecer informações analíticas sobre o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, com vistas a permitir eventuais correções de estratégias estabelecidas e, assim, promover a racionalização do gasto público e contribuir para a melhoria da ação governamental.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

A ação financiadora do Sistema BNDES em 1992 teve por objetivo contribuir para a expansão e modernização da capacidade produtiva e para a reestruturação e racionalização empresarial. Os financiamentos compreenderam principalmente o apoio a: reestruturação empresarial, capacitação tecnológica, reorganização de sistemas de produção e de gerenciamento e ampliação da capacidade produtiva na indústria; modernização e adequação da infra-estrutura econômica, privilegiando a

realização de investimentos pelo setor privado; modernização do setor agropecuário, principalmente através da incorporação e difusão de novas tecnologias de produção; e à conservação do meio ambiente.

No período janeiro-novembro de 1992, os desembolsos do Sistema BNDES ultrapassaram o montante de US\$ 3,0 bilhões. Deste total, a Região Sudeste recebeu 44%. Para a Região Sul foram canalizados 22% dos desembolsos e, para as Regiões Nordeste e Centro-Oeste, 17% e 12%, respectivamente. A Região Norte recebeu 3% dos desembolsos totais do Sistema BNDES.

Do total dos recursos desembolsados, 50% foram destinados ao setor industrial (setores petroquímico, metalúrgico, alimentício e de papel e papelão, principalmente). Para a agropecuária foram alocados 14% daquele total, enquanto a área de comércio e serviços foi contemplada com 34% dos desembolsos, em empreendimentos de transportes (Linha Vermelha-RJ e Metrô do Distrito Federal) e de energia elétrica.

Através da FINAME, subsidiária do BNDES, foram concedidos, até novembro, mais de 30 mil financiamentos para a compra de máquinas e equipamentos, representando desembolsos com um crescimento real de 49% em relação ao total do mesmo período de 1991. O maior número de operações (20.865) ocorreu no âmbito das atividades relacionadas com a agricultura (compra de máquinas e equipamentos para a produção agropecuária ou agroindustrial), beneficiando tanto empresas quanto pessoas físicas, que se constitui praticamente no único mecanismo de financiamento ao reequipamento das atividades agropecuárias.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O IBGE desenvolve pesquisas e estudos nas áreas demográfica, social, econômica, geográfica, cartográfica, geodésica e de meio ambiente, visando subsidiar a formulação e a avaliação de políticas e atender às demandas de informações pela sociedade.

Em 1992, foi conferida prioridade absoluta aos trabalhos de apuração, processamento, análise e divulgação do Censo Demográfico de 1991. Tão logo foram concluídos os trabalhos de aferição de qualidade dos dados demográficos, deu-se início à divulgação dos resultados preliminares para todos os Estados, e encaminhou-se ao Tribunal de Contas da União os quantitativos populacionais referentes a todos os Municípios do País, com vistas à fixação de cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. A análise dos resultados já obtidos permite configurar tendências sócio-demográficas da maior relevância para a elaboração de políticas

públicas, como a intensificação de queda de fecundidade e o crescimento relativamente mais expressivo dos Municípios de médio porte.

Paralelamente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1992, com um questionário reformulado e ampliado contemplando os temas condições de trabalho, educação e renda, entre outros, teve todas as suas etapas de planejamento realizadas, encontrando-se a coleta concluída, e prevista a divulgação dos dados para o primeiro semestre de 1993.

Na linha de indicadores sociais, prosseguiram os trabalhos de pesquisa e construção de indicadores de saúde, educação, habitação, saneamento e participação político-social, bem como os estudos e publicações referentes a crianças e adolescentes.

Dentre as atividades em andamento, na área de pesquisas estatísticas, cabe ressaltar, ainda, o programa de revisão, integração e modernização do sistema de informações econômicas, incluindo-se o aperfeiçoamento dos sistemas de contas nacionais, de indicadores de preços, de acompanhamento dos níveis de emprego e de levantamento da produção agrícola.

Destaque especial foi dado ao projeto Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal, cuja conclusão está prevista para julho de 1993. Durante o ano, foram desenvolvidos estudos de avaliação da sustentabilidade e da qualidade do ambiente, a partir das diferentes formas de intervenção do homem sobre a natureza e dos problemas e comprometimentos por elas gerados.

Avançou-se, ainda, na estruturação de um modelo de Diretório de Estatísticas Ambientais cuja finalidade é a de orientar um conjunto de procedimentos interdependentes para a coleta, armazenagem e divulgação de informações capazes de subsidiar o esforço de planejamento ambiental.

Na linha de modernização institucional, merece ser mencionada a substituição de processos tradicionais na produção do mapeamento sistemático por outros compatíveis com o atual desenvolvimento tecnológico nacional e internacional, na área de cartografia (mapoteca digital).

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Em 1992, o IPEA consolidou sua missão institucional de auxiliar o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas e setoriais do Governo, através, basicamente, da realização de estudos e pesquisas sócio-econômicas.

Ao longo do ano foram executados vários projetos de pesquisa destinados a ampliar a base de conhecimentos do Governo no tocante a um largo espectro de políticas públicas, incluindo as de estabilização macroeconômica, externa, de indústria e comércio exterior, de desenvolvimento sustentável, de infra-estrutura e o conjunto de políticas sociais. O Instituto desenvolveu ainda atividades permanentes relacionadas com a atualização de informações sócio-econômicas e ao aprimoramento de instrumentos analíticos utilizados na formulação e avaliação da política econômica e social, principalmente nas seguintes áreas: análise de conjuntura nacional e internacional, construção e elaboração de modelos macroeconômicos e implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) na área do setor público.

O IPEA atuou também na gestão de programas e projetos interinstitucionais associados a empréstimos do Banco Mundial (BIRD), incluindo:

- a) Empréstimo BIRD 2721/BR, Gerenciamento do Setor Público que, além de financiar a realização de estudos e pesquisas, contempla recursos para o desenvolvimento institucional de vários órgãos públicos;
- b) Empréstimo BIRD 2727/BR, para estudos de política agrícola; e
- c) Empréstimo BIRD 3442/BR, com o atual Ministério do Bem-Estar Social, objetivando a modernização do setor de saneamento básico.

Além destas atividades, realizou um conjunto de ações de desenvolvimento institucional e de difusão de informações técnicas e metodológicas na área de políticas públicas. Cabe salientar, nesse contexto, as ações de treinamento especializado, a publicação de trabalhos técnico-científicos e a promoção de eventos que abordam temas relevantes para formulação, acompanhamento e avaliação daquelas políticas.

Em 1993, terão atenção especial os trabalhos concernentes às áreas de atuação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, com interveniência de todos os participantes do processo de alocação de recursos públicos.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Em 1992, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) imprimiu ênfase especial às pesquisas e projetos ligados a tecnologias militares, bem como à área aeroespacial, além de dar continuidade à produção e atualização de documentos básicos, orientadores do Planejamento Militar, e ao estudo e elaboração da legislação de interesse comum das Forças Armadas.

Ações Realizadas em 1992

Prosseguiu a implementação do projeto Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC), destacando-se, como principais metas atingidas: a aquisição de equipamentos, a realização dos enlaces entre os centros de operações e a formação de recursos humanos.

Tiveram continuidade, também, os projetos e ações em curso quanto às Comunicações Militares por Satélites, o apoio ao desenvolvimento de tecnologia na área militar, a realização de simulação e exercícios combinados, a produção e atualização de documentos básicos, orientadores no Planejamento Militar, a participação em Operações Combinadas, bem como em outras realizadas pelas Forças Singulares e a informatização das subchefias e do gabinete.

Em relação ao desenvolvimento de pesquisas, o EMFA manteve o apoio às atividades de ciência e tecnologia das Forças Singulares, favorecendo projetos nas áreas de mísseis, eletrônica, computação e infravermelho. A continuidade dos projetos de comunicação significou o prosseguimento da implantação das estações terrenas nas centrais do sistema. É necessário ressaltar que o contingenciamento de recursos orçamentários restringiu algumas atividades de controle, coordenação e acompanhamento de atividades no serviço militar. No entanto, foram plenamente atingidas as metas quanto à manutenção dos serviços administrativos para a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, para a Escola Superior de Guerra (ESG) e para o Hospital das Forças Armadas (HFA), bem como para o próprio EMFA.

A Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), cujas diretrizes estão consubstanciadas na Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (PNDAE), teve sua programação relacionada com a continuidade da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) que se divide em três projetos principais: Desenvolvimento de Satélites, Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites e Construção do Campo de Lançamento de Alcântara.

A COBAE atingiu parcialmente as metas previstas para esses três projetos da MECB. O projeto Desenvolvimento de Satélites viu contratado o lançamento do 1º Satélite de Coleta de Dados (SCD-1), a conclusão parcial do módulo de identificação/qualificação do 2º Satélite do mesmo tipo (SCD-2), e dos modelos estrutural e térmico do 1º Satélite de Sensoriamento Remoto (SSR-1). Foi dado início à operação do segmento solo.

Quanto ao projeto Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites, foram realizadas as seguintes etapas: ensaio, em solo, de um propulsor S40 TM — 3º estágio do VLS; ensaio, em vôo, do veículo VS40 (PT01) para qualificação em vôo do 4º estágio do VLS; e ensaio, em solo, de quatro propulsores S44 — 4º estágio do VLS.

Em relação ao projeto Construção do Campo de Lançamento de Alcântara prosseguiram a construção da torre de lançamento do foguete VLS, a instalação de novos sistemas, construção de edificações, infraestrutura e área de apoio ao setor de controle de satélite.

Ações Previstas para 1993

Prevê-se a continuidade e ampliação do projeto Sistema Militar de Comando e Controle, atuando junto aos Centros de Operações das Forças Singulares.

O EMFA permanecerá apoiando financeiramente as atividades de ciência e tecnologia das Forças Singulares. Quanto aos projetos de comunicação, seguirão curso as atividades de implantação das estações terrenas centrais do sistema, em paralelo com a busca de recursos adicionais para a aplicação da banda X dos novos satélites BRASILSAT.

No referente aos projetos da COBAE, dar-se-á continuidade às diretrizes do PNDAE. Para o projeto Desenvolvimento de Satélites prevê-se o lançamento do 1º Satélite de Coleta de Dados, a conclusão do modelo de identificação e qualificação do 1º Satélite de Sensoriamento Remoto, conclusão do modelo de vôo do 2º Satélite de Coleta de Dados e início de operação do segmento solo.

O projeto Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites estabelece os seguintes desdobramentos: ensaio, em solo, de propulsores S44 (4º estágio do Veículo Lançador de Satélites-VLS); ensaio, em solo, de propulsores S43 TM, TI (1º e 2º estágio do VLS); e ensaio, também em solo, de propulsores S40 TM (3º estágio do VLS), além do lançamento do VLS - Protótipo 01.

A construção do Campo de Lançamento de Alcântara continuará em processo de implantação, subdividido em três grandes áreas: sistemas, edificação e infra-estrutura, destacando-se o ensaio previsto para o final do 1º quadrimestre do próximo ano, que deverá testar o último estágio de um motor para foguetes com cabeça em fibra de carbono.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) concentrou sua atuação, em 1992, nas seguintes áreas: realização de estudos e avaliações, em nível estratégico e de caráter abrangente e multidisciplinar, indispensáveis ao gerenciamento do processo decisório nacional de alto nível; planejamento, execução e acompanhamento da Política e do Programa Nuclear Brasileiro, além da supervisão do Sistema de Proteção Nuclear Brasileiro; superação ou minimização de problemas localizados em regiões fronteiriças e naquelas mais carentes do território nacional; e estabelecimento de metas e de políticas referentes à proteção e salvaguarda das instituições do Estado e das áreas geográficas de maior sensibilidade, como é o caso da Amazônia.

Ações Realizadas em 1992

Objetivando solucionar os principais entraves ao desenvolvimento brasileiro, bem como o encaminhamento de soluções para os problemas internos de desequilíbrios sociais e regionais, foram elaborados estudos e alternativas estratégicas de médio e longo prazos. Dessa maneira, consolidou-se o planejamento estratégico para o desenvolvimento nacional.

Realizaram-se estudos e ações, com vistas à ordenação do território nacional, priorizando-se a Amazônia Legal. Com ênfase na execução do zoneamento ecológico-econômico, concluiu-se a primeira fase do Diagnóstico Ambiental, objetivando a compatibilização do desenvolvimento auto-sustentado com a preservação do meio ambiente. Consolidou-se, ainda, o Plano para o Desenvolvimento da Amazônia.

Foram assinados quinze convênios com diversos Estados e entidades voltados para o planejamento estratégico, diagnóstico ambiental e zoneamento ecológico-econômico, com vistas à concepção de uma estratégia de desenvolvimento nacional, de médio e longo prazos, que

permita a modernização do Estado e da economia e a definição do volume de recursos necessários ao financiamento dos projetos prioritizados.

Executaram-se projetos para a melhoria das condições estruturais e fortalecimento da presença governamental na região fronteira, consubstanciados principalmente em ações do Programa Calha Norte e do Programa de Auxílio aos Municípios da Faixa de Fronteira.

No tocante ao desenvolvimento de tecnologia no campo nuclear, objetivou-se a capacitação nuclear brasileira para utilização em fins exclusivamente pacíficos.

Implementaram-se ações decorrentes da celebração do acordo bilateral com a Argentina, bem como do acordo conjunto da salvaguarda entre Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Procedeu-se à estruturação do ABACC.

Coordenou-se, a nível nacional, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP) e desenvolvimento de ações destinadas a obter a *performance* prevista nesse programa, a nível da SAE.

Foram produzidos radioisótopos, os quais foram fornecidos a cem centros médicos que atendem a cerca de 35 mil pacientes por mês. Em andamento, encontra-se a prestação de serviços à comunidade nas seguintes áreas: análises ambientais e toxicológicas, estudos hidrogeológicos, irradiação de fios e cabos, estudos de desgaste em altos fornos e tratamento de rejeitos radioativos.

Implantou-se, também, juntamente com o Ministério da Aeronáutica, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Na área da Pesquisa e Desenvolvimento no campo nuclear, estão sendo feitas pesquisas de tecnologias de reatores e materiais nucleares, usina piloto e circuitos experimentais do Instituto de Pesquisas Energéticas (IPEN), do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) e do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas Nucleares (CDTN). Encontra-se também em andamento (em ritmo lento) a montagem da mesa de controle de reator IPR-RI; e para novas aplicações industriais de técnicas nucleares, o sistema de radioproteção e produção de radioisótopos.

Com relação à segurança nuclear encontram-se em curso: a construção dos recipientes cilíndricos metálicos e encapsulamento de

tambores e caixas, contendo rejeitos radioativos de Goiânia; a preparação dos procedimentos para implantação da Central de Registro e Atendimento à Emergência Radioativa e Acidentes Nucleares; e, em recuperação, as células de produção rotineira de geração de flúor da única planta existente no País para produção de UF6.

No que concerne à fabricação de combustível nuclear, as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) deram início à produção de quarenta elementos combustíveis, e a Urânio do Brasil S.A., na sua Lavra de Poços de Caldas, produziu 37 mil toneladas de ácido sulfúrico.

Houve ainda a implementação do Projeto de Modernização pela Qualidade Total da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Ações Previstas para 1993

Na programação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) para 1993, terão prosseguimento as ações em desenvolvimento, com a retomada das atividades de Coordenação do Planejamento Estratégico Nacional, em cumprimento à missão atribuída pela Lei nº 8.490, de 01/11/92.

Haverá a elaboração de estudos e alternativas estratégicas, de médio e longo prazos, de análises estratégicas específicas, objetivando solucionar os principais entraves ao desenvolvimento brasileiro, bem como o encaminhamento de soluções para os problemas internos de desequilíbrios sociais e regionais.

Com vistas à ordenação do território nacional, com prioridade para a Amazônia Legal, realizar-se-ão estudos e serão executadas ações, com ênfase no Zoneamento Ecológico-Econômico.

Prevista a execução de projetos voltados para a melhoria das condições estruturais e fortalecimento da presença governamental na região fronteira, consubstanciados principalmente em ações do Programa Calha Norte e do Programa de Auxílio aos Municípios da Faixa Fronteira, dar-se-á também sequência às ações, em conjunto com o Ministério da Aeronáutica, para implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Prosseguirão os estudos para desenvolvimento de tecnologia no Campo Nuclear, objetivando a capacitação nuclear brasileira para utilização em fins exclusivamente pacíficos.

Prevê-se a produção física de 55 toneladas de concentrado de urânio e de 65 mil toneladas de ácido sulfúrico, estabelecidas como metas no projeto Extração e Beneficiamento de Minério de Urânio.

Será dada continuidade, ainda, aos estudos que deverão resultar no encaminhamento de mensagem ao Congresso Nacional criando a Agência Espacial Brasileira e institucionalizando o exercício da atividade de Inteligência.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A atuação da Secretaria da Administração Federal (SAF), durante o ano de 1992, concentraram-se nos seguintes temas: aumento da capacitação dos Recursos Humanos e sua valorização; aprimoramento da estrutura organizacional da Administração Pública Federal; prosseguimento da Reforma Patrimonial e do processo de extinção e liquidação de diversos órgãos e entidades federais; desenvolvimento de sistemas de informações e informática para o Setor Público Federal; e continuidade da implantação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade-PBQP.

Ações Realizadas em 1992

No tocante à área de recursos humanos, foram realizados diversos cursos e treinamentos com vistas a se obter melhor formação e capacitação do servidor público.

Dentre os cursos e treinamentos realizados destaca-se o Programa de Formação Educacional Básica, direcionado para a alfabetização de servidores públicos, supervisionado e coordenado pela Universidade de Brasília, além dos cursos de Gestão pela Qualidade no Setor Público, Gestão de Projetos na Área Ambiental e de Introdução ao Processamento de Dados.

A estrutura organizacional da Administração Pública Federal mereceu uma avaliação criteriosa das alterações realizadas no início de 1990, decorrendo daí proposição de adaptação da estrutura então existente às reais necessidades de atuação do setor público. Assim é que, no transcorrer do ano de 1992, os Ministérios e as Secretarias da Presidência da República foram reestruturados, obedecidos os critérios e mandamentos constantes das Leis nº 8.422 e nº 8.490, de abril e novembro de 1992, respectivamente.

A Reforma Patrimonial teve continuidade com a alienação de 380 imóveis residências funcionais, permanecendo pendentes de alienação 2.875 apartamentos funcionais e 12 residenciais oficiais (mansões).

O acompanhamento e a supervisão dos processos de liquidação e extinção de entidades e órgãos federais também mereceram atenção especial, estando em fase de conclusão os processos referentes a sete entidades e cinco órgãos federais.

Nas áreas de informação e de informática, foram iniciados projetos para possibilitar a disseminação dos acervos de informação do Governo, destacando-se o desenvolvimento do Cadastro da Administração Pública Federal, cujo objetivo principal é permitir maior eficiência e controle das informações e, ao mesmo tempo, utilizando-se de meios eletrônicos e de publicações, torná-las de domínio público.

Especificamente quanto ao controle de pessoal, foi constituído grupo de trabalho para estudo e proposição de matrícula única para os servidores dos órgãos que integram o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SIPEC.

No Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), foram iniciadas pesquisas sobre processos de implantação de projetos da qualidade e produtividade no Setor Público e concluiu-se o mapeamento dos projetos segundo sua classificação, em subprogramas gerais e estratégicos.

Ações Previstas para 1993

O ano de 1993 será especial para o Estado, na medida em que estarão em curso a revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de Governo. Estes dois eventos incidirão diretamente na estrutura da administração pública federal e caberá à SAF preparar as condições estruturais, de organização e funcionamento do Estado brasileiro. Para tanto, a SAF desenvolverá três tipos de atividades:

1ª reestruturação da Secretaria para que, atuando em comum acordo com os Ministérios, ofereça as condições operacionais para um trabalho ágil, moderno e eficiente do Estado brasileiro em suas relações internas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com a sociedade civil. A informatização dos dados, a racionalização dos serviços, e a fiscalização da sua qualidade pela sociedade serão as metas principais dessa atividade;

2ª definição do plano de cargos e carreiras do funcionalismo público federal, com vistas à valorização dos servidores e garantir qualidade, democratização e modernização dos serviços públicos;

3ª renovação e melhoria da imagem do Estado e do funcionalismo público nas relações com a população, simplificando procedimentos, garantindo acesso às informações, criando formas de participação da população para a melhoria do atendimento e controle da qualidade dos serviços prestados.

Na realização dessas três metas, a SAF dará prioridade aos seguintes aspectos:

- a) formação e treinamento de pessoal;
- b) resposta às demandas dos Ministérios;
- c) discussão das reivindicações e resposta às demandas das organizações dos funcionários públicos;
- d) consolidação do sistema de informatização dos serviços administrativos e da gestão de pessoal;
- e) descentralização das ações, de modo a haver relação constante e supervisão contínua dos servidores e serviços públicos nos vários Estados da Federação;
- f) simplificação das rotinas de atendimento ao público;
- g) organização de concursos para os servidores e sistemas de avaliação do desempenho na carreira.

A SAF apresenta como finalidades precípuas de seu trabalho:

- a) ser o instrumento para que o Poder Executivo responda administrativamente aos resultados da revisão constitucional e do plebiscito;
- b) ser caixa de ressonância das demandas e propostas do funcionalismo público e da sociedade civil, no que respeita à qualidade dos serviços públicos;
- c) ser um instrumento de mediação e auxílio à modernização dos demais órgãos do Poder Executivo Federal; e
- d) ser um instrumento que auxilie a recomposição do Estado brasileiro para as tarefas exigidas pelo processo democrático e sua consolidação nesta década, enfatizando, através dos órgãos que estão sob sua responsabilidade, a moralização e a ética do setor público.

A burocracia possui três traços constitutivos de sua lógica institucional: a hierarquia dos cargos, o segredo do ofício e a repetição de rotinas. Deste ponto de vista, ela é antagônica a um Governo e a um Estado democráticos, cujos traços são: igualdade sócio-política; direito a produzir e receber informações; e invenção contínua das políticas como resposta aos conflitos.

Nesta perspectiva, caberá à SAF desenvolver o conjunto de suas metas e atividades visando transformar a estrutura burocrática para que os serviços administrativos estejam em harmonia e consonância com uma estrutura democrática do Estado e as políticas democráticas dos Governos.

PARTE III

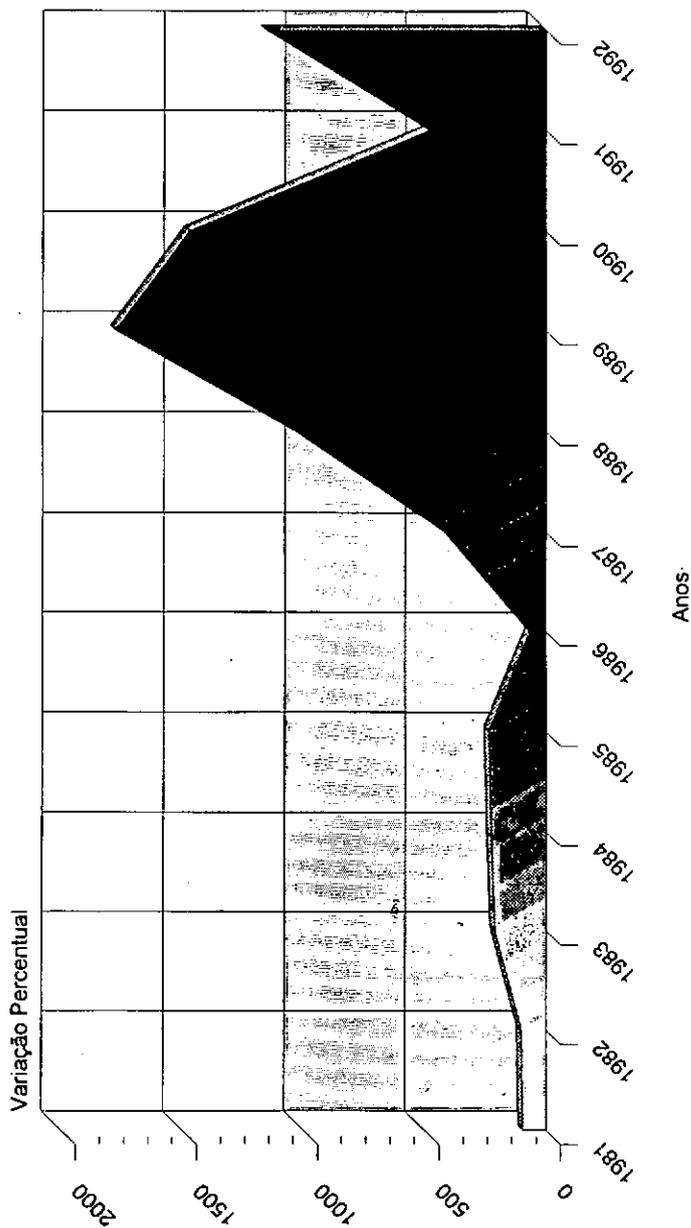
APÊNDICE ESTATÍSTICO

O Apêndice Estatístico tem como objetivo servir de fonte de consulta para os interessados em um melhor entendimento do comportamento das principais variáveis macroeconômicas frente às diferentes políticas adotadas ao longo do tempo, reunindo, num mesmo documento, informações de origens diversas.

Nesse sentido, os dados utilizados no corpo da presente Mensagem, bem como outros de enfoques específicos, foram selecionados e são apresentados nas tabelas e gráficos a seguir.

Inflação

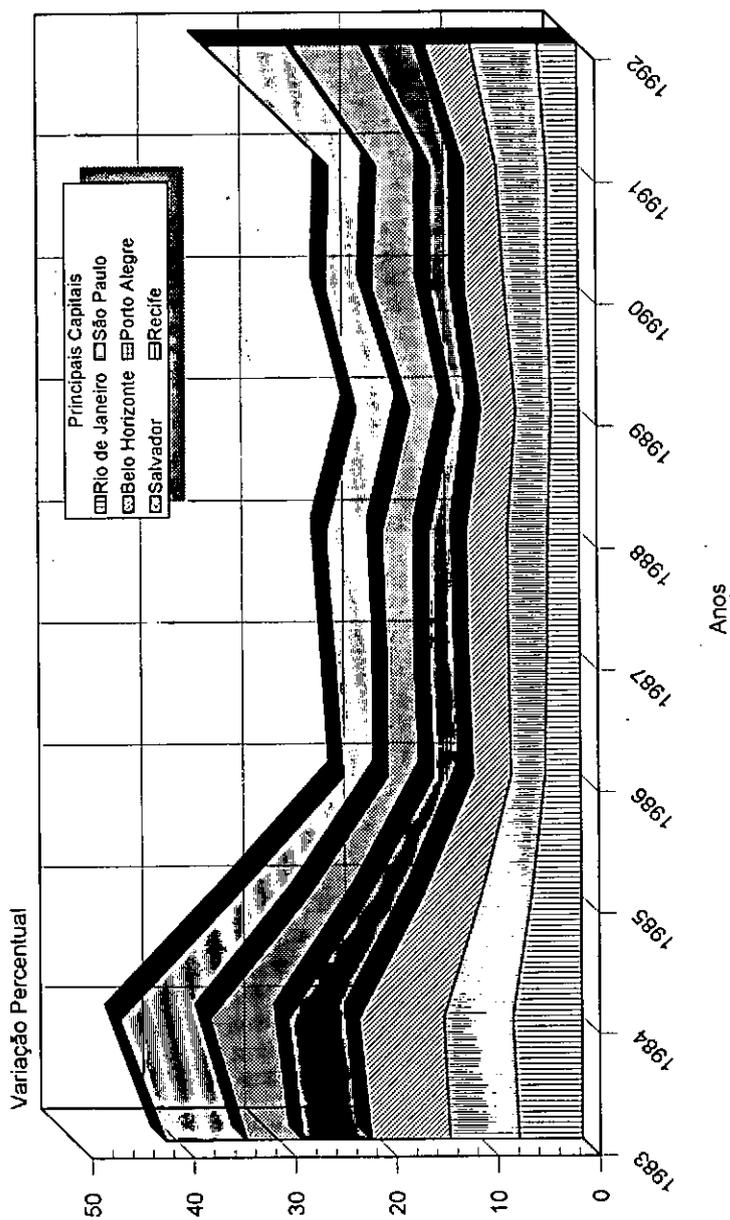
Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV)



Fonte: Tabela 3.2

Comportamento da Taxa Média de Desemprego Aberto

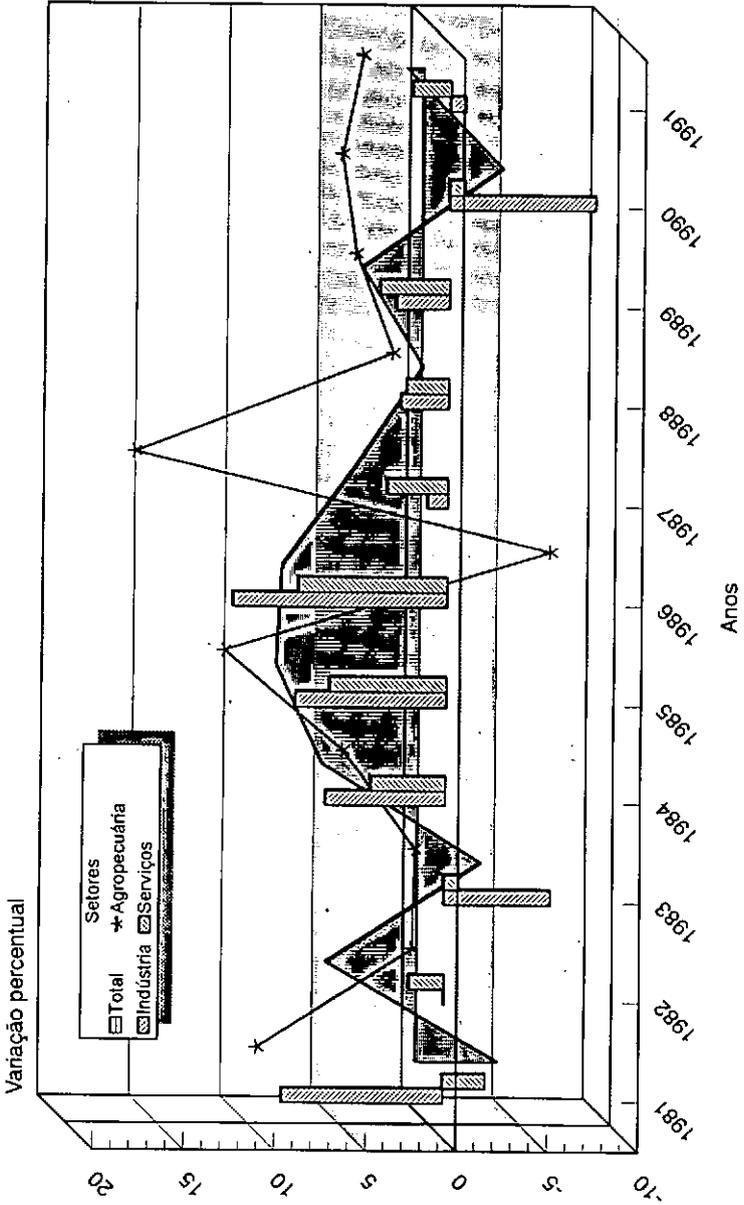
Principais Capitais



Fonte: Tabela 2.2

Taxas Reais de Variação Anual do PIB

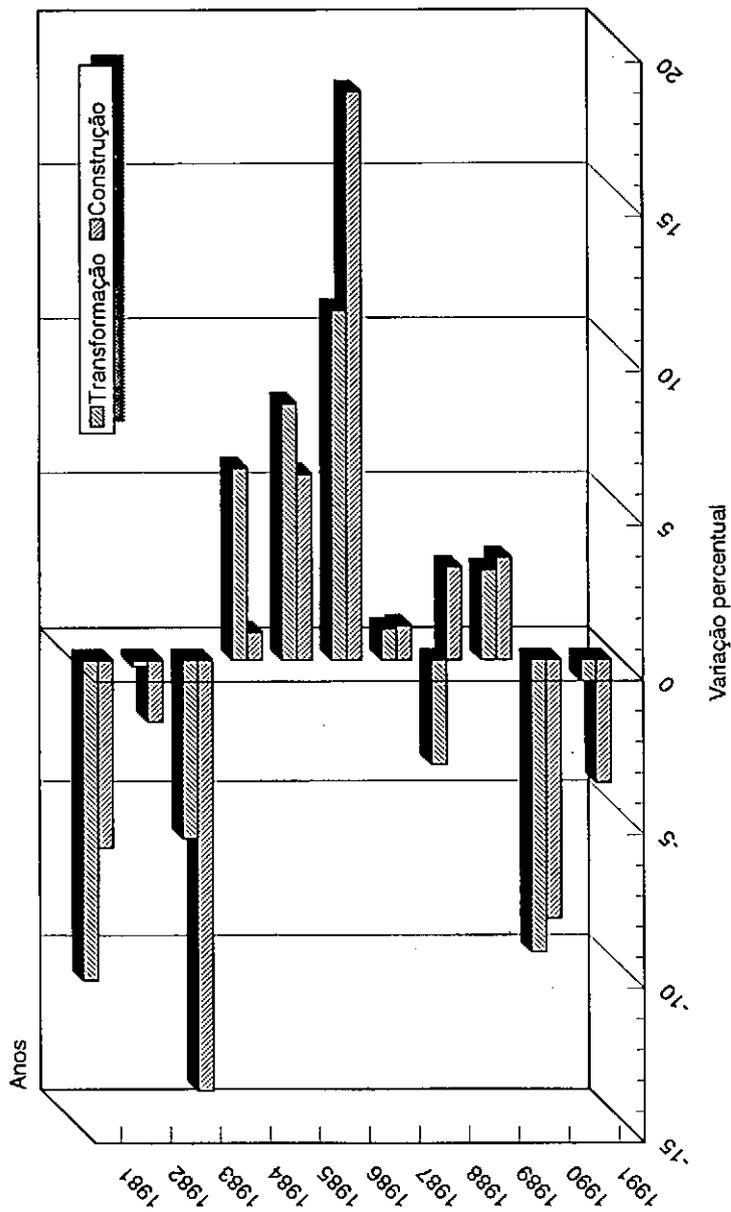
Por Setor



Fonte: Tabela 1.1

Taxas Reais de Variação Anual do PIB na Indústria

Setores de Transformação e Construção Civil



Fonte: Tabela I.1

1.1 — CONTAS NACIONAIS

ITEM	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
PIB a Preços de Mercado ^{/1}	195	258	347	512	745	1.050	1.634	2.493	3.617	5.961	12.450
Deflador Implícito do PIB (%)	-	19	20	30	35	34	41	45	38	54	91
Taxas Reais de Variação Anual do PIB (%)											
■ Total	-	11,3	11,9	14,0	8,2	5,2	10,3	4,9	5,0	6,8	9,2
• Agropecuária	-	10,2	4,0	0,1	1,3	6,6	2,4	12,1	(2,7)	4,7	9,5
• Indústria	-	11,8	14,2	17,0	8,5	4,9	11,7	3,1	6,4	6,8	9,3
• Extração Mineral	-	3,6	2,4	9,8	23,2	3,0	2,8	(3,5)	7,5	12,1	12,8
• Transformação	-	11,9	14,0	16,6	7,8	3,8	12,1	2,3	6,1	6,9	9,1
• Construção	-	12,5	17,9	20,9	9,1	8,1	10,2	5,2	6,2	3,7	9,0
• Serviço Ind. Utilidade Pública	-	12,4	11,9	14,6	12,1	10,4	14,3	12,8	11,4	12,6	10,5
■ Serviços	-	11,2	12,4	15,6	10,6	5,0	11,6	5,0	6,2	7,8	9,0
• Comércio	-	10,4	13,5	14,8	8,9	2,8	10,6	3,4	4,5	5,6	8,3
• Transportes	-	14,8	7,7	19,9	14,6	10,0	13,1	6,0	8,5	9,9	7,5
• Comunicações	-	9,6	12,6	13,6	30,0	28,4	22,5	27,8	20,8	26,9	19,9
• Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda Líquida Enviada ao Exterior ^{/1}	2	2	3	4	6	14	25	40	84	163	405
PNB a Preços de Mercado ^{/1}	192	256	343	507	739	1.035	1.609	2.453	3.533	5.798	12.045
Transferências Unilaterais Líquidas ^{/1}	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(9)
Renda Nacional Disponível Bruta ^{/1}	193	256	343	508	739	1.035	1.609	2.453	3.535	5.799	12.044
População (Mil Habitantes)	93.139	95.450	97.818	100.244	102.731	105.280	107.891	110.568	113.311	116.122	118.623
PIB per capita (preços correntes) em Cr\$ 1,00	0,002	0,003	0,004	0,005	0,007	0,010	0,015	0,023	0,032	0,051	0,105

Fonte: IBGE/DPDE/Departamento de Contas Nacionais
^{/1} Em Cr\$ 1.000,00

1.2 — CONTAS NACIONAIS

ITEM	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	1990	1991
PIB a Preços de Mercado ^{1/}	24.408	49.676	114.010	369.149	1.386.535	3.673.071	11.573.648	86.551.111	1.271.755.529	33.730.993.700	164.990.697.900
Deflator Implícito do PIB (%)	105	102	138	208	245	146	204	649	1.323	2.592	399
Taxas Reais de Variação Anual do PIB (%)											
■ Total	(4,5)	0,5	(3,5)	5,3	7,9	7,6	3,6	(0,1)	3,3	(4,4)	0,9
• Agropecuária	8,0	(0,5)	(0,6)	3,4	10,0	(8,0)	15,0	0,8	2,9	3,7	2,6
• Indústria	8,9	0,0	(5,8)	6,6	8,3	11,8	1,1	(2,6)	2,9	(8,0)	(0,8)
• Extração Mineral	(2,2)	6,9	15,3	30,5	11,6	3,7	(0,8)	0,4	4,0	2,7	0,3
• Transformação	(10,4)	(0,2)	(5,8)	6,2	8,3	11,3	1,0	(3,4)	2,9	(9,5)	(0,7)
• Construção	(6,1)	(2,0)	(14,0)	0,9	6,0	18,4	1,1	(3,0)	3,3	(6,4)	(4,0)
• Serviço Ind. Unidade Pública	3,4	6,3	7,8	12,2	10,2	8,3	3,3	5,8	1,6	1,8	4,3
■ Serviços	(2,3)	1,9	(0,8)	4,1	6,4	8,2	3,3	2,3	3,8	(0,8)	2,1
• Comércio	(6,2)	0,3	(4,0)	3,9	7,4	7,8	2,5	(2,5)	3,0	(6,3)	1,1
• Transportes	(1,7)	1,8	(2,2)	4,3	6,6	11,3	4,6	4,2	3,4	(2,8)	2,3
• Comunicações	12,8	16,8	11,0	13,2	18,0	19,6	9,1	10,6	19,2	9,0	19,6
• Instituições Financeiras	6,6	4,2	5,6	7,7	10,0	(1,7)	(4,7)	0,3	1,4	(3,1)	(8,0)
• Administrações Públicas	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
• Outros Serviços						10,2	3,7	4,7	3,0	1,0	(0,4)
Renda Líquida Enviada ao Exterior ^{1/}	1.013	2.591	6.840	21.941	73.660	165.390	456.168	3.419.236	38.372.830	843.713.261	4.406.950.843
PNB a Preços de Mercado ^{1/}	23.393	47.085	107.170	347.208	1.312.875	3.509.681	11.137.480	83.131.875	1.233.982.699	31.887.278.439	160.583.747.057
Transferências Unilaterais Líquidas ^{1/}	(18)	1	(6,5)	(313)	(928)	(1.173)	(2.760)	(24.549)	(685.772)	(56.431.148)	(635.758.385)
Renda Nacional Disponível Bruta ^{1/}	23.411	47.084	107.232	347.321	1.313.803	3.510.854	11.140.240	83.156.424	1.234.068.471	31.943.799.387	161.219.505.642
População (Mil Habitantes)	120.918	123.256	125.640	128.070	130.547	133.072	135.646	138.270	140.944	143.670	146.649
PIB <i>per capita</i> (preços correntes) em Cr\$ 1,0	0,20	0,40	0,91	2,88	10,63	27,60	85,32	625,96	9.023,13	327.820,66	1.126.608,37

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais
^{1/} Em Cr\$ 1.000,00

1.3 — CONTAS NACIONAIS

ITEM	Cr\$ 1.000,00										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
PIB a Preços de Mercado	195	258	347	512	745	1.050	1.634	2.493	3.617	5.961	12.450
Consumo Final	155	208	279	405	606	820	1.297	1.960	2.827	4.706	9.838
Formação Bruta de Capital Fixo	37	51	70	104	163	245	366	532	805	1.392	2.836
Variação de Estoques	3	3	3	9	18	25	10	18	28	(13)	55
Export. de Bens e Serv. não Fatores	13	17	25	40	57	76	114	181	242	432	1.121
Importação de Bens e Serv. não Fatores	14	21	31	46	99	116	154	197	285	556	1.400
Total da Formação Bruta de Capital	40	54	74	113	181	270	377	550	833	1.379	2.891
Poupança Interna Bruta	37	48	65	103	133	216	313	493	707	1.093	2.216
Poupança Externa	3	7	9	10	48	54	64	57	126	286	675

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais

1.4 — CONTAS NACIONAIS

ITEM	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
PIB a Preços de Mercado	24.408	49.676	114.010	369.149	1.386.535	3.673.071	11.573.648	86.351.111	1.271.755.529	32.730.993.700	164.900.697.900
Consumo Final	18.838	39.351	91.261	286.665	1.049.846	2.882.784	8.623.567	62.388.263	916.299.003	25.167.223.012	130.608.653.660
Formação Bruta de Capital Fixo	5.627	10.834	21.257	65.197	234.311	699.147	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.438.599	31.175.543.897
Variação de Estoques (*)	36	(173)	(1.688)	(4.424)	31.140	985	-	-	-	-	-
Export. de Bens e Serv. não Fatores	2.311	3.846	13.393	52.306	169.331	372.848	1.091.348	9.425.243	104.511.000	2.345.423.000	1.404.255.300
Importação de Bens e Serv. não Fatores	2.404	4.182	10.563	30.595	98.094	232.093	714.420	4.927.655	65.918.000	1.798.594.000	10.750.561.000
Total da Formação Bruta de Capital	5.663	10.661	19.559	60.773	265.451	700.132	2.573.152	19.665.260	314.863.526	7.032.438.599	31.175.543.897
Poupança Interna Bruta	4.573	7.733	15.611	60.856	263.956	628.070	2.516.672	20.768.160	317.769.468	6.776.506.575	30.610.851.982
Poupança Externa	1.090	2.928	3.948	(83)	1.495	71.062	56.480	(1.102.900)	(2.905.947)	255.951.014	564.691.915

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Contas Nacionais
 * A partir de 1987 a variação de estoques está incluída no consumo final das famílias.

2.1 — INDICADORES DO NÍVEL DE EMPREGO

ITEM	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Variações Percentuais do Nível de Emprego ⁽¹⁾											
• Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,3
• Indústria de Transformação ⁽²⁾	-	-	7,0	9,7	3,9	1,3	4,7	0,3	2,6	2,1	2,6
• Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,7)
• Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8
• Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,9
População Economicamente Ativa (milhões de hab.)	29,557 ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	38,8	41,1	42,6	43,9	43,2 ⁽⁴⁾
Taxa de Desocupação Média (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Belo Horizonte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Porto Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Salvador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Recife	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Média	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE

(1) Posição do Emprego em Dezembro de cada Ano

(2) Pesquisa Industrial de Dados Gerais — IBGE — Referente ao Pessoal Ocupado na Produção

(3) Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD)

(4) Censo Demográfico

2.2 — INDICADORES DO NÍVEL DE EMPREGO

ITEM	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Variações Percentuais do Nível de Emprego ⁽¹⁾												
a. Total	(2,9)	0,7	(3,9)	3,8	5,8	5,3	(0,5)	1,3	2,9	(4,0)	(2,5)	(1,5)
b. Indústria de Transformação ⁽²⁾	9,8	(0,6)	(6,8)	5,7	9,0	11,0	(4,1)	(0,4)	3,9	(7,4)	(5,1)	(6,7)
c. Comércio	(4,9)	(11,6)	6,5	(1,2)	3,7	4,1	(3,2)	(0,2)	4,8	(2,2)	(4,6)	(3,5)
d. Serviços	(0,9)	0,5	(4,0)	3,2	4,7	1,4	1,8	2,3	3,1	(2,2)	(1,2)	(0,9)
e. Construção Civil	(1,9)	(8,5)	(30,0)	(3,0)	7,0	8,4	8,9	3,2	(2,0)	(8,1)	(1,8)	0,0
População Economicamente Ativa (milhões de hab.) ⁽³⁾	47,5	49,9	50,9	52,4	55,6	56,8	59,5	61,0	62,5	64,5	-	-
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) ⁽⁴⁾			6,70	7,12	5,25	3,59	3,73	3,85	3,35	3,93	4,15	5,77
• Rio de Janeiro			6,18	6,76	4,86	3,49	3,24	3,09	2,76	3,07	3,04	3,92
• São Paulo			6,79	6,80	5,02	3,34	3,76	4,02	3,44	4,22	4,98	6,60
• Belo Horizonte			7,77	8,30	5,72	3,72	3,92	4,02	3,39	3,91	3,15	4,43
• Porto Alegre			6,73	6,98	5,37	3,87	3,92	3,63	2,58	3,37	3,33	5,60
• Salvador			5,57	7,75	6,04	4,54	4,08	4,63	4,37	5,70	5,23	7,56
• Recife			7,98	8,98	7,21	4,39	5,18	5,56	5,31	4,59	4,72	8,62

Fonte:

IBGE e Min. Trabalho

(1) Posição do Emprego em Dezembro de cada Ano

(2) Pesquisa Industrial de Dados Gerais — IBGE — Referente ao Pessoal Ocupado na Produção, 1982: Janeiro a Setembro

(3) Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD)

(4) Média Anual dos Resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 1982: Janeiro a Outubro

a. c. d. e. Min. Trabalho — 1982: Janeiro a Setembro

3.1 — PREÇOS E SALÁRIOS

ITEM	Variação Percentual										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Índice de Preços ao Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• IPC (IBGE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Preços ao Consumidor Ampliado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,26
Índice Nacional de Preços ao Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• INPC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,67
Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• IGP-DI	19,26	19,49	15,70	15,59	34,53	29,34	46,26	38,83	40,73	77,30	110,25
Índice Geral de Preços-Oferça Global	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• IGP-OG	19,79	18,72	16,77	16,24	33,76	30,10	48,16	38,38	40,47	76,85	108,50
Índice de Preços por Ajustado — Desp. Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• IPA-DI	18,54	21,41	15,96	15,52	35,40	29,36	44,89	35,49	43,04	80,05	121,35
Índice de Preços por Ajustado-Oferça Global	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• IPA-OG	19,46	20,00	17,75	16,69	34,10	30,55	48,12	35,35	42,29	79,51	118,69
Índice Nacional de Custo da Construção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• INCC	18,71	12,65	19,82	20,80	31,91	24,10	58,61	44,75	36,98	63,01	113,06
Preços dos Combustíveis — Final de Período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Alcool Hidratado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Gasolina	-	-	-	36,60	76,70	78,02	48,15	31,25	33,33	169,05	125,66
• Óleo Diesel	-	-	-	14,80	12,01	11,14	11,62	10,55	14,64	22,55	66,67
• G.L.P.	-	-	-	22,92	14,82	7,42	8,82	7,77	14,42	5,48	104,29
Salário Mínimo (Final de Período)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Valor (Cr\$)	0,0001872	0,0002256	0,0002688	0,0003120	0,0003768	0,0003328	0,0007680	0,0011064	0,0015600	0,0023228	0,0027888
• Variação (%)	20,00	20,51	19,15	16,07	20,77	41,40	44,14	44,06	41,00	88,00	97,28
Índice Total de Sal. Nominais — Ind. Transform. (FIESP) (1)	-	-	-	-	-	-	56,16	49,88	54,80	61,70	94,31

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Variação Percentual da Média Anual

3.2 — PREÇOS E SALÁRIOS

ITEM	Variação Percentual												
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	
Índice de Preços ao Consumidor							365,96	933,62	1.764,87	1.794,84		U	
• IPC (IBGE)													
Índice de Preços ao Consumidor Ampliado							373,95	981,14	1.972,91	1.620,97	473,70	873,41	U
• IPC-A	95,62	104,79	161,01	215,26	242,23	75,52							
Índice Nacional de Preços ao Consumidor	93,52	100,31	177,97	309,12	239,05	58,60	396,00	994,32	1.863,56	1.583,18	475,10	894,64	U
Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna	95,18	99,72	210,99	323,81	235,11	65,04	413,83	1.037,56	1.782,89	1.476,56	480,18	916,94	U
• IGP-DI													
Índice Geral de Preços-Oferta Global	92,76	99,23	212,92	325,59	241,42	63,30	412,04	1.040,51	1.773,70	1.462,01	480,37	919,71	U
• IGP-OG													
Índice de Preços por Atacado — Disp. Interna	94,29	97,72	234,04	230,30	225,74	62,56	407,19	1.050,00	1.746,79	1.449,52	471,67	913,28	U
• IPA-DI													
Índice de Preços por Atacado-Oferta Global	90,49	96,86	238,29	233,17	234,61	59,92	409,66	1.055,41	1.732,42	1.403,27	471,86	918,02	U
• IPA-OG													
Índice Nacional de Custo de Construção	86,13	107,97	148,96	213,40	283,57	81,26	416,64	1.062,02	2.019,83	1.095,37	486,33	989,27	U
• INCC													
Preços dos Combustíveis — Final de Período													
• Alcool Hidratado			167,35	323,70	146,66	81,42	323,23	1.069,54	1.712,99	1.228,07	455,74	868,56	U
• Gasolina	66,67	96,47	166,47	284,26	146,91	81,03	323,88	1.003,94	1.563,75	1.227,47	465,69	868,56	U
• Óleo Diesel	150,00	104,00	194,12	296,66	130,32	13,14	461,98	1.076,48	1.384,51	1.235,46	508,07	1.264,25	U
• G.L.P.	94,74	105,40	213,76	290,61	123,92	10,71	543,12	770,34	1.681,41	1.312,72	621,01	935,64	U
Salário Mínimo (Final de Período)	0,011928	0,023568	0,05712	0,16656	0,6	0,804	3,6	40,43	786,18	8.836,82	42.000,00	522.186,94	U
• Valor (Cr\$)													
Variação (%)	106,05	97,59	142,36	191,60	260,13	34,00	347,76	1.072,92	1.849,73	1.021,17	375,28	1.143,30	U
Índice Total de Sal. Nominais — Ind. Transform. (FIESP) (1)	97,49	101,27	102,90	190,88	269,09	183,16	201,32	653,90	1.414,04	2.202,29	375,83	930,76	U

Fonte: Banco Central do Brasil
 (1) Variação Percentual de Média Anual
 U Janeiro a Novembro
 U Janeiro a Outubro

4 — MEIOS DE PAGAMENTO, BASE MONETÁRIA E MULTIPLICADORES, PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

Em Cr\$ 1,00

ITEM	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (Nv)
Método de Pagamento — M1	4.644	9.177	27.698	111.976	435.476	1.015.970	6.944.000	193.060.000	2.319.247.000	10.811.561.000	80.332.000.000
• Papel Moeda em Poder Público	986	1.842	6.130	23.511	84.946	248.331	1.990.000	40.363.000	979.732.000	3.912.664.000	23.072.000.000
• Depósitos à Vista	3.658	7.335	21.568	88.465	371.410	787.589	4.854.000	61.698.000	1.510.515.000	7.198.897.000	56.860.000.000
Bases Monetárias	1.944	3.495	12.725	43.468	178.895	503.531	3.637.152	67.416.000	1.621.271.000	6.342.169.000	42.210.088.000
Multiplicador	2,3889	2,6238	2,1767	2,4827	2,3461	2,0373	1,9992	1,5281	1,5483	1,7047	1,8948
Método de Pagamento — M2	10.544	21.375	89.286	403.928	875.836	3.237.839	38.953.000	818.186.000	5.379.975.000	38.444.630.000	571.305.728.000
Método de Pagamento — M3	16.264	39.529	151.796	631.575	1.205.477	5.938.104	64.131.000	1.160.816.000	7.649.080.000	54.824.438.000	762.943.278.000
Método de Pagamento — M4	20.915	52.437	201.803	803.699	1.543.767	6.972.332	74.165.000	1.320.632.000	10.102.836.000	72.744.307.000	1.103.852.234.000
Método de Pagamento — M5	20.915	52.437	201.803	803.699	1.543.767	6.972.332	74.165.000	1.320.632.000	13.101.836.000	83.477.307.000	1.103.852.234.000
Principais Haveres Financeiros	16.271	42.269	173.395	691.723	1.988.291	5.936.412	67.221.000	1.217.572.000	12.591.589.000	74.665.746.000	1.033.328.254.000
• Fundo de Aplicações Financeiras FAF (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.307.062.000	107.066.983.000
• Depósitos Especiais Remunerados DER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.038.387.000	71.083.155.000
• Títulos Públicos Federais em Poder do Público (2)	4.866	9.523	53.081	238.468	348.754	2.392.973	27.870.000	617.422.000	1.864.802.000	8.200.198.000	216.482.648.000
• Títulos Estadual e Municip. em Poder do Público (2)	1.034	2.675	8.507	33.474	61.406	398.946	3.439.000	117.904.000	902.926.000	3.967.422.000	96.194.942.000
• Depósitos de Poupança	5.720	18.154	62.510	217.637	329.841	2.110.265	26.838.000	322.433.000	2.369.103.000	16.379.800.000	191.540.000.000
• Depósitos a Prazo (3)	3.323	9.629	39.256	149.164	291.569	961.084	9.690.000	154.556.000	2.341.416.000	17.425.409.000	329.304.517.000
• Letras de Câmbio	1.298	3.200	9.816	32.833	46.349	72.897	337.000	3.300.000	88.728.000	29.403.000	338.288.000
• Letras Imobiliárias e Hipotecárias (4)	30	79	135	327	372	617	7.060	1.957.000	31.512.000	465.963.000	11.241.771.000
• Valores a Ordem de Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.733.000.000
• VOB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

- Banco Central do Brasil/DEPEC
- (1) Escal. percent. aplicada em depósitos à vista.
- (2) Escal. index. em carteira do Sistema Financeiro.
- (3) Escal. index. privados em carteira do FAF.
- (4) Até 1987 inclui apenas Letras Imobiliárias.

5 — SALDOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA FEDERAL E TAXAS DE JUROS

Em Cr\$ 1.000,00

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
Total													
• Em Caixa do Banco Central	227	918	2.996	15.914	37.196	144.244	433.179	5.998.091	43.331.667	827.370.843	15.776.644.923	80.698.454.390	81.184.029.828
• Fora do Banco Central	621	2.170	4.866	6.524	53.081	258.489	359.219	2.392.575	31.257.447	706.633.227	2.212.316.075	12.156.351.559	385.404.446.878
ORTN/OTN													
• Em Caixa do Banco Central	141	615	2.245	11.575	35.508	91.316	420.335	2.711.436	17.594.345	2.419.727	-	-	-
• Fora do Banco Central	448	1.371	4.155	9.150	50.867	249.396	148.897	617.542	9.931.852	746.547	466.000	687.000	1.842.848
LTN													
• Em Caixa do Banco Central	86	303	751	4.339	3.286	52.708	32.794	532.723	-	-	168.228.000	-	-
• Fora do Banco Central	173	799	711	374	2.214	8.893	8.035	41.431	-	-	687.926.800	-	-
BTN													
• Em Caixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.884.714	102.842.000	318.193.000	2.254.893.508
LFT													
• Em Caixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	7.173.794	657.815.676	708.073.925	10.838.907.600	35.463.341.029
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	21.605.595	691.991.966	1.390.483.075	7.549.674.000	19.419.657.736
UBC													
• Em Caixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	202.465	1.633.602	-	-	30.417.000	729.952.859	7.081.447.079
BTNE													
• Em Caixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.834.049.000	40.706.171.000	-
LTNE													
• Em Caixa do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	2.754.822	18.563.528	167.117.440	3.996.293.000	18.843.073.000	108.918.252.791
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua

Em Cr\$ 1.000,00

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
NTN													
• Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.309.303,300	561.455.706.000
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.533.546.700	134.130.733.087
NBC													
• Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC													
• Em Carteira do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Fora do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094.198.000	232.533.826.600
Taxa de Juros LBC/LFVBC/NTN (2)													
Texas Nominais													
• Média Anual	-	-	-	-	-	-	4,45	13,42	22,64	30,80	23,45	16,68	23,91
• Acumulada no Ano	-	-	-	-	-	-	68,60	333,00	1.057,69	2.407,28	1.133,22	316,89	1.209,75
Taxas Reais — Deflator INPC													
• Média Anual	-	-	-	-	-	-	0,48	(0,73)	0,43	2,06	(2,44)	0,86	0,36
• Acumulada no Ano	-	-	-	-	-	-	5,93	(8,12)	5,33	37,72	(33,53)	10,76	6,93

Fonte: DTNAMEFP e Banco Central do Brasil.
 (1) Posição de Novembro
 (2) Overnight lastreado em Títulos Públicos Federais

6.1 — ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

ITEM	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Cr\$ 1,00											
A. Governo Federal — Total	18.528	24.951	35.826	48.143	69.323	101.765	166.847	241.348	349.422	541.877	1.160.037
Imposto sobre a Renda	4.897	6.503	9.981	13.781	20.560	38.610	60.641	98.066	146.089	239.538	453.334
Imposto sobre Produtos Industrializados	8.506	11.412	14.889	20.013	29.238	36.191	52.735	74.571	107.789	162.496	300.213
Imposto sobre Operações Financeiras	-	-	1.328	2.019	2.784	-	-	-	13.165	23.864	117.700
Imposto sobre Importação	1.330	1.806	2.656	3.817	6.802	9.611	15.078	17.145	23.037	36.000	87.179
Imposto sobre Exportação	-	-	-	-	-	0	0	0	140	155	20.641
Imposto Territorial Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre Energia Elétrica	450	603	1.074	1.545	1.974	2.555	4.179	5.586	9.410	14.248	26.801
Imposto sobre Minerais	68	113	228	333	496	864	1.358	2.065	2.999	4.776	9.707
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	2.853	3.670	4.573	5.557	6.678	8.266	24.072	29.688	38.965	52.610	48.302
Imposto sobre Serviços de Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre Transporte Rodoviário	81	122	103	133	169	250	745	2.035	2.893	4.463	10.080
Contribuição para o Finsocial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Salário Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição sobre o Lucro Líquido de Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	14.071
Contribuição para o PIS/PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	343	722	1.014	945	1.622	5.418	8.039	12.192	4.935	3.707	72.009
B. Estados e Municípios — Total	14.602	17.916	23.853	32.809	47.476	63.400	93.123	141.369	215.722	335.657	689.238
ICMS	13.345	16.250	21.447	29.463	42.639	57.197	82.215	123.788	188.059	291.435	609.896
Outros	1.257	1.666	2.406	3.346	4.837	6.203	10.908	17.581	27.663	44.222	79.342

Fonte: MEFF

- A. 1970-1972 — Arquivo Econômico-Fiscal
 A. 1973-1980 — Estatística Básica de Arrecadação
 B. Indicadores Econômicos
 Finanças do Brasil
 0 Valor menor que a unidade

6.2 — ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

ITEM	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
A. Governo Federal — Total	2.594	5.562	12.264	38.270	140.296	374.286	1.002.333	8.363.181	116.311.626	3.795.794.287	15.423.805.418	15.173.805.385
Imposto sobre a Renda	962	2.094	5.837	19.238	74.778	191.297	489.948	4.011.829	55.223.827	1.405.011.933	5.365.918.177	5.583.918.177
Imposto sobre Produtos Industrializados	613	1.321	2.775	7.419	29.867	81.392	294.448	1.914.130	27.361.301	769.561.730	3.538.773.238	3.538.773.238
Imposto sobre Operações Financeiras	279	556	789	3.051	7.182	21.419	63.277	284.490	1.865.971	421.551.528	977.687.840	977.687.840
Imposto sobre Importação	140	234	493	1.399	5.218	16.776	44.706	346.794	5.026.326	123.429.856	689.830.990	389.830.990
Imposto sobre Exportação	12	7	213	326	2.957	1.350	3.658	20.031	139.062	2.768.617	4.472.266	4.472.266
Imposto Territorial Rural	-	-	-	0	0	0	1	127	47.846	1.003.210	31.167.862	31.167.862
Imposto sobre Energia Elétrica	61	127	273	815	2.793	7.870	19.473	126.483	-	-	-	-
Imposto sobre Alcool	19	38	91	369	1.216	3.725	7.684	35.453	-	-	-	-
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	60	112	195	485	1.208	3.536	29.207	236.640	-	-	-	-
Imposto sobre Serviços de Comunicação	-	-	-	1.674	5.008	14.674	103.397	-	-	-	-	-
Imposto sobre Transporte Rodoviário	21	41	83	243	900	2.887	8.440	33.128	-	-	-	-
Contribuição para a Previdência	-	-	-	-	8.070	24.989	74.899	625.175	12.943.168	489.645.048	2.166.035.351	2.166.035.351
Contribuição do Salário Educação	62	123	235	702	3.455	8.176	26.097	180.702	2.400.184	20.915.942	111.310.065	111.310.065
Contribuição sobre o Lucro Líquido de Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição para o PIS/PASEP	367	709	1.119	2.024	657	2.130	5.731	339.098	7.634.678	363.384.000	1.733.843.394	1.733.843.394
B. Estados e Municípios — Total	1.340	2.862	6.171	20.394	73.109	214.467	691.218	4.803.894	87.074.205	2.439.326.018	10.459.655.321	10.459.655.321
ICMS	1.210	2.468	5.490	18.332	70.899	222.928	696.436	4.304.448	76.820.159	2.311.684.846	10.459.655.321	10.459.655.321
Outros	130	334	682	2.062	3.210	33.539	94.783	499.446	10.254.046	138.571.172	-	-

Fonte: MEEP.

A: 1970-1977 — Anuário Econômico-Fiscal

1978-1980 — Estatística Básica de Arrecadação

B: Indicadores Econômicos

Finanças do Brasil

0 Valor menor que a unidade

7.1 — EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL

ITEM	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
A. Receita	19.194	26.980	37.738	52.863	76.810	95.446	166.220	242.893	349.218	509.843
B. Despesa	19.932	27.652	38.254	52.568	72.928	95.373	167.605	242.914	345.293	508.864
Cotas de Despesas	13.229	17.246	22.494	31.710	45.013	62.942	93.584	128.970	183.404	282.684
Distribuição de Receita Vinculada	3.583	5.608	10.044	14.300	19.951	26.559	56.706	88.519	128.440	156.647
Fundos de Participação	1.532	2.085	2.999	3.777	5.631	7.059	12.258	20.297	34.473	55.446
Restos a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	314	6.155	5.156
Diversos	1.588	2.713	2.717	2.781	2.333	(1.187)	5.057	4.814	(7.179)	8.931
C. Resultado de Caixa (A-B)	(738)	(672)	(516)	295	3.882	73	(1.385)	(21)	3.925	979
D. Operação Financeira - Financiamento	738	672	516	(295)	(3.882)	(73)	1.385	21	(3.925)	(979)
Autoridades Monetárias	(839)	(2.022)	(7.685)	(6.409)	(8.740)	(16.356)	(18.594)	3.466	1.447	(68.656)
Público	1.577	2.694	8.201	6.204	4.908	16.283	19.979	(3.445)	5.018	61.766
Fundos e Programas	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.390)	5.911

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil / DEPEC

7.2 — EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

Cr\$ 1.000,00

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
A. Receita	1.210	2.282	4.618	11.316	33.788	134.464	394.036	1.202.387	10.518.338	129.253	4.336.183	18.083.133	454.097.960
Recebimento Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	427.919.893
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.463.645)
Receita das Operações Oficiais de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.806.547
Remuneração das Disponibilidades - B Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.803.165
Despesa	1.210	2.281	4.618	11.329	33.766	123.209	500.178	1.192.113	15.511.064	217.323	4.203.599	17.475.442	451.784.067
B. Transferências a Estados e Municípios	201	399	849	1.866	6.239	20.732	91.032	235.825	1.638.125	21.587	1.006.094	4.388.621	109.209.940
Demais Vencimentos	222	314	229	612	1.672	6.134	19.174	67.121	613.837	9.760	338.292	2.386.467	63.372.672
Fornas e Encargos Sociais	317	720	1.576	3.390	9.289	41.399	101.957	393.005	3.441.842	51.138	1.384.744	5.609.664	145.803.998
Serviço de Div. Cont.: Interna e Externa	-	-	-	-	-	10.787	39.204	142.759	1.167.601	3.462	124.916	332.955	19.817.098
Exercícios da Divisão Mobiliz. Federal	36	37	101	181	1.815	5.401	62.250	23.293	1.942.219	75.551	254.486	24.035	31.633.617
Liberação das Operações Oficiais de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	4.381.068	26.416	334.478	1.168.888	34.302.265
Outras Despesas (Cursos e Incentivos)	426	894	2.097	5.698	16.126	34.322	200.991	579.564	1.386.946	45.899	361.204	3.527.207	51.314.265
Contas de Suprimentos	3	103	234	418	1.395	6.766	16.720	51.436	1.280.934	14.309	18.615	(37.504)	-
Fluxo - Retorno a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.028.202
C. Resultado de Outras (A - B)	0	1	0	7	21	13.235	(106.142)	(189.746)	(4.992.126)	(88.266)	128.784	607.711	2.113.893
D. Colocação Líquida de Títulos (Emiss. - Resgat.)	6	552	(218)	(2.291)	9.810	25.684	(284.432)	469.815	7.083.437	108.876	(1.289.900)	(5.495.697)	3.127.480
E. Remuneração das Disponibilidades - BACEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.846	1.615.403	5.412.031
F. Resultado de Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.911	1.060.025	2.332.219
G. Recursos do Engratamento Compulsivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
H. Amortização de Div. Cont.: Interna e Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	322.410
I. Disponibilidade de Recursos (C-D+E-F+G+H)	6	553	(218)	(2.284)	9.832	18.939	(370.374)	280.069	2.091.111	60.367	1.514.314	2.364.635	13.841.504

Fonte: Departamento do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil/IOPEC

8 — NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (1)

ITEM	Em percentagem do PIB									
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (2)	<i>Jan-Jun</i>	
A. Total										
Nominal	28,5	11,3	32,3	53,0	83,1	29,6	26,0	40,5		
Operacional	4,7	3,6	5,7	4,8	6,9	(1,3)	(0,6)	1,0		
Primário	(2,3)	(1,8)	1,0	(0,9)	1,0	(4,6)	(3,3)	(3,0)		
B. Governo Central										
Nominal	10,4	5,9	17,4	28,2	51,0	12,3	6,9	14,6		
Operacional	1,5	1,3	3,2	3,4	3,9	(2,3)	(0,1)	0,9		
Primário	(1,3)	(0,4)	1,8	1,0	1,4	(2,7)	(1,1)	(1,2)		
C. Governos Estaduais e Municipais										
Nominal	6,6	2,7	7,8	11,4	16,6	8,6	9,6	14,5		
Operacional	0,9	0,9	1,6	0,4	0,6	0,4	(0,7)	0,1		
Primário	(0,1)	(0,1)	0,6	(0,5)	(0,3)	(0,2)	(1,3)	(0,7)		
D. Empresas Estaduais										
Nominal	11,5	2,7	7,1	13,4	15,5	8,7	9,5	11,4		
Operacional	2,3	1,4	0,9	1,0	2,4	0,6	0,2	0,0		
Primário	(0,9)	(1,3)	(1,4)	(1,4)	(0,1)	(1,7)	(0,9)	(1,1)		

(1) Os valores percentuais apresentados para o período 1985 a 1988, conceito operacional, foram calculados a partir da utilização do IPC (t); para o ano de 1989 utilizou-se IPC (t-1) para as operações sujeitas a taxas de juros de curto prazo, e para 1990 e 1991, foram utilizados IPC (t-1) e IGP (G), respectivamente, para dívida interna.

(2) Preliminar: em relação ao PIB estimado para o período janeiro-junho.

9 — SALDOS DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

ITEM	Cr\$ milhões										
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (Set)
Dívida Total	22	95	334	1.242	2.064	33.468	117.582	2.151.696	27.493.931	153.595.877	942.479.675
Governo Federal e Banco Central	6	35	130	447	843	7.086	49.209	1.064.338	10.370.177	52.025.519	293.037.421
Governos Estaduais e Municipais	4	12	42	167	277	1.538	16.755	316.556	5.263.170	29.162.506	204.135.423
Empresas Estaduais	12	48	162	628	964	4.844	51.618	770.802	11.860.584	72.407.052	445.286.831
Dívida Interna	10	34	134	512	868	6.857	53.412	1.160.352	12.117.689	56.610.551	431.273.078
Governo Federal e Banco Central	2	8	48	177	284	3.495	12.108	450.560	901.488	(8.067.482)	5.396.944
Dív. Mob. fora do Banco Central	-	-	-	-	-	2.293	31.527	706.623	2.212.256	12.356.352	224.279.068
Dívida Benefícia	-	-	-	-	-	(903)	(7.979)	(91.113)	(1.497.988)	(7.301.630)	(43.529.034)
Antecipação a Recolher	-	-	-	-	-	(13)	(182)	(2.485)	(54.823)	(276.142)	(6.378.657)
Providência Social	-	-	-	-	-	(101)	(142)	(1.389)	(93.363)	(45.743)	(9.443.611)
Agências Descentralizadas	-	-	-	-	-	203	1.686	24.055	62.800	392.794	1.765.322
Aviso MIF-30	-	-	-	-	-	(1.331)	(17.489)	(291.074)	(4.000.300)	(26.337.097)	(162.168.273)
CF / TDA / DVYR	-	-	-	-	-	-	-	-	256.581	1.408.490	6.529.208
Títulos Estaduais e Municipais	-	-	-	-	-	-	-	-	(533.638)	(2.370.756)	0
FAT	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.091)	(1.139.497)	(12.200.526)
Base Monetária	-	-	-	-	-	504	3.637	67.435	1.621.272	6.342.168	25.421.279
Depósitos em NCS no BCB (Lei no. 8.074)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.675.635	10.463.470	0
DER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.356.352	9.978.858
Outros Depósitos no BCB	-	-	-	-	-	608	681	21.513	358.118	4.510.989	31.530.390

Continua

Cr\$ milhões

ITEM	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (Set)
Créditos do BC às Inst. Financeiras	-	-	-	-	-	(79)	(237)	(11.593)	(504.621)	(1.807.301)	(19.407.681)
Aplicações em Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5108.701)	(8.500.688)	(54.368.415)
Demais Contas	-	-	-	-	-	2.314	606	28.588	(64.055)	(1.164.572)	(6.472.115)
FAT / DIVBAN	-	-	-	-	-	-	-	-	(383.374)	(3.954.691)	(30.138.869)
Governos Estaduais e Municipais	3	9	31	118	201	1.185	13.249	270.116	4.495.917	24.662.210	176.432.083
Div. Mob. fora do Banco Central	-	-	-	-	-	400	3.834	119.627	1.059.114	7.361.820	80.290.518
Div. Mob. no Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	533.638	2.370.736	0
Títulos em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.989)	(722.283)	(10.466.132)
Dívida Bancária	-	-	-	-	-	730	7.617	115.363	2.432.629	12.352.693	83.561.311
Arrecadação e Recolher	-	-	-	-	-	(13)	(93)	(1.973)	(18.899)	(66.213)	(375.774)
Depósitos à Vista.	-	-	-	-	-	(90)	(547)	(9.710)	(230.353)	(1.113.086)	(4.214.155)
Aviso MF-30	-	-	-	-	-	158	2.438	46.809	739.777	4.578.543	27.636.315
Empresas Estaduais	5	17	55	217	383	2.177	28.055	439.676	6.720.275	40.015.823	249.444.051
Dívida Bancária	-	-	-	-	-	1.173	12.137	171.124	2.837.117	15.748.537	105.066.870
Depósitos à Vista	-	-	-	-	-	(38)	(236)	(2.197)	(47.990)	(259.400)	(1.876.740)
Empreiteiros e Fornecedoros	-	-	-	-	-	25	387	11.035	180.484	914.639	5.251.373
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	30.082	579.228	2.593.529	12.724.229
Carteira Empr. Estadais	-	-	-	-	-	(154)	(706)	(14.633)	(89.287)	(740.036)	(6.253.639)
Aviso MF-30	-	-	-	-	-	1.171	15.051	244.265	3.260.723	21.758.554	134.531.958
Financiamento Externo	12	61	200	750	1.216	6.611	64.170	991.344	15.376.251	96.984.525	511.306.598
Governo Federal e Banco Central	4	27	82	270	559	3.391	37.101	613.778	9.468.689	60.093.001	287.660.478
Governos Estaduais e Municipais	1	3	11	49	76	353	3.506	46.440	767.253	4.500.296	27.703.340
Empresas Estadais	7	31	107	411	581	2.667	23.563	33.1126	5.140.309	32.391.228	195.842.780

Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC

10 — BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL (1)

US\$ milhões

ITEM	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991		1992	
										Atre	jan/set	Atre	jan/set ⁽²⁾
A. Balança Comercial	780	6.470	13.089	12.486	8.304	11.172	19.184	16.120	10.733	10.604	-9.017	11.502	
Exportações	20.175	21.899	27.005	25.639	22.348	26.224	33.789	34.383	31.414	31.621	23.995	26.108	
Importações	19.395	15.429	13.916	13.153	14.044	15.052	14.605	18.263	20.661	21.017	14.978	14.606	
Serviços	(15.527)	(12.720)	(12.743)	(12.334)	(13.246)	(12.061)	(14.389)	(14.800)	(15.096)	(13.177)	(10.327)	(9.014)	
Fatores	(12.878)	(11.132)	(11.495)	(11.347)	(11.578)	(10.474)	(12.226)	(13.106)	(12.195)	(10.419)	(8.152)	(7.485)	
Juros	(11.353)	(9.555)	(10.203)	(9.659)	(9.327)	(8.792)	(9.832)	(9.633)	(9.748)	(8.621)	(6.901)	(6.202)	
Outros	(1.525)	(1.597)	(1.292)	(1.688)	(2.251)	(1.682)	(2.394)	(3.473)	(2.447)	(1.798)	(1.251)	(1.283)	
Não Fatores	(2.649)	(1.568)	(1.248)	(987)	(1.668)	(1.587)	(2.163)	(1.694)	(2.901)	(2.758)	(2.175)	(1.529)	
C. Transferências Unilaterais	(8)	108	171	150	86	70	94	244	834	1.556	1.074	1.710	
D. Transações Correntes (A+B+C)	(14.755)	(6.142)	517	302	(4.856)	(819)	4.889	1.564	(3.509)	(1.017)	(236)	4.198	
E. Capital	6.255	3.478	6.114	117	1.171	(1.363)	2.921	(4.179)	(4.988)	(4.513)	(5.830)	15.737	
Investimento Direto	991	664	1.076	720	(263)	531	2.269	125	0	170	279	2.579	
Financiamentos	2.592	3.662	4.220	3.012	3.571	2.060	2.499	2.109	2.612	2.026	1.571	1.239	

Continua

US\$ milhões

ITEM	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	
	Ano											
	Jan/Jan ⁽²⁾											
Amortizações ⁽¹⁾	(8.098)	(10.061)	(7.816)	(10.160)	(13.126)	(13.503)	(15.226)	(33.985)	(8.665)	(7.830)	(6.614)	(6.145)
Empréstimos ⁽³⁾	11.615	11.463	12.712	8.950	10.398	9.723	12.934	29.167	1.723	3.997	2.323	17.448
Outros (Incl. Curto Prazo)	(845)	(2.250)	(4.078)	(2.405)	591	(174)	445	(1.595)	(658)	(2.876)	(3.389)	616
F. Erros e Omissões	(368)	(670)	403	(405)	56	(805)	(833)	(776)	(328)	831	1.246	(251)
G. Saldo do Balanço de Pagamentos (D>E+F)	(8.868)	(3.334)	7.034	14	(3.629)	(2.987)	6.977	(3.391)	(8.825)	(4.679)	(4.820)	19.684
H. Financiamento do Resultado	8.868	3.334	(7.034)	(14)	3.629	2.987	(6.977)	3.391	8.825	4.679	4.820	(19.684)
Haveres	4.542	24	(7.027)	457	3.836	(1.015)	(1.249)	(887)	(480)	369	1.754	(12.740)
Obrigações - FMI	544	2.152	1.796	(63)	(613)	(1.146)	(456)	(852)	(741)	(590)	(381)	(229)
Obrigações de Curto Prazo ⁽⁴⁾	3.782	(1.182)	498	(408)	406	1.005	(1.129)	1.141	87	(721)	(816)	(166)
Atrasados	-	2.340	(2.301)	-	-	4.143	(4.143)	3.989	9.959	5.621	4.283	(6.549)

Fonte: Banco Central do Brasil

(1) O balanço de pagamentos, tal como apresentado, só se encontra disponível a partir de 1982.

(2) Preliminar.

(3) Inclui valores referenciados junto ao Clube de Paris, até março, e junto aos bancos e ao Clube de Paris, até agosto.

(4) Inclui a reclassificação das obrigações retencionadas junto ao Clube de Paris, depositadas no Banco Central em 1987 e refinanciadas em 1988; US\$ 1.175 milhões.

11.1 — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — FOB

Valor em US\$ milhões
Volume em mil toneladas

ITEM	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	Volume										
Total	20.132	109.100	23.293	123.994	20.175	119.990	21.899	118.790	27.005	141.737	25.639	146.262
Produtos Primários	8.428	96.658	8.852	107.836	8.195	103.292	8.484	96.027	8.755	111.383	8.238	116.089
• Açúcar Demerara	624	1.392	579	1.564	259	1.222	333	1.575	326	1.545	167	1.048
• Café em Grão	2.486	784	1.517	825	1.858	888	2.096	940	2.564	1.032	2.369	1.034
• Casca em Amêndoas	292	124	242	125	216	143	284	153	249	107	361	172
• Minério de Ferro	1.564	78.958	1.748	85.798	1.847	84.408	1.513	74.200	1.605	90.294	1.658	94.218
• Minério de Mangarés	59	1.037	58	1.018	47	846	36	747	37	879	36	901
• Fumo em Folhas	284	128	356	132	463	145	458	155	449	161	407	170
• Favele de Soja	1.449	6.382	2.136	8.084	1.619	7.721	1.793	8.403	1.460	7.587	1.175	8.588
• Outros Minérios Metaisúrgicos	99	2.681	175	4.175	108	2.996	126	3.091	142	4.271	101	3.322
• Soja	384	1.549	404	1.450	123	501	309	1.295	454	1.561	763	3.491
• Outros	1.177	3.423	1.637	3.865	1.655	4.422	1.536	4.478	1.469	3.946	1.471	3.745
Produtos Industrializados	11.436	11.579	14.067	15.312	11.729	15.656	13.108	21.482	17.955	29.045	16.821	28.293
• Sernimanufaturedos	2.408	4.183	2.184	3.970	1.476	3.372	1.833	4.710	2.824	6.908	2.738	7.826
• Alumínio em Bruto			2	2	4	4	150	109	174	132	167	159
• Pistão Químicos de Madeira	363	806	363	945	291	868	309	978	393	963	274	913
• Sernimanufaturedos de Ferro e Aço	44	202	34	115	27	128	53	348	223	1.285	402	2.373
• Outros	2.001	3.095	1.795	2.908	1.154	2.372	1.321	3.275	2.034	4.528	1.915	4.381

Continua

Valor em US\$ milhões
Volume em mil toneladas

ITEM	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume
Manufaturados	9.028	7.396	11.883	11.342	10.253	12.284	11.275	16.772	15.131	22.137	14.063	20.467
• Açúcar Refinado	346	612	396	916	244	1.090	168	783	212	1.112	168	1.192
• Calçados, suas Partes e Componentes	408	32	586	41	524	36	713	49	1.072	71	969	66
• Caldeiras, Apar. e Inetr. Mecânicos	1.382	261	1.546	264	1.192	186	1.092	182	1.296	284	1.590	332
• Gasolina	78	219	377	1.043	353	1.131	423	2.094	813	3.093	917	3.519
• Máquinas e Aparelhos Elétricos	459	54	560	65	404	43	441	51	591	81	576	74
• Material de Transporte	1.512	389	2.076	465	1.718	306	1.448	265	1.354	356	1.694	413
• Papel e suas Manufaturas	156	191	220	329	164	255	208	441	346	703	263	543
• Produtos Químicos Orgânicos	185	189	423	576	358	553	511	982	638	1.217	646	1.315
• Produtos Siderúrgicos Manufaturados	625	1.342	801	1.816	794	2.229	1.249	4.754	1.548	5.188	1.357	4.760
• Suco de Laranja	339	401	659	639	575	522	608	553	1.415	905	749	485
• Outros	3.538	3.706	4.239	5.188	3.927	5.933	4.414	6.618	5.746	9.031	5.134	7.768
Transações Especiais	268	863	374	846	251	1.042	307	1.281	795	1.309	280	1.380

Fonte: DECEX

11.2 — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS — FOB

Valor em US\$ milhões
Volume em mil toneladas

ITEM	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992			
	Valor	Volume														
	Jan/Set															
Total	22.148	113.833	26.124	142.578	33.789	169.668	34.383	177.032	31.414	168.095	31.620	167.532	23.953	137.546	26.116	113.088
Produtos Primários	7.286	107.972	8.022	313.401	9.411	135.477	9.549	144.116	8.747	138.393	8.737	138.265	6.742	104.316	6.317	87.295
• Açúcar Demovida	141	904	134	908	166	892	114	433	289	825	208	803	114	433	74	257
• Café em Grão	2.066	478	1.959	988	2.009	904	1.560	948	1.106	853	1.382	1.095	980	754	376	786
• Cereais em Amido	273	135	266	143	215	134	134	107	128	118	127	84	70	69	62	60
• Minério de Ferro	1.615	91.135	1.615	93.332	1.891	112.813	2.233	138.475	2.407	113.497	2.612	114.103	1.985	87.456	1.624	79.052
• Minério de Manganez	31	760	28	716	45	1.048	63	1.015	83	924	86	834	79	683	33	415
• Fumo em Folha	394	149	405	147	511	171	312	164	351	156	654	149	606	169	429	123
• Fumo de Folha	1.233	6.952	1.450	7.802	2.023	8.127	2.136	9.871	1.610	8.744	1.369	7.487	1.090	6.010	1.161	6.205
• Outros Minérios Metálicos	83	3.066	75	3.821	133	4.712	145	4.691	163	5.519	174	5.776	130	4.360	94	3.606
• Seda	242	1.198	570	3.024	728	2.397	1.154	4.618	910	4.077	445	2.008	431	1.946	709	3.289
• Lã	1.241	3.195	1.520	3.520	1.690	4.077	1.498	3.774	1.590	3.590	1.680	3.906	1.266	2.436	1.335	2.492
• Outros Industrializados	14.895	24.687	18.014	25.890	24.079	32.301	24.441	31.659	22.119	28.573	22.448	30.050	16.894	22.216	19.413	26.692
• Semicindustrializados	2.491	7.476	3.175	8.462	4.892	16.108	5.907	13.383	5.108	11.372	4.691	13.303	3.620	8.326	3.806	10.349
• Abacaxi em Bruto	350	297	387	397	1.072	469	841	419	875	545	986	757	316	515	777	1.632
• Passa Química de Madeira	319	862	394	900	618	1.044	677	986	392	1.024	589	1.359	407	916	329	1.140
• Semicindustrializados de Ferro e Aço	414	2.442	460	2.653	878	4.066	1.356	5.136	733	3.406	954	4.331	744	3.475	660	3.000
• Outros	1.408	3.875	1.734	4.612	2.324	4.829	2.933	6.642	2.888	6.197	2.171	6.836	1.713	3.400	1.840	4.577
Manufaturados	12.404	17.211	14.839	17.428	19.187	22.093	18.634	18.276	17.031	17.201	17.752	16.747	13.276	13.890	15.007	16.343
• Açúcar Refinado	190	1.136	160	1.095	162	781	138	304	186	577	142	586	102	355	130	488
• Cachaça, suas Partes e Componentes	1.026	68	1.169	67	1.281	72	1.312	82	1.184	71	1.245	65	991	52	935	58
• Cachaça, Açúcar e Usos Metálicos	1.472	303	1.634	356	1.291	467	2.723	534	2.466	494	2.597	482	1.907	346	2.072	628
• Gessite	385	2.701	629	3.802	589	3.846	520	2.906	405	1.659	221	975	151	698	315	1.028

Continua

Valor em US\$ milhões
Volume em mil toneladas

ITEM	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992			
	Valor	Volume														
• Máquinas e Aparelhos Elétricos	771	85	889	87	970	109	1.076	174	1.033	106	1.015	112	738	81	861	118
• Material de Transporte	1.569	386	2.715	587	3.054	646	2.993	576	2.899	397	2.217	357	1.623	235	2.372	502
• Papel e sua Manufatura	347	682	363	609	684	1.094	609	899	613	937	637	1.079	519	846	510	896
• Produtos Químicos Orgânicos	512	941	611	1.079	870	1.191	792	1.040	743	1.027	732	948	573	766	537	783
• Produtos Siderúrgicos Manufaturados	1.179	1.797	1.060	3.200	2.333	6.165	1.842	3.992	1.644	3.920	2.643	6.589	2.120	5.165	2.069	5.476
• Suco de Laranja	678	803	830	753	1.144	564	1.019	724	1.468	954	898	919	517	612	828	682
• Outros	4.275	6.335	4.717	5.791	5.789	7.048	5.588	6.866	4.860	7.039	5.190	4.715	3.995	4.714	4.828	5.682
Totais/Outros Especiais	173	1.174	189	1.087	299	1.688	393	1.237	548	1.219	435	1.237	315	1.014	386	1.101

Fonte: DECEX

12.1 — IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

ITEM	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume
	Valor em US\$ milhões Volume em mil toneladas											
Total	22.955	71.855	22.091	64.066	19.395	60.718	15.429	55.056	13.916	53.988	13.153	48.870
Bens de Consumo	1.315	625	989	424	1.002	419	796	385	702	416	795	414
• Alimentos	553	602	378	402	346	395	249	366	226	393	239	393
• Vestuário	33	5	45	7	67	8	78	7	133	15	89	11
• Outros	729	18	566	15	589	16	469	12	343	8	467	10
Matérias-Primas	7.059	19.931	5.739	15.035	4.664	13.165	3.521	9.973	3.718	12.270	3.702	11.661
• Trigo	890	4.755	832	4.360	762	4.224	727	4.182	755	4.868	591	4.041
• Fertilizantes e Adubos	620	4.566	353	2.650	239	2.655	136	1.744	246	2.628	231	2.486
• Produtos Químicos	2.276	3.490	1.626	1.741	1.446	1.576	1.199	914	1.220	1.330	1.265	908
• Pasta, Madeira, Celulose e Obras	246	332	214	283	198	247	160	556	136	213	119	149
• Obras de Plásticos e Borrachas	453	235	371	164	312	140	168	244	307	142	331	162
• Ferro Fundido e Aço	591	732	735	1.054	431	527	303	127	159	147	174	245
• Metais Não-Ferrosos	823	389	497	241	422	246	175	86	232	140	220	141
• Outros	1.169	5.441	1.111	4.542	854	3.550	653	2.120	663	2.802	771	3.259
Combustíveis e Lubrificantes	10.200	50.933	11.340	48.266	10.457	46.903	8.607	44.497	7.345	41.054	6.176	36.323
• Petróleo e Derivados	9.844	45.752	11.006	43.553	10.120	42.437	8.179	37.942	6.867	32.758	5.694	28.040
• Outros	356	5.181	334	4.713	337	4.466	428	6.555	478	8.296	482	8.483
Bens de Capital	4.381	366	4.023	341	3.172	231	2.505	201	2.151	248	2.480	272
• Material de Transporte	843	76	581	68	446	36	611	86	503	134	508	135
• Máquinas e Material Elétrico	3.538	190	3.442	273	2.826	195	1.894	115	1.648	114	1.972	137

Fonte: Banco Central do Brasil

12.2 — IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

ITEM	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992			
	Valor	Volumen														
Total	14.084	60.865	15.052	61.975	14.685	58.085	18.263	57.293	20.661	37.212	21.017	65.135	14.979	43.860	14.383	48.833
Bens de Consumo	1.999	1.169	1.322	841	1.373	473	2.619	1.135	2.789	1.813	2.790	1.688	3.097	1.363	1.633	884
• Alimentos	1.098	1.321	643	795	376	437	1.249	1.080	1.379	1.765	1.275	1.637	979	1.310	618	859
• Vestuário	199	34	223	33	196	20	412	39	321	29	358	35	270	16	205	22
• Outros	702	14	656	13	801	16	958	16	1.089	21	1.157	26	848	17	790	23
Máquinas-Primas	5.941	18.109	4.863	16.108	4.901	10.413	6.342	11.601	6.577	13.241	7.427	18.234	5.299	12.745	5.096	13.098
• Têxtil	248	2.255	250	2.740	97	941	211	1.308	795	1.062	455	4.672	322	3.378	378	3.099
• Fertilizantes e Adubos	295	3.765	317	3.815	313	3.208	282	2.633	319	3.007	376	3.494	258	2.398	333	2.703
• Produtos Químicos	1.868	2.161	1.942	2.420	2.078	2.066	2.469	1.891	2.611	3.404	2.852	2.881	2.081	2.064	2.016	2.182
• Placa, Madeira, Cimento e Outros	192	206	269	348	289	247	401	445	394	467	445	481	316	319	257	270
• Obras de Plásticos e Borrachas	417	191	476	224	234	535	629	262	668	277	740	351	533	241	510	250
• Ferro Fundido e Aço	333	1.068	286	682	265	228	420	652	373	337	315	286	246	167	263	322
• Metais Não-Ferrosos	275	181	369	252	281	118	441	128	412	130	433	163	285	107	294	107
• Outros	1.423	8.192	954	5.608	1.376	3.130	1.489	4.292	1.485	4.717	1.811	5.903	1.248	4.061	1.023	4.065
Combustíveis e Lubrificantes	3.240	40.793	4.709	44.754	4.136	46.966	4.536	44.236	5.163	41.899	4.838	42.914	3.282	29.538	5.360	34.562
• Petróleo e Derivados	3.020	31.322	4.123	33.222	3.515	35.040	3.733	32.457	4.734	30.809	4.061	29.616	2.701	19.679	2.989	24.343
• Outros	220	9.271	586	11.532	621	11.926	672	11.869	629	11.090	777	11.298	581	9.859	371	10.219
Bens de Capital	3.464	334	3.938	272	4.195	233	4.872	231	5.932	259	5.963	299	4.301	214	4.294	339
• Máquinas de Transporte	750	180	947	109	525	63	693	49	756	49	995	84	649	59	713	66
• Máquinas e Material Elétrico	2.714	154	3.011	163	3.670	170	4.179	182	5.176	210	4.967	215	3.652	155	3.581	273

Fonte: Banco Central do Brasil

13 — PETRÓLEO BRUTO E DERIVADOS

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
Petróleo Bruto													
Produção Nacional													
• (Mil b/d)	187	220	268	339	474	563	593	590	576	616	653	646	619
Importações													
• (Mil b/d)	869	845	798	729	649	545	601	624	639	592	571	507	523
• US\$ Milhões	9.372	10.604	9.566	7.822	6.735	5.418	2.786	3.859	3.194	3.390	4.354	3.370	2.360
• US\$/b	29,47	34,38	32,84	29,40	28,35	27,24	12,70	16,94	13,66	15,70	20,90	18,26	16,48
Exportações													
• (Mil b/d)	-	15	22	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• US\$ Milhões	-	178	270	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• US\$/b	-	32,56	33,51	28,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de Petróleo													
Importações													
• (Mil b/d)	44	28	69	31	14	36	44	52	86	80	70	103	126
• US\$ Milhões	472	402	554	357	131	276	234	264	321	364	380	691	629
• US\$/b	29,30	39,32	22,01	31,55	25,57	21,00	14,57	13,91	10,20	12,41	14,87	18,43	18,29

Continua

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992 (1)
Exportações													
• (Mil b/d)	37	81	108	120	184	169	131	149	155	120	92	74	76
• US\$ Milhões	350	966	1.149	1.121	1.793	1.606	674	930	876	832	672	414	413
• US\$/b	25,85	32,67	29,15	25,59	26,62	26,04	14,10	17,10	15,42	17,64	20,01	15,37	19,92
Produção Consumo Aparente (%)	17,59	22,07	26,67	34,66	49,74	57,74	53,57	52,82	50,36	53,15	55,50	54,10	51,93
Total Import. de Petróleo e Derivados													
US\$ Milhões	9.844	11.006	10.120	8.179	6.866	5.694	3.020	4.123	3.515	3.754	4.734	4.061	2.989
Total Import. de Petróleo e Derivados/													
Importações Totais do Brasil(%)	41,88	49,82	52,18	53,01	49,34	43,29	21,50	27,39	24,07	20,56	22,91	19,32	20,46
Total Import. de Petróleo e Derivados/													
Exportações Totais do Brasil(%)	48,90	47,25	50,16	37,35	25,42	22,21	13,51	15,72	10,40	10,92	15,07	12,84	11,45

Fonte: PETROBRAS, DECEX e Banco Central do Brasil
(1) - Petróleo jar-jet (gasolina)

14.1 — INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL

US\$ milhões

ITEM	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Export.	Import.												
TOTAL	20.132	22.955	21.293	22.091	20.175	19.195	21.899	15.429	27.905	13.916	25.639	13.153	22.348	14.044
Total, excluído OPEP	18.619	13.916	20.854	12.501	18.285	10.713	19.894	8.946	24.310	8.548	23.003	8.480	20.550	11.133
AELC	577	651	499	628	491	646	544	460	679	321	661	397	646	644
Alídi	3.178	2.087	3.732	2.135	2.318	2.073	1.691	1.471	2.323	1.597	1.816	1.350	2.040	1.710
• Argentina	1.092	757	890	387	660	550	655	358	853	511	548	469	678	737
• Chile	451	415	641	305	289	312	193	164	281	225	238	216	246	278
• Uruguai	311	196	375	179	138	151	104	131	116	123	140	149	203	301
• Paraguai	409	92	450	191	324	167	333	52	333	40	303	75	289	159
• México	420	411	641	794	324	789	173	799	285	630	322	380	156	151
• Outros	445	176	745	88	577	104	313	77	435	68	366	70	468	93
Canadá	345	814	290	554	231	452	312	493	408	510	428	398	436	454
CEE	6.141	3.750	6.409	3.115	5.081	2.550	6.320	1.946	6.815	1.772	6.896	1.937	5.869	3.174
• República Federal da Alemanha	1.337	1.594	1.317	1.076	1.147	858	1.331	705	1.256	629	1.309	864	1.099	1.285
• Países Baixos	1.150	237	1.470	205	1.142	135	1.254	160	1.361	142	1.558	164	1.799	253
• Itália	979	374	961	605	992	479	977	213	1.115	203	1.150	188	910	349
• Reino Unido	550	438	735	313	675	243	719	229	708	278	832	231	646	346

Continua

US\$ milhões

ITEM	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Export.	Import.												
• França	822	665	851	597	883	566	891	456	816	371	800	302	718	569
• Bélgica	356	158	413	138	414	140	503	74	638	78	377	75	484	103
• Espanha	321	198	372	94	371	88	527	70	485	36	533	54	447	81
• Outros	426	86	290	75	237	47	318	39	406	35	337	39	266	187
Cemecom	1.307	249	1.699	242	1.191	465	1.442	503	1.359	420	1.032	334	863	400
EUA	3.510	4.101	4.131	3.504	4.034	2.861	3.083	2.409	7.710	1.297	6.956	2.602	6.306	3.228
Japão	1.233	1.066	1.220	1.240	1.294	881	1.433	561	1.315	553	1.398	550	1.314	882
Demais Países	2.431	1.198	2.894	1.105	2.845	787	3.080	1.103	3.721	878	3.816	912	2.876	1.081
OPEP	1.513	9.039	2.439	9.390	1.890	8.082	2.005	6.483	2.475	3.568	2.636	4.613	1.798	2.313

Fonte: Banco Central do Brasil

14.2 — INTERCÂMBIO COMERCIAL DO BRASIL

US\$ milhões

ITEM	1987		1988		1989		1990		1991		1991-Jan/Set		1992-Jan/Set	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.								
TOTAL	26.224	13.033	33.789	14.605	34.103	18.263	31.414	20.661	31.636	21.017	24.021	14.980	26.156	14.584
Total exclusive OTEP	24.223	11.640	31.703	11.361	32.559	14.093	29.616	16.210	29.683	17.305	22.314	13.506	24.669	12.020
AELC	593	652	559	742	559	939	622	954	533	966	404	707	319	649
ALDE	2.497	1.604	3.068	1.707	3.049	3.110	2.792	3.196	4.358	3.160	3.034	2.504	4.865	2.216
• Argentina	832	580	975	707	710	1.239	639	1.412	1.476	1.615	973	1.176	2.151	1.093
• Chile	355	355	541	349	693	515	484	485	672	494	465	376	655	342
• Uruguai	268	247	321	314	334	396	295	585	356	434	261	332	269	232
• Paraguai	289	66	341	117	321	359	379	330	491	220	356	142	395	145
• México	171	214	274	116	431	194	505	190	750	204	536	134	815	248
• Outros	582	144	616	104	560	207	490	194	633	193	443	144	582	158
Canada	562	410	874	419	886	456	522	406	464	511	339	335	293	341
CEE	6.941	3.364	9.342	3.227	9.937	3.766	9.852	4.232	9.773	4.679	7.374	3.414	7.081	3.319
• República Federal da Alemanha	1.229	1.449	1.424	1.435	1.583	1.483	1.788	1.754	2.102	1.902	1.632	1.376	1.491	1.371
• Países Baixos	1.698	282	2.583	244	1.671	359	2.491	336	2.135	349	1.633	243	1.865	377
• Itália	1.270	333	1.378	289	1.655	436	1.596	649	1.848	792	1.074	610	1.145	567
• Reino Unido	756	379	1.065	403	1.032	433	945	416	1.036	456	817	332	884	293
• França	678	601	830	574	916	559	902	573	863	606	682	445	627	433
• Bélgica	611	128	921	129	967	212	980	168	1.084	213	753	154	889	160
• Espanha	444	107	749	88	697	116	704	211	706	223	564	158	333	107

Continua

ITEM	1987		1988		1989		1990		1991		1991-Jan/Set		1992-Jan/Set	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.								
* Outros	345	80	372	416	108	442	125	479	138	309	94	447	91	
Chexcom	1.344	396	1.043	320	323	704	359	424	352	383	281	246	254	
EUA	7.325	3.187	8.714	3.121	3.972	1.675	4.412	4.771	1.591	4.771	3.501	5.104	3.392	
Japao	1.676	843	2.271	960	1.204	1.330	1.247	2.568	1.213	2.058	876	1.711	843	
Demais Países	5.285	1.184	5.852	1.065	1.005	3.099	1.424	6.792	3.123	4.021	1.108	4.160	1.015	
OPEP	2.001	3.412	2.086	1.044	3.368	1.798	4.431	1.953	3.512	1.487	2.474	1.487	2.564	

Fonte: Banco Central do Brasil

15 — ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO

ITEM	Saldos em US\$ milhões											
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Dívida Registrada no Banco Central	53.847	61.511	78.127	81.319	91.891	95.857	101.759	107.514	102.455	99.285	96.546	92.996
Emprestimos do FMI	-	-	544	2.648	3.967	4.608	4.490	3.938	3.075	2.439	2.206	1.173
USAID - Empréstimos Programa	512	490	470	449	430	410	388	372	347	340	340	340
Bônus	3.236	2.896	2.610	2.226	1.737	1.919	1.901	1.589	1.586	1.126	1.147	2.490
Financiamentos de Importações	12.108	12.881	13.520	16.242	18.379	22.630	27.713	33.609	33.031	34.251	34.952	32.215
Entidades Internacionais	3.485	3.383	3.847	4.324	5.714	7.411	9.059	10.027	10.195	11.514	12.081	11.462
• BIRD	2.246	2.264	2.341	2.588	3.905	5.057	6.367	6.932	6.946	8.310	8.593	8.227
• BID	1.047	1.071	1.202	1.367	1.397	1.920	2.071	2.405	2.591	2.380	2.624	2.688
• CFI	192	248	301	303	285	279	231	222	252	405	474	455
• Outros	-	-	3	66	127	155	390	468	406	419	390	292
Agências Governamentais	2.973	3.404	3.690	4.405	6.173	7.792	10.225	12.670	13.003	13.380	12.847	10.911
• USAID - Empréstimos Projeto	538	529	519	518	466	476	460	488	476	462	456	454
• USAID - Lei nº 480, Trigo (VI, VII, e VIII Acordos)	64	57	50	44	37	30	23	18	14	14	14	14
• Trigo-Outros Financiadores	450	510	839	1.168	1.375	1.125	697	661	444	97	70	81
• Eximbank-EUA	931	955	934	981	789	674	633	532	457	355	335	295
• Eximbank-Japão	489	508	477	502	384	349	510	602	523	370	356	340
• Kreditanstalt Für Wiederaufbau	498	624	613	722	644	796	1.167	1.503	1.398	1.527	1.863	1.681

Continua

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
* OPIC	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
* Outros	-	219	256	469	2.477	4.341	6.734	8.865	9.690	10.534	9.752	8.045
Outros Créditos de Fornecedores	5.650	5.884	3.983	7.513	6.492	7.427	8.429	10.912	9.833	9.357	10.024	9.862
Dívida Pública Consolidada	4	3	2	2	1	1	0					
Emprestimos em Moeda	37.819	44.984	52.915	59.633	66.467	66.195	67.185	67.938	64.438	61.082	57.856	56.720
* Resolução nº 63, de 21.08.67	9.924	13.456	16.145	15.115	13.630	11.379	8.772	6.831	4.317	2.604	2.036	1.792
* Instrução nº 289, de 14.01.65	9	8	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8
* Lei nº 4.131, de 01.09.62	27.886	31.520	36.763	44.511	52.830	54.809	58.406	61.099	60.133	58.470	55.812	54.920
Emprestimos Diversos	168	157	136	119	110	94	82	68	58	47	45	38
Dívida Não Registrada	10.397	12.552	15.106	12.217	10.948	9.268	9.286	13.660	10.914	15.811	26.282	26.236
Letras de Crédito de Imp. Petróleo	4.694	4.951	4.059	3.638	3.309	2.880	2.493	2.160	1.931	1.359	1.569	1.641
Outras Letras de Crédito	537	655	627	439	370	148	798	963	1.212	1.269	1.582	494
Bancos Comerciais	4.966	6.386	6.404	5.520	6.870	6.006	5.459	5.905	6.635	7.228	8.352	9.354
Operações Especiais	200	360	4.016	2.640	399	234	536	4.632	1.136	5.855	14.779	18.747
Pagamentos em Aviso	-	-	-	2.340	-	-	-	3.428	-	3.989	12.988	17.387
Clube de Paris em Transito e Outros	200	360	4.016	300	399	234	536	1.204	1.136	1.866	1.791	1.360
Dívida Total	64.244	73.962	85.303	93.556	102.039	105.125	111.045	121.174	113.469	115.096	122.828	123.232

Fonte: Banco Central do Brasil

16 — INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Valores em US\$ milhões

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 (b)	1992 (c)
1. Serviço da Dívida	14.115	17.800	20.630	12.615	13.070	12.793	13.762	9.762	19.377	12.819	8.110	12.012	9.162
1.1. Juros	7.457	10.305	12.551	10.003	10.935	10.518	10.062	5.543	13.836	7.237	3.490	6.690	4.067
1.2. Amortizações	6.658	7.495	8.079	2.612	2.135	2.275	3.700	4.219	5.541	5.582	4.620	5.322	5.095
2. Dívida Registrada Bruta	53.847	61.411	70.197	81.319	91.091	95.857	101.759	107.514	102.555	99.285	96.546	92.996	-
3. Reservas Intermencionais	6.913	7.507	3.994	4.563	11.995	10.482	6.760	7.458	9.140	9.679	9.973	9.406	24.481 (**)
4. Dívida Líquida (2-3)	46.934	53.904	66.203	76.756	79.096	85.375	94.999	100.056	93.415	89.606	86.573	83.590	32.330
5. Dívida de Curto Prazo Bruta	10.397	12.552	15.106	12.237	10.948	9.268	9.286	13.660	10.914	15.811	26.282	30.236	32.330
6. Dívida Total (2+5)	64.244	73.963	85.303	93.556	102.039	105.125	111.045	121.174	113.469	115.096	122.828	123.232	-
7. Exportações	20.132	23.293	20.175	21.899	27.005	25.639	22.348	26.224	33.789	34.383	31.414	31.621	26.108
8. PIB	223.088	234.209	250.397	251.429	274.436	305.626	337.832	360.810	371.999	399.647	398.747	418.270	-
9. Serviço da Dívida/Exportações (%)	70	76	102	58	48	50	62	37	57	37	26	38	35
10. Serviço da Dívida/PIB (%)	6	8	8	5	5	4	4	3	5	3	2	3	-
11. Dívida Total/Exportações (%)	319	318	423	427	378	410	497	462	336	335	391	390	-
12. Dívida Total/PIB (%)	29	32	34	37	37	34	33	34	31	29	31	29	-

Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC

(b) Preliminar

(c) Jan.-Set

(*) Nov/92.

17 — INDICADORES DIVERSOS DAS RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS COM O EXTERIOR

ITEM	Valores em US\$ milhões												
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Taxa de Câmbio - Variações Percentuais													
Compra - Final de Período (%) ⁽¹⁾	54,0	95,1	97,7	289,4	223,6	229,6	42,4	383,6	959,2	1.384,2	1.391,7	533,9	1.059,1
Compra - Média Anual (%)	97,2	76,6	93,2	221,7	217,6	237,9	119,3	189,4	571,9	964,9	2.304,8	503,9	1.013,7
Venda - Final de Período (%)	54,0	95,1	97,7	289,4	223,6	229,6	42,4	383,6	959,2	1.384,2	1.397,3	528,5	1.059,0
Venda - Média Anual (%)	96,9	76,8	93,2	221,7	216,6	237,7	119,4	189,4	571,9	964,9	2.306,5	501,3	1.012,1
Reservas Internacionais ⁽²⁾													
Cuba	-	-	-	(1.535)	7.522	7.690	4.585	4.433	5.359	7.268	8.751	8.552	19.883
Balanco de Pagamentos ⁽³⁾	6.913	7.507	3.250	3.757	11.033	10.631	5.330	6.799	8.118	8.736	9.175	8.763	23.985
Liquidez ⁽³⁾	6.913	7.507	3.994	4.563	11.995	11.608	6.760	7.458	9.140	9.679	9.973	9.406	24.481
Índices do Comércio Exterior (1977=100) ⁽⁴⁾													
Exportações													
• Preços	107	101	95	89	91	86	92	92	101	100	99	95	-
• Quantidade	152	183	167	191	224	248	204	237	279	279	257	266	-
Importações-Global													
• Preços	164	182	176	167	158	149	118	129	141	153	159	147	-
• Quantidade	115	99	91	76	73	72	97	95	84	97	105	115	-

Continua

ITEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Importações Petróleo Bruto													
• Preços	226	270	260	235	229	222	103	137	111	128	170	147	-
• Quantidade	107	104	98	90	80	66	73	76	78	72	70	63	-
Índices de Relações de Troca (1977=100) (4)													
Total	65	55	54	53	58	58	78	71	72	65	62	65	-
Exclusivo Petróleo	78	71	69	64	71	73	78	74	67	62	63	65	-
Taxas de Juros Internacionais Médias Anuais (%)													
<i>Libor</i>	13,09	16,77	13,38	9,89	11,21	8,65	6,82	7,31	8,13	9,27	8,32	6,08	3,93
<i>Prime NY</i>	15,24	18,83	14,83	10,79	12,05	9,93	8,33	8,20	9,32	10,87	10,01	8,46	6,25
Certificados de Depósitos NY	-	14,99	12,13	8,99	10,45	7,92	6,29	6,70	7,53	8,70	7,82	5,65	3,43
<i>Federal Funds</i>	13,10	16,37	12,17	8,93	10,24	8,06	6,79	6,63	7,55	9,22	8,06	5,68	3,54

Fonte: Banco Central do Brasil
(1) Posição em 30.11.82
(2) Reservas Internacionais: Última posição em novembro de 1982
(3) A partir de 1989 exceto o Banco do Brasil S.A.
(4) A partir de 1986, estimativa

ESTA OBRA FOI
IMPRESSA PELA
IMPRESA NACIONAL,
SIG. QUADRA 6. LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1993, COM UMA TIRAGEM
DE 5.000 EXEMPLARES

